

**EA**

**25 ANOS DE ECONOMIA GAÚCHA**

**VOLUME 3 A AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL**

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Sinval Guazzelli**  
Governador

**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**Eduardo Emílio Maurell Müller**  
Secretário



**FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA**  
Entidade de direito privado instituída pela Lei nº 6.624, de 13 de novembro de 1973, destinada à execução de estudos, pesquisas e análises da economia do Estado e à elaboração de estatísticas, como órgão de apoio operacional do planejamento estadual.

**CONSELHOS:**

**CONSELHO DE PLANEJAMENTO**

Antônio Mário Pascual Bianchi  
Dionysio Azambuja da Silva  
Gaspar Albite Chuy  
João Emery Buratto  
Luiz de Vasconcellos  
Odo Cazzulo  
Leodegar Jost - PRESIDENTE DO CONSELHO

**CONSELHO CURADOR**

Carlos Augusto Velasques  
Luiz Carlos Verzoni Nejar  
Roberto Pesavento

**DIRETORIA:**

PRESIDENTE: Leodegar Jost  
DIRETOR TÉCNICO: Ítalo Danilo Fraquelli  
DIRETOR ADMINISTRATIVO: Roque Maldaner

**GERÊNCIAS:**

ANÁLISE: Mário Baiocchi  
INDICADORES: Ário Zimmermann  
INFORMÁTICA: Nilson Cáceres Sanabria  
PROGRAMAS ESPECIAIS: Aldrovando Rosito Guerra

FEE- Biblioteca

A agricultura d



A5646

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

# 25 ANOS DE ECONOMIA GAÚCHA

VOLUME 3

A AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL

## CONVENÇÕES

- ... O dado é desconhecido, não implicando, porém, a afirmativa de que o fenômeno não existe.
- O fenômeno não existe.
- 0-00-0,00 O fenômeno existe, sendo sua expressão, porém, tão pequena que não atinge a unidade adotada na tabela.

F981 Fundação de Economia e Estatística  
25 anos de economia gaúcha. Porto Alegre,  
1978.  
5v. il.

CONTEÚDO. - v.1. Uma visão global da economia do Estado. - v.2. Aspectos demográficos e suas relações com o desenvolvimento econômico. - v.3. A agricultura do Rio Grande do Sul. - v.4. A indústria de transformação no Rio Grande do Sul.

● CDU 63(816.5)

TE 00000441-8

Tiragem: 1.000 Código: 072  
Editoração e Impressão: FEE  
Pedidos e correspondência:  
Fundação de Economia e Estatística  
Rua Siqueira Campos, 1044 - 2º andar Fone: (0512) 25-9355  
90.000 - Porto Alegre - RS

REB — U.I.  
BIBLIOTECA  
Reg.º nº 5646  
Data 29/5/79

Ex. 2

433

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	5
INTRODUÇÃO .....	7
I - SOBRE AGRICULTURA E ACUMULAÇÃO .....	11
II - DA FORMAÇÃO DO MEIO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL .....	25
III - DA CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO NA PROPRIEDADE E NO USO DA TERRA ..	33
IV - DA EXPANSÃO DA MECANIZAÇÃO .....	49
1. Introdução .....	51
2. A agricultura em transformação .....	52
3. Os efeitos do uso da técnica .....	57
V - DO DESTINO E UTILIZAÇÃO DOS HOMENS DO CAMPO .....	65
1. Introdução .....	67
2. Concentração e destino da mão-de-obra .....	68
3. O uso da mão-de-obra .....	72
VI - DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO RIO GRANDE DO SUL SOB OS PADRÕES HISTÓRICOS DE ACUMULAÇÃO .....	85
1. Dinâmica da acumulação nacional e liderança da lavoura empresarial na agricultura gaúcha . . . . .	87
2. Os segmentos produtivos e os padrões históricos de acumulação .....	88
2.1 - A lavoura empresarial .....	88
2.2 - A pecuária tradicional .....	93
2.3 - A agropecuária colonial .....	95
3. Considerações finais .....	97

## QUADROS

### Capítulo III - Da concentração e desconcentração na propriedade e no uso da terra

Quadro 1 - Número de estabelecimentos e área, por grupo de área .....	41
Quadro 2 - Evolução do número de estabelecimentos .....	42
Quadro 3 - Evolução da área ocupada .....	42
Quadro 4 - Grupos de área e condição legal das terras .....	43
Quadro 5 - Grupos de área e condição legal das terras .....	44
Quadro 6 - Grupos de área e condição legal das terras .....	45
Quadro 7 - Grupos de área e condição legal da terra .....	46
Quadro 8 - Grupos de área e condição legal da terra .....	46
Quadro 9 - Grupos de área e condição legal da terra .....	47

### Capítulo IV - Da expansão da Mecanização

Quadro 1 - Máquinas e instrumentos agrícolas .....	60
Quadro 2 - Mecanização da lavoura do arroz .....	60
Quadro 3 - Áreas plantada e adubada da lavoura do arroz .....	61
Quadro 4 - Área, quantidade produzida e produtividade física na lavoura de arroz . . . . .	61
Quadro 5 - Área, produção e produtividade física da lavoura de trigo .....	62
Quadro 6 - Principais microrregiões produtoras de trigo e efetivo de tratores na triticultu- ra .....	62
Quadro 7 - Principais microrregiões produtoras de arroz e efetivo de tratores da lavoura orizícola .....	63
Quadro 8 - Produção, importação e frota de tratores do Brasil e do Rio Grande do Sul .	63
Quadro 9 - Estimativa da demanda e da frota de tratores .....	64

Quadro 10 - Participação dos estados na produção nacional de máquinas e implementos agrícolas e máquinas para beneficiamento de produtos agrícolas .	64
Quadro 11 - Estimativa da demanda de implementos agrícolas em Santa Catarina, Paraná e São Paulo e parcela atendida por produtores .....	64

#### Capítulo V - Do destino e utilização dos homens do campo

Quadro 1a - Pessoal ocupado, distribuído por categorias, segundo grupos de área, nos estabelecimentos agropecuários .....	74
Quadro 1b - Pessoal ocupado, distribuído por categorias, segundo grupos de área, nos estabelecimentos agropecuários .....	74
Quadro 1c - Pessoal ocupado, distribuído por categorias, segundo grupos de área, nos estabelecimentos agropecuários .....	75
Quadro 1d - Pessoal ocupado, distribuído por categorias, segundo grupos de área, nos estabelecimentos agropecuários .....	75
Quadro 2 - Pessoal ocupado, distribuído por categorias, segundo grupos de área de 0 - 50ha .....	76
Quadro 3 - Pessoal ocupado, distribuído por categorias, segundo grupos de área de 0 - 20ha .....	76
Quadro 4 - Distribuição de linhas de produção, segundo estratos de área dos estabelecimentos agropecuários .....	77
Quadro 5 - Responsável e membros não-remunerados da família, segundo grupos de área .....	78
Quadro 6 - Utilização das terras, segundo grupos de área total .....	78
Quadro 7 - População rural ocupada, por estabelecimento, e hectares por habitante, segundo os grupos de áreas dos estabelecimentos rurais .....	79
Quadro 8 - Índices populacionais, apresentados pelos estabelecimentos rurais .....	80
Quadro 9 - Mão-de-obra nos imóveis rurais .....	81
Quadro 10 - Mão-de-obra nos imóveis rurais, segundo as categorias da Lei 4.504 do Estatuto da Terra .....	81
Quadro 11 - Pessoal ocupado, permanente e temporário, segundo ocupação, nos municípios da zona arroseira .....	82
Quadro 12 - Agricultura e pecuária e classes de atividade das pessoas de 10 anos e mais por situação de domicílio .....	82
Quadro 13 - Número de assalariados rurais, por Região de Programação .....	82
Quadro 14 - Empregados temporários no mês de maior emprego de pessoal de categoria, segundo os grupos de área de lavouras .....	83
Quadro 15 - Empregados temporários no mês de maior emprego de pessoal de categoria, segundo os períodos de ocupação .....	83

#### Capítulo VI - Da produção agrícola do Rio Grande do Sul sob os padrões históricos de acumulação

Quadro 1 - Participação percentual dos segmentos produtivos no valor bruto da produção da agricultura .....	99
Quadro 2 - Participação percentual dos produtos no valor bruto da produção da lavoura empresarial .....	100
Quadro 3 - Participação percentual dos produtos no valor bruto da produção da pecuária tradicional .....	101
Quadro 4 - Preço médio anual recebido pelo produtor de novilho em pé .....	102
Quadro 5 - Participação percentual dos produtos no valor bruto da produção da agropecuária colonial .....	103

## APRESENTAÇÃO

*Prosseguindo na publicação dos estudos que integram os "25 Anos de Economia Gaúcha", a Fundação de Economia e Estatística publica o terceiro volume da série, dedicado à agricultura, o qual por razões editoriais foi dividido em dois tomos: o primeiro contendo a análise da evolução da lavoura e da pecuária do Rio Grande do Sul e o segundo, o anexo estatístico.*

*O estudo da agricultura gaúcha é apresentado dentro de um marco teórico preciso em que, a partir da interpretação estrutural-funcional da atividade agrícola num sistema capitalista, elabora-se um processo de identificação das grandes tendências desta atividade econômica num contexto histórico bem definido - o Rio Grande do Sul do segundo após-guerra.*

*Dentro dessa linha interpretativa, o trabalho se propõe a demonstrar que é à luz do processo de acumulação nacional que se evidenciam as explicações para a introdução do capitalismo no campo - sem dúvida o fato mais marcante do período - e seus reflexos a nível de propriedade e uso da terra, composição da mão-de-obra e tecnologia agrícola.*

## INTRODUÇÃO

A criação da Unidade de Análises do Setor Primário teve como primeiro objetivo a realização do trabalho sobre os "25 Anos de Economia Gaúcha - Vol.3 - A Agricultura do Rio Grande do Sul." Para obter esse intento, a Unidade percorreu três etapas: a de formação teórica, a de assimilação do conhecimento acumulado sobre a realidade agrária gaúcha a partir de 1947, e a de realização de uma interpretação macroeconômica da agricultura.

No que concerne ao primeiro item, realizou-se, na Gerência de Análises, um seminário teórico envolvendo diversas questões básicas, uma vez que o entendimento do setor primário depende de conceitos adequados sobre renda da terra, transferência de valor, relação salários/lucros, progresso técnico etc. O segundo ponto consistiu no exame de obras significativas da memória do Rio Grande do Sul, fossem elas textos e livros de caráter individual ou produtos de instituições. A terceira etapa, uma vez vencidas as duas primeiras, representa a contribuição da equipe que, após esboços preliminares, cálculos, discussões e revisões, apresenta o texto que segue.

Discorrendo mais amplamente sobre este último ponto, afigura-se como marcante a tentativa de conceber o setor primário dentro de uma interpretação estrutural-funcional, de tal modo que se procurasse ressaltar as tendências históricas da economia agrária. Assim, o objetivo da equipe não foi imediatamente o planejamento do campo, através de um diagnóstico preliminar, mas a compreensão do que aconteceu e acontece com o Rio Grande do Sul. Tornou-se importante verificar a gênese e a dinâmica da evolução da agricultura a partir de 1947, sem ter a preocupação de produzir um conhecimento exigido para uma planificação, porque a vinculação sem distâncias entre a análise e o planejamento de uma realidade apóia o fortalecimento de um círculo vicioso:

planeja-se o que se conhece; conhece-se o que se planeja. Somente esta desvinculação, poderã, no entender da equipe, permitir alcançar outras idéias, hipóteses e conhecimentos. As razões que sustentam essas considerações partem do fato de que as necessidades imediatas de uma conjuntura são capazes de toldar a visão mais ampla daquilo que a determina, ou seja, suas evoluções estruturais.

\* \* \*

O progresso do conhecimento científico aplicado depende de diversos fatores, entre eles o grau de conhecimento dos analistas e sua habilidade em discernir as reais tendências do objeto considerado, no caso em questão, a economia agrária do Rio Grande do Sul. A metodologia que se pretendeu instaurar neste volume três dos "25 Anos de Economia Gaúcha" adotou a postura crítica. E criticar, no seu verdadeiro sentido, tem uma acepção básica: examinar. Para que tal fosse atingido, em face das dificuldades de abranger extensivamente o assunto proposto, empregou-se uma análise tanto de qualidade como de quantidade, sobretudo sem temer a interpretação de ordem qualitativa. Como se observa, a posição que comparece neste trabalho tem um arcabouço nítido: só a teoria ilumina e clarifica, dela vem a coerência do dado empírico. Em vista desta posição, evitou-se a descrição de tabelas, já que elas foram construídas para serem interpretadas. Junto publica-se a massa de dados, para que a Análise da Unidade do Setor Primário possa ser discutida, examinada, criticada e completada.

\* \* \*

A análise da agricultura do Rio Grande do Sul tem como ponto fundamental de seu enfoque verificar o processo de acumulação de capital no setor agrícola gaúcho. Mas a

abordagem não se contentará em observar este fenômeno isoladamente, levando em conta que ele está inserido numa dinâmica mais ampla, o processo de acumulação nacional. Com isso a preocupação se volta para as vinculações entre o estado e o Brasil, comparecendo nas interpretações, também, o resto do mundo, quando o Rio Grande do Sul se conecta com a capitalização mundial. Cabe, então, hierarquizar as relações entre elas, definindo quem, nas articulações, comanda o processo. Assim, de um lado, aparece na análise um fundo endógeno, onde são caracterizadas as tendências e a direção da acumulação regional, e, de outro, se faz presente a face exógena, como condicionante do movimento da economia rio-grandense. Todavia, parece importante compreender o movimento global da acumulação, decompondo qual a parte que se realiza em favor do capital interno, e qual a que é dirigida para o mundo externo. A dinâmica global, que tem repercussões a nível de renda, emprego, investimentos etc. do setor primário, é, na verdade, uma síntese do conflito/aliança desses dois processos.

Compreendendo o desenvolvimento rural nos termos expostos, o interesse analítico cobre dois pólos: o da produção e o do mercado. As considerações pertinentes ao primeiro item tratarão da geração do valor e, conseqüentemente, revelarão as formas "avançadas" e "retardatárias" de produção. O segundo item, visualizando a circulação das mercadorias, permitirá a apreensão de uma questão crucial da análise, qual seja, a do conflito dos capitais, já que é no mercado que se dá o encontro das duas acumulações referidas. Ter-se-á, então, a aparição da hierarquia das economias, pois o mercado é o lugar onde o capital comanda o capital.

Buscando precisar os contornos do exame econômico efetuado: a idéia de que existe uma articulação entre o Rio Grande do Sul e o Brasil implica dizer que ocorrem, entre os dois, relações econômicas definidas. Ou seja, há aproximação entre segmentos produtivos de ambos, sabendo-se que, para ter relevância na análise, é indispensável que ocorra a manutenção do intercâmbio entre eles por períodos significativos. Todavia, essas combinações não se fazem no vazio, sendo de fato discriminadas

pelo padrão de acumulação nacional que funciona ou emerge como uma ligação das relações. O padrão, ao se constituir, torna-se o definidor do nível e da qualidade das relações econômicas, já que determina, por um tempo, a produção e a circulação das mercadorias no movimento de desenvolvimento e expansão do capital.

A noção de padrão de acumulação estabelece dois pontos básicos: diferenças na estrutura organizacional da produção e recomposições na distribuição da renda. Deve-se salientar que a questão da distribuição da renda envolve, num primeiro plano, a relação salários/lucros e, num segundo, lucro/renda da terra/juros.

Por outro lado, o padrão entrelaça a atividade produtiva em três Departamentos, que podem ser descritos genericamente como Setor de Bens de Capital (Departamento I), Setor de Bens de Consumo Durável (Departamento II) e Setor de Bens de Consumo Não-Durável (Departamento III). Com o desenvolvimento econômico, a dinâmica da acumulação hierarquiza os setores, distribuindo lideranças, cujo resultado se expressa em uma pauta de lucros definida. E para que isso possa ocorrer a acumulação de capital dispõe a economia em favor desses setores, organizando segmentos produtivos que cumprem funções, de tal modo que reforçam o desempenho dos chamados "centros da acumulação." Desse modo, função tem no presente texto o sentido de que algumas partes do sistema produtivo respondem a outras, cumprindo um papel de viabilizar a acumulação nos setores líderes. Esse comportamento, é certo, não exclui também uma capitalização no setor subordinado; no caso, trata-se de uma acumulação derivada, pois o comando do processo se dá em um outro ponto da economia. Não há, portanto, "passividade", mas a expansão da área que cumpre funções é determinada em grau e ordem pelos capitais mais dinâmicos, levando alguns autores a tratarem as economias funcionais de retardatárias.

Dentro destes aportes metodológicos, a análise da agricultura gaúcha é realizada visualizando, em primeiro lugar, o lado funcional, partindo da articulação da economia rural do Rio Grande do Sul com a economia brasileira, sem esquecer que esta abordagem se faz a nível de mercado, pois é na circulação

que se concretiza a superioridade de uma acumulação sobre outra. Em segundo lugar, a discussão se volta para a produção, tentando obter o comportamento, já definidos os condicionantes externos, dos segmentos produtivos gaúchos, como a lavoura empresarial, a agropecuária colonial e a pecuária tradicional. Quando se alcança a estrutura agrícola, um ponto crítico sobressai à consideração. Uma vez que o modo de produção capitalista determina o sistema produtivo de um país e de uma região, estabelece-se como indispensável a observação de que para a reprodução social as formas capitalis-

tas de produção podem-se articular às não-capitalistas. É dentro deste enquadramento que se vai descortinar a trajetória do enfoque em pauta, tendo em vista que, no Rio Grande do Sul, se combinam atividades empresariais e não-empresariais, como as empresas rurais, as pequenas-propriedades familiares e os estratos da pecuária tradicional. Desta forma é o desenvolvimento produtivo do país que articula a produção regional, e a dependência da segunda em relação ao primeiro se torna visível na esfera da circulação.

I · SOBRE AGRICULTURA E ACUMULAÇÃO

21

## I - SOBRE AGRICULTURA E ACUMULAÇÃO

Se a questão fundamental deste estudo inquirir pelos mōveis da expansō agrīcola do Rio Grande do Sul, procurar as tendēncias da estrutura fundiāria, a orientaō da ocupaō da mō-de-obra rural, as razōes da mecanizaō, o porquē do surto exportador, entō a primeira questō que se coloca e que norteia a compreensō do todo ē aquela que pergunta pela relaō entre a agricultura e a acumulaō. Deve-se inquirir pela natureza dessa relaō, e, para que se possa situar o seu contexto, torna-se necessārio verificar o papel da agricultura na dināmica de uma economia capitalista, sendo importante, antes de mais nada, caracterizar o processo de acumulaō de capital.

A acumulaō de capital ē o processo mediante o qual se dā a expansō de uma economia capitalista. Esta expansō ē viabilizada concretamente pela conversō de uma parte do excedente econōmico em capital. Portanto, a acumulaō de capital ē a forma especīfica que assume a reproduō ampliada de um sistema econōmico sob condiōes capitalistas de produō. Em outras palavras, quando a produō nō mais se volta para o consumo, mas seu mōvel passa a ser a criaō crescente e contīnua de valor, o sistema econōmico se expande graças ao crescimento permanente do capital.

Para que esse crescimento se realize, o excedente anteriormente gerado deve assumir a forma de capital produtivo, porque somente tal metamorfose possibilita a criaō de um novo excedente. No entanto, para que o capital possa assumir sua forma produtiva, ē necessārio que os elementos materiais e humanos requeridos para tanto estejam ou se tornem disponīveis. Ou seja, unicamente a existēncia, no mercado, de māquinas e matērias-primas, bem como de força de trabalho, permitirā a efetiva capitalizaō do excedente. A força de trabalho, por sua vez, apenas estarā

disponīvel se a sua reproduō estiver assegurada, isto ē, se os trabalhadores encontrarem no mercado ou dispuserem dos meios de subsistēncia de que necessitam. Entre estes, os alimentos revestem-se da māxima importāncia por se constituīrem em componente fundamental da manutenō da força de trabalho.

Na medida em que o trabalho humano pode gerar bens independentemente dos instrumentos utilizados, cujo grau de sofisticacaō apenas lhe imprime uma maior produtividade, a dimensō de sua importāncia no processo de acumulaō, como elemento chave e ūnico imprescindīvel ā produō de mercadorias, torna-se por demais evidente. Para cumprir seu papel no processo produtivo, a mō-de-obra despēde energia, sendo necessārio, por isso, que ela se alimente. A alimentaō da força de trabalho, portanto, transforma-se em um suporte bāsico e elementar da acumulaō. ē ela que possibilita o volume de energia que se corporificarā nas mercadorias produzidas, durante o processo de trabalho. A agricultura tem, pois, um carāter vital como atividade econōmica na medida em que ē responsāvel pela produō dos alimentos necessārios ā reproduō da força de trabalho.

Tal assertiva aplica-se tanto ā circunstāncia em que a agricultura ē a atividade dominante e a principal responsāvel pelos nīveis de renda e emprego de uma economia, por se encontrar ā frente do processo de acumulaō, como tambē ao caso em que o setor industrial assume a lideranā. Transferindo-se, porē, o comando para a indūstria, hā uma repercussō profunda no setor agrīcola. Ele assume um papel subsidiārio no processo, em virtude de que a indūstria passa a se apropriar de uma parte do excedente da agricultura, o que possibilita maiores taxas de acumulaō no setor dominante. Portanto, quando as atividades urbano-industriais passam a liderar a

acumulação, a agricultura não só mantém a sua importância vital para viabilizar esse processo, mas também assume um caráter subsidiário em relação ao setor de ponta.

Esse caráter subsidiário fica determinado através do cumprimento de várias funções exercidas pela agricultura dentro do processo de acumulação. Dentre estas a principal será a de rebaixar o valor da força de trabalho, entendido como o tempo de trabalho necessário a sua reprodução, ou seja, o tempo de trabalho necessário à produção das mercadorias consumidas para a manutenção e perpetuação dos trabalhadores.

Caberá à agricultura, ao fornecer alimentos para o sistema, reduzir o máximo possível o tempo de trabalho despendido na produção destes bens, pois quanto menor for o tempo médio de trabalho requerido à produção das mercadorias consumidas pela força de trabalho, tanto menor será o seu custo de reprodução. Na medida em que a reprodução da força de trabalho representa um custo para a acumulação, é importante que onere o menos possível a expansão do sistema. A redução do custo de reprodução da força de trabalho possibilita o "barateamento" da acumulação liderada pelo setor industrial, sendo, portanto, o principal aspecto dessa função auxiliar no rebaixamento dos custos de reprodução do sistema em seu conjunto. Dessa maneira, uma menor porção do tempo total despendido na produção social, estará vinculada à reprodução da força de trabalho. Se o tempo de trabalho consubstanciado em todas as mercadorias produzidas num certo espaço econômico, durante um período dado, deve ser repartido proporcionalmente entre os grupos de toda a sociedade, então a ocorrência de uma redução na parcela necessária à reprodução da força de trabalho colocará, a disposição do sistema como um todo, um maior volume de tempo de trabalho que estará disponível para a acumulação.

Este caráter subsidiário expressa-se também nas relações que a agricultura mantém com o segmento industrial da economia quando exerce a função de fornecedora de matérias-primas. Essa função possibilita, normalmente, transferência de valor para a indústria, pois o desenvolvimento da tecnologia industrial permitiu impor tal subordinação a vastos seg-

mentos do setor primário. Aumentando o período de conservação dos alimentos, transformando as matérias-primas em bens consumíveis ou criando, com elas, novos produtos, essa tecnologia atende, basicamente, às necessidades do capital. Na medida em que o poder de acumulação das indústrias é superior ao das atividades agropecuárias - porque essas não acumulam ou porque sua capacidade para tal é menor - é de se esperar que as relações entre os fornecedores de insumos e os compradores industriais evoluam, no curso do processo de crescimento industrial, de maneira favorável ao segundo grupo. Seria de esperar que, quanto menor fosse o poder econômico das unidades produtivas de um segmento do setor primário, tanto mais se aprofundaria a transferência de valor para as atividades fabris. Nestas condições, o maior poder das unidades industriais permitiria a imposição de preços mais baixos pela matéria-prima recebida.

Outra tarefa histórica da agricultura tem sido a de liberar mão-de-obra para as atividades do complexo urbano-industrial. Um fluxo permanente de contingentes humanos do campo para a cidade não só é importante para atender à demanda por força de trabalho, manifestada pela indústria em expansão, como também para assegurar uma população excedente que permita manter os salários dentro de limites compatíveis com as exigências do processo de crescimento do capital.

No entanto, o cumprimento efetivo de uma ou outra dessas funções no processo de acumulação pode, eventualmente, não ser realizado. Essas funções devem ser encaradas, pois, como tendências de longo prazo. Determinadas conjunturas podem requerer reversões de comportamento, acionadas por forças contra-restantes ou por estrangulamentos momentâneos. A tendência histórica da agricultura, entretanto, é no sentido de cumprir essas funções dentro do processo de acumulação de capital.

Circunstancialmente, afóra as funções que lhe são historicamente inerentes como atividades subordinadas num processo de acumulação dominado pelo capital industrial, a agricultura também pode desempenhar outros papéis. Entre estes, ressalte-se a transferência de recursos financeiros para as economias ur-

banas, a absorção de produtos de origem industrial e a geração de divisas, obtidas através da exportação de bens primários e da substituição de importações.

A transferência de recursos financeiros, oriundos do meio rural, para as atividades emergentes ou já dominantes nas cidades, constitui para elas uma fonte adicional para a acumulação de capital industrial. Esta transferência de recursos pode ser decisiva para dar o impulso inicial a um processo de industrialização.

A absorção de produtos industriais possui duas vertentes: uma em que a população ocupada na agricultura representa um mercado para os bens de consumo; outra, em que o setor agrícola se constitui em comprador de máquinas, implementos, adubos e fertilizantes de origem industrial. Nesse sentido, portanto, a agricultura serve como escoadouro de uma parte do excedente industrial.

Conforme já foi assinalado, como geradora de divisas a agricultura atua em dois sentidos: exportando produtos de origem primária ao exterior, e substituindo importações de produtos vitais para o abastecimento do mercado interno. Esta segunda alternativa tem por correspondência a poupança de divisas. Captando ou poupando divisas, a agricultura libera recursos que servirão para a importação de bens de capital e de insumos básicos, imprescindíveis ao prosseguimento da expansão de outros setores do sistema econômico.

Como é sabido, coexistem na agricultura diferentes formas de organização da produção: existe tanto um segmento cuja produção tem por móvel básico o consumo e a produção simples de mercadorias, quanto um segmento cujo móvel é a expansão do valor. A agricultura pode estar organizada, portanto, em moldes não-capitalistas ou capitalistas. No entanto, as maneiras de combinação das duas diferentes formas diferenciam-se em momentos históricos distintos cumprindo cada uma a seu modo, as funções históricas e circunstanciais anteriormente expostas.

As primitivas agriculturas de exportação nos países coloniais articularam-se sempre em relação ao abastecimento das metrô-

poles. A emergência do capitalismo industrial, em escala mundial, reproduziu, nos países periféricos, uma agricultura exportadora já em moldes capitalistas. No entanto, toda a agricultura voltada para o abastecimento do mercado interno das colônias era, em geral, praticada em moldes não-capitalistas. O surgimento de uma agricultura praticada em moldes capitalistas, mas não mais voltada ao mercado externo, traz uma substancial modificação no quadro anterior.

Faz-se necessário, portanto, estabelecer a diferença entre uma agricultura capitalista que se instala nos países coloniais no contexto de uma determinada divisão internacional do trabalho e que assume o caráter de "enclave" e uma outra que se desenvolve em consequência das necessidades da acumulação interna desses países. Enquanto na primeira modalidade a agricultura capitalista subsidia diretamente a acumulação em escala mundial - apesar de ser o setor dominante da economia periférica - na segunda, passa a apoiar indiretamente a expansão do sistema capitalista mundial. Como atividade subsidiária à acumulação interna, uma agricultura em moldes capitalistas torna-se viável na medida em que a existência de uma base técnica adequada e de um mercado interno de dimensões apropriadas permitam a obtenção de uma determinada taxa média de lucro.

Entretanto, a expansão do capitalismo no campo, como processo derivado da acumulação urbano-industrial, não se dá de uma forma linear, nem tampouco abrangente ou irreversível, pois ela vem acompanhada da manutenção e recriação de formas não-capitalistas de organização da produção. Na realidade, a agricultura cumpre suas funções mediante uma imbricação de formas de produção.

Verifica-se que as tarefas não se distribuem homoganeamente entre o segmento capitalista e o não-capitalista da agricultura, porque uma determinada forma de organização pode adequar-se melhor que outra para a consecução de uma finalidade específica. Algumas funções somente podem ser realizadas através de formas produtivas específicas e, outras vezes, diferentes formas resultam na efetivação de uma mesma função. Resta, portanto, investi-

gar nas propriedades dos diferentes modos de produção vigentes na agricultura, a maneira pela qual essas funções são levadas a cabo. O que se deseja explicitar são, exatamente, as condições vigentes nas diversas formas produtivas agrícolas que permitem que elas cumpram, por razões diversas, as funções anteriormente apresentadas.

Cabe examinar, em primeiro lugar, o desempenho da fração da agricultura que é regida pelas leis de movimento do capital. Nela, dá-se a dissociação entre os proprietários dos meios de produção e a força de trabalho, sendo a produção levada a efeito por trabalhadores assalariados. Nestas condições, os equipamentos e insumos utilizados, bem como os recursos destinados a remunerar a força do trabalho, transformam-se em capital, entendido como valor que necessita se valorizar constantemente. O móvel da produção, portanto, é a obtenção de lucro. A produção passa, assim, a destinar-se inteiramente para o mercado e os bens produzidos assumem o caráter de mercadorias. A parte da agricultura marcada por tais características cumpre de determinadas maneiras as funções anteriormente mencionadas.

A agricultura capitalista cumprirá a função redutora do custo de reprodução da força de trabalho quando, mediante acréscimos de produtividade, ocorrer uma diminuição no tempo médio de trabalho requerido para gerar as mercadorias que compõem a cesta de consumo do trabalhador, ou seja, quando houver um rebaixamento do valor dos meios de subsistência. Por outro lado, ao colocar no mercado quantidades crescentes de bens que integram aquela cesta, a agricultura capitalista impede que a escassez eleve sobremaneira os preços desses produtos, evitando, assim, que os salários reais dos trabalhadores urbanos sejam demasiadamente corroídos, sempre que não for possível ou conveniente a importação daqueles bens.

Como fornecedora de matérias-primas, a agricultura organizada em moldes capitalistas auxiliará na reprodução do capital social, em primeira instância, de uma maneira análoga àquela que se verifica no caso de redução do custo de reprodução da força de trabalho: diminuindo, através de acréscimos de

produtividade, o valor das mercadorias a serem transacionadas com a indústria.

Esses aumentos de produtividade, que levam ao rebaixamento do valor tanto dos meios de subsistência como das matérias-primas, decorrem da introdução de inovações tecnológicas na produção agrícola, apanágio da forma mais avançada de organização produtiva. Essa introdução de inovações é fruto da concorrência entre os vários capitais agrícolas produtores da mesma mercadoria. Por outro lado, essas inovações, por conduzirem a uma densidade de capital fixo cada vez mais elevada, permitem liberar mão-de-obra para outros setores da economia. Sob tais circunstâncias, por conseguinte, a agricultura capitalista estará possibilitando a formação de novos contingentes humanos requeridos pela acumulação industrial.

No seu papel de absorver mercadorias de origem industrial, abrem-se duas alternativas básicas, dependendo da intensidade do uso de mão-de-obra no processo produtivo. Quando a agricultura capitalista for intensiva em mão-de-obra, constituir-se-á o meio rural em importante mercado para bens leves de consumo provenientes da indústria. Por outro lado, quando esta agricultura empregar pouca mão-de-obra e for marcada pela utilização, em larga escala, de capital fixo e insumos químicos, absorverá esses meios de produção fornecidos por um segmento do parque industrial.

Conseguindo elevar rapidamente seus níveis de produção, é a agricultura capitalista que tem condições de responder aos estímulos do mercado externo e da política econômica de forma mais imediata. Suas possibilidades técnicas permitem a geração de excedentes que ultrapassem as necessidades do mercado interno e, quando as condições forem propícias, poderá colocá-los no mercado internacional, auferindo divisas para o sistema econômico como um todo.

Quando se examina a expansão do capitalismo no campo não basta, contudo, que se investigue apenas as propriedades que lhe permitem cumprir funções dentro do processo de acumulação. Cabe também indagar sob quês condições se dá o alastramento dessa agricultura. Observa-se que quando o capitalismo agrário

passa a se expandir, já encontra a terra apropriada. Por conseguinte, esta nova possibilidade de aplicação de capital somente se concretizará se ele encontrar uma maneira de conviver com o quadro com que se depara. O segmento capitalista da agricultura deverá arcar com um ônus para utilizar a terra apropriada. Uma vez que essa barreira, representada pela propriedade da terra, se antepõe à livre entrada do capital no campo, ao conjunto dos proprietários rurais será devida a renda fundiária. Esta renda é, pois, a expressão econômica da propriedade da terra, representando, por outro lado, um ônus para a acumulação.

Convém lembrar que quando existe uma perfeita mobilidade dos capitais, que permite o seu deslocamento para as atividades mais rentáveis e que conduz ao estabelecimento de uma taxa média de lucro para todos os ramos produtivos, isto faz com que os valores gerados na esfera da produção sejam convertidos em preços que possibilitam a obtenção desta mesma taxa em qualquer atividade. Os preços assim calculados, em torno dos quais oscilam os preços de mercado, não correspondem aos valores das mercadorias quando o grau de desenvolvimento tecnológico dos diferentes ramos não for homogêneo, pois ocorreria uma redistribuição de valores das atividades menos desenvolvidas para as de base técnica mais avançada. Dado que as condições técnicas vigentes na agricultura não atingem níveis semelhantes às da indústria, haveria, pois, uma transferência de valores gerados na primeira para a segunda.

No entanto, embora a agricultura tenha uma base técnica menos desenvolvida, ela não transferirá valores para outros setores da economia através desse mecanismo. Esta transferência não ocorrerá porque, dado que a terra é limitada em quantidade, já se encontra apropriada e é um meio de produção que, ao contrário dos outros, não pode ser multiplicado indefinidamente, existe uma barreira à livre mobilidade dos capitais no campo. Em vista disso, a agricultura capitalista não participará do mecanismo de nivelamento da taxa de lucro. É o impedimento ao seu funcionamento que explicará a existência da renda fundiária, que será cedida pela sociedade como um todo aos proprietários cujas terras são utilizadas pela

agricultura capitalista.

Explicada a origem da renda fundiária, cabe agora examinar como se determina a sua magnitude, de período a período. A magnitude máxima que poderá assumir esta renda será determinada pela diferença entre o valor do produto agrícola e o preço calculado de acordo com a taxa média de lucro da economia. No entanto, é o montante de valor retido pela agricultura, como diferença entre o preço obtido no mercado e o preço assim calculado, que se constituirá na renda da terra. Isso explica por que o montante despendido, pela sociedade para o uso capitalista da terra, flutua de um período a outro. Essa oscilação, porém, mantém-se dentro do intervalo compreendido entre o valor das mercadorias agrícolas e o preço que elas atingiriam se vigorasse o mecanismo de nivelamento da taxa de lucro. Assim, são as flutuações dos preços de mercado que ocorrem dentro deste intervalo que fazem a renda da terra oscilar.

Cabe salientar que o arrendamento pago pelo empresário rural não se confunde com a renda da terra, por se constituírem em duas categorias distintas. O arrendamento é fixado antes do ciclo produtivo, ao passo que a renda da terra somente fica determinada no final do período, quando a produção for vendida no mercado. Esta renda, por sua vez, servirá de base para a fixação do arrendamento para o período seguinte. Assim, a coincidência integral entre o arrendamento e a renda da terra é fortuita num mesmo período, embora as suas magnitudes devam ser aproximadamente iguais a médio prazo, na medida em que ao longo do tempo as diferenças entre ambos tendem a se compensar. Dentro de um mesmo ciclo produtivo a coincidência entre ambos dependerá de que as condições vigentes na ocasião do estabelecimento do contrato de arrendamento se repitam quando da venda da produção no mercado. Se essas condições não vigorarem no final do período, o capitalista precisará ou comprimir a sua massa de lucros ou reduzir alguns gastos de produção, o que fará com que, neste caso, o montante de arrendamento pago seja superior à renda que realmente caberia aos proprietários da terra neste período.

Conforme já foi assinalado, existe

uma parte da agricultura que não é regida pela lógica do capital. Em outras palavras, o modo de organização da produção, peculiar a uma fração da agricultura, reveste-se de características específicas que a diferenciam da produção em moldes capitalistas. Essa agricultura não-capitalista tem como principal característica a propriedade da terra e dos demais meios de produção por parte do agricultor, configurando o trabalhador-proprietário. Assim, ao contrário da agricultura capitalista, onde o trabalhador, por se encontrar dissociado dos meios de produção, comparece como assalariado, na agricultura não-capitalista o trabalho é predominantemente familiar e coordenado pelo pequeno-proprietário. O móvel dominante da produção é assegurar a subsistência da unidade familiar, de modo que os bens obtidos se destinam ao consumo dos próprios produtores. O típico pequeno-produtor agrícola produz, detém e consome os meios de produção necessários para a sua reprodução, o que significa que esses meios de subsistência produzidos em moldes não-capitalistas não assumem o caráter de mercadorias.

Embora o móvel de sua produção seja essencialmente o mesmo, dentro da categoria de pequenos-proprietários há algumas variantes quanto à forma de atuação. Em primeiro lugar, existe o caso em que o pequeno-produtor autônomo, além dos bens para autoconsumo, também produz um excedente físico que é levado ao mercado. Através da venda desse excedente de produção, que assume o caráter de mercadoria, conseguirá adquirir outros bens. Subtraída da produção total a parcela destinada ao autoconsumo, obtém-se a porção que constitui o produto excedente. No entanto, a obtenção de outros bens de consumo, através da venda desse excedente físico no mercado, não tem um caráter vital para a reprodução do agricultor, sendo por isto que, em uma situação adversa, pode prescindir de sua obtenção. Ao contrário, portanto, do agricultor capitalista que vende sua produção para adquirir, principalmente, os meios de produção necessários à expansão de sua lavoura, o pequeno-produtor vende para comprar bens de consumo. O importante é que a pequena-propriedade familiar atende a maior parte das necessidades de consumo de seus membros, assegurando sua subsistência básica.

Outra variante pode ser construída a partir do agricultor que, a par de uma policultura de subsistência, desenvolve também a produção de uma mercadoria específica que encontra receptividade no mercado. Ao contrário do tipo anterior, este encontra-se já especializado. O desenvolvimento extremo dessa variante implica no abandono da policultura de subsistência com especialização total. No entanto, ele ainda pertence à categoria, pois, não só pode realizar a reconversão à policultura quando isto se fizer necessário, como ainda é um produtor simples de mercadorias, ou seja, o resultado monetário da venda de sua produção no mercado se destinará, principalmente, à obtenção dos meios de reprodução de sua família. Note-se que o fato de se especializarem numa cultura comercializável, não significa que estas lavouras pertençam ao segmento capitalizado da agricultura. Como se sabe, a produção mercantil não necessariamente se confunde com formas de produção capitalista. A variante assumida é, tão somente, quanto à pluralidade dos bens produzidos e ao fato de que, não produzindo suas próprias utilidades, ele passa a participar, mais integradamente, da divisão social do trabalho, auxiliando na reprodução do segmento capitalista da economia como um todo.

Uma terceira variante pode aparecer quando o pedaço de terra disponível é suficientemente exíguo para não possibilitar uma produção que baste à manutenção da família. A exigüidade pode advir tanto da partilha da pequena-propriedade por heranças sucessivas quanto por cessão, por parte de um grande-proprietário, de uma fração de seu estabelecimento ao pequeno-agricultor. Neste caso em que a produção de subsistência não é o bastante, os membros da família podem ser compelidos a venderem sua força de trabalho fora do estabelecimento familiar. Isso possibilita a identificação de uma das origens do trabalhador temporário, na medida em que as pequenas-propriedades podem-se constituir em reservatório de mão-de-obra para outras unidades de produção agrícola.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Integrante do mercado de trabalho sazonal, este pequeno-produtor é que pode ser propriamente denominado de minifundiário. Ao longo do presente trabalho, no entanto, serão utilizadas as acepções correntes da palavra "minifúndio".

A agricultura não-capitalista atua de várias maneiras na redução do custo de reprodução da força de trabalho do sistema em seu conjunto. Quando as unidades de produção familiares conseguem gerar um excedente físico de produção que é levado ao mercado, a troca que se efetiva não é de equivalentes. Ou seja, o tempo médio de trabalho contido no excedente físico do agricultor é maior que o tempo médio de trabalho requerido para produzir as mercadorias por ele adquiridas com o dinheiro proveniente da venda dos seus produtos. Essas mercadorias são geralmente oriundas da indústria organizada em moldes capitalistas, de maneira que aquilo que este segmento produtivo dá em troca dos bens produzidos pelos proprietários-trabalhadores não contém o mesmo tempo médio de trabalho requerido para obtenção destes últimos. Portanto, se o excedente físico do agricultor consistir de alimentos e for vendido a preços abaixo do seu valor, a agricultura não-capitalista estará viabilizando um rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho no segmento capitalista da economia. Ao não serem trocados por equivalentes, os produtos da forma de produção subsidiária entram nesse segmento para alimentar a força de trabalho, representando um custo menor do que aquele em que o mesmo teria de incorrer para produzi-los segundo seu modo específico.<sup>2</sup> O cálculo econômico do pequeno-proprietário não inclui, por exemplo, as despesas com salários, com algumas das matérias-primas ou com o uso da terra. Ao contrário do que normalmente se supõe, isso não resulta de "ineficiência" ou de "irracionalidade" mas de um cálculo econômico decorrente de uma racionalidade não-capitalista, onde esses itens não existem como custos de produção.

Como é possível que o excedente da agricultura não-capitalista não seja trocado por um equivalente? A explicação deve ser buscada na própria racionalidade desta agricultura. Na medida em que a parte fundamental da sua reprodução está assegurada pela própria policultura de subsistência da pequena-propriedade, aquilo que o agricultor necessita adquirir no mercado é apenas um complemento de utilidades. Então, como o desejado pelo trabalhador-proprietário é tão somente uma determinada quantidade de dinheiro que lhe permita adquirir

este complemento de bens, o tempo médio de trabalho encerrado no seu excedente de produção não precisa ser igual ao contido nas mercadorias industriais compradas. Assim, o excedente de produção da pequena unidade familiar representa apenas a capacidade de conseguir os bens industriais complementares à sua reprodução, isto é, o preço de seu excedente é o da aquisição dos bens que não consegue produzir.

Para obter a quantidade de dinheiro que o capacite a dispor desses bens, o pequeno-proprietário deverá gerar um excedente físico. Desconhecendo, porém, quanto lhe será pago, o agricultor procurará produzir o mais que puder, com o intuito de garantir a obtenção da quantidade mínima indispensável de renda monetária. Esse comportamento, aplicado ao conjunto dos produtores de uma mesma mercadoria, provocará um aumento na quantidade ofertada. Quando esta oferta comparecer num mercado regido por leis próprias ao sistema dominante, ocorrerá um fenômeno diverso do previsto pelo trabalhador-proprietário. Os preços recebidos não serão inferiores aos esperados, como também, e isto é mais decisivo, inferiores ao valor do excedente comercializado. Em virtude de sua produção ser ínfima em relação ao montante levado ao mercado, o pequeno-agricultor não poderá assimilar as leis que regem o mecanismo de ajuste e passar a influir nos preços, como por exemplo, reduzindo a quantidade ofertada. Deste modo, a produção dos pequenos-proprietários ficará sempre à mercê dos interesses da acumulação urbano-industrial. O confronto das duas racionalidades traz em seu bojo uma transferência de valor que será apropriada pela forma de produção regida pelas leis do capital. Desta maneira, a agricultura não-capitalista, produtora de alimentos, ao não receber o equivalente do valor do seu excedente físico, via-

<sup>2</sup> Pode-se vislumbrar, aqui, uma outra maneira pela qual essa agricultura, que não é praticada em moldes empresariais, atua sobre a redução do custo de reprodução da força de trabalho no segmento capitalista da economia: sua produção, que vai ao mercado para alimentar os trabalhadores urbano-industriais, é levada a cabo sem dispêndios de capital fixo e circulante. Essa produção, portanto, é conseguida sem adiantamentos de capital.

biliza a redução do custo de reprodução da força de trabalho nas atividades urbano-industriais.

Como se sabe, uma parte do custo de reprodução da força de trabalho é representada pela necessidade de criar filhos que substituam os trabalhadores atuais no mercado. Na medida em que a produção de subsistência das unidades familiares também permite a manutenção de descendentes, que mais tarde integrarão o mercado de trabalho urbano-industrial, esta parte da formação da força de trabalho total não se constitui num custo para o segmento capitalista da economia. Evidencia-se, assim, mais um aspecto da natureza subsidiária da agricultura no processo de acumulação.

Quando a exigüidade de terra não possibilitar a reprodução da unidade familiar, e seus membros forem compelidos a vender, de forma temporária ou permanente, sua força de trabalho, a função redutora será cumprida de outra maneira. A produção para autoconsumo, por parte do minifundiário, permitirá que lhe seja pago um salário abaixo do custo de reprodução de sua força de trabalho, que é parcialmente assegurada fora das fronteiras econômicas do sistema capitalista. Em outros termos, o custo de reprodução da força de trabalho assalariada na agricultura será rebaixado quando os trabalhadores agrícolas mantiverem, paralelamente, suas lavouras de subsistência.

Os minifúndios também exercem uma influência decisiva na determinação do componente histórico-social do valor da força de trabalho. Tendo em vista que o padrão de vida, vigente nestes estabelecimentos, é extremamente baixo, os trabalhadores, ao se deslocarem para as cidades, levarão consigo um limitado nível de aspiração, o que significa que um menor custo de reprodução da força de trabalho permitirá a fixação de menores taxas salariais.

Quando o pequeno-produtor-proprietário produz para comercializar com o setor industrial determinadas matérias-primas demandadas por este, a agricultura não-capitalista estará cumprindo a função produtora. Na medida em que se estabelecerem laços mercantis contínuos entre os fornecedores agrícolas e os compradores industriais, o maior poder econômico destes últimos permitirá, por força de

uma posição oligopsônica, a imposição de preços mais baixos para as matérias-primas adquiridas. A função produtora é extremamente importante para o desenvolvimento de alguns setores da acumulação nacional que utilizam essas matérias-primas na produção industrial, em razão da relação desigual que se estabelece no comércio entre os dois segmentos, sendo que a indústria se apropria de uma parcela do valor gerado na produção desse segmento. Essa apropriação de valor pelas unidades industriais se dá tanto em razão de fatores internos ao modo de produção não-capitalista, como pelas relações impostas pelo setor industrial a esses pequenos-agricultores. As atividades dos pequenos-proprietários que se acoplam a unidades industriais são, na sua grande maioria, culturas que exigem a utilização intensiva de mão-de-obra. Essa utilização intensa do fator trabalho restringe suas possibilidades de serem exploradas segundo uma forma capitalista de produção. É a produção policultora que os pequenos-proprietários realizam paralelamente à produção especializada, que por um lado garante parte substancial da sua reprodução, e por outro permite a transferência de valor para as unidades industriais. É, portanto, a produção de subsistência que possibilita a troca de não-equivalentes. Por outro lado, a posição oligopsônica das indústrias consumidoras de matérias-primas agrícolas imprimem, pela própria correlação de forças díspares entre os dois conjuntos, preços que consubstanciam aquela transferência de valor. O efeito da operação é de grande importância para as unidades industriais, pois sua capacidade de acumulação se vê aumentada. A forma de produção dessa agricultura, aliada à posição oligopsônica da indústria, reflete-se em substancial transferência de valor.

O segmento das pequenas-propriedades constitui-se em depositário de mão-de-obra para o sistema como um todo, cumprindo, assim, a função liberadora de mão-de-obra. A partilha da terra entre os filhos só é possível até um determinado ponto, a partir do qual ela se torna inviável por não proporcionar, nas condições técnicas vigentes, o sustento necessário à família do agricultor. O limite estabelecido pelo tamanho das propriedades implica na remessa, por parte deste segmento, de contingentes

de mão-de-obra para outras partes do sistema econômico. Quando os migrantes se destinarem às cidades industriais, ajudarão a manter o excedente estrutural de mão-de-obra, enquanto que, ao se dirigirem para as fronteiras de expansão, recriarão as condições vigentes no espaço de origem. O contingente que se dirige aos centros urbanos permite a manutenção de uma oferta de trabalhadores superior à demanda, o que tem por efeito o rebaixamento dos níveis salariais ou a sua manutenção em níveis modestos. O outro fluxo, ocupando as fronteiras de desbravamento, servirá de base para a expansão posterior do sistema. A forma de produção, implantada no novo espaço será a mesma do local de origem e, desta maneira, recriam-se as condições de reserva de mão-de-obra para os passos seguintes da expansão espacial do sistema.

Quando a agricultura capitalista passa a produzir mercadorias que anteriormente eram fornecidas apenas por pequenos-agricultores, a unidade de produção familiar, para assegurar a subsistência dos seus membros, é forçada cada vez mais a valer-se dos insumos químicos e das máquinas e implementos agrícolas de origem industrial. O pequeno-produtor é impedido a utilizar esses meios de produção porque o valor do seu produto é cada vez menor, tendo em vista que a generalização do uso de inovações tecnológicas conduz a uma diminuição do tempo médio de trabalho requerido para a obtenção dessas mercadorias. Assim, enquanto paulatinamente foge às mãos dos pequenos-proprietários o controle sobre os meios de produção necessários para a sua reprodução, dá-se uma redução simultânea no valor dos bens por eles produzidos.

Embora para uma unidade familiar isolada, o componente de origem industrial que integra a cesta de consumo do trabalhador-proprietário seja uma pequena parte das suas necessidades globais, a existência de um número considerável dessas unidades de produção como também seu uso intensivo de força de trabalho faz com que se constituam em uma demanda efetiva de grande proporção por bens industriais, realizando assim parcela considerável do excedente econômico de origem fabril.

Cabe ressaltar, ainda, outros dois aspectos importantes associados ao segmento

produtivo não-capitalista da agricultura, quando inserido num espaço econômico dominado pelo capital. Em primeiro lugar, essa dominação passa a deformar a forma de produção não-capitalista, pois esta adquire certas características que não lhe são próprias. Uma das evidências mais claras dessa deformação é que a produção da agricultura não-capitalista assume um caráter cada vez mais mercantil, enquanto a própria terra se converte em mercadoria. Por outro lado, a existência dessa agricultura permite uma redução dos custos gerais de acumulação, na medida em que uma parte significativa da produção agrícola será passível de geração sem que o sistema arque com o ônus da renda de terra.

Resta, pois, uma vez feitas as considerações teóricas, estabelecer a correspondência entre as formas de organização da produção até aqui examinadas e os três segmentos produtivos convencionalmente utilizados nas análises sobre a agricultura do Rio Grande do Sul.

A agricultura capitalista pode-se fazer corresponder adequadamente o segmento da lavoura empresarial, na medida em que esta se caracteriza por uma produção cujo móvel é a obtenção de lucro, fazendo uso, para tal, de força de trabalho assalariada e de técnicas intensivas em capital fixo. Ademais, esta lavoura capitalista tem obtido acesso às condições naturais do trabalho, a terra, através do arrendamento, e vem-se desenvolvendo primordialmente em estabelecimentos com tamanho médio compreendido entre cinquenta a quinhentos hectares. Este segmento tem-se voltado principalmente à produção de arroz, trigo e soja. Através da produção de arroz, o segmento da agricultura gaúcha organizado em moldes capitalistas, cumpre a função de reduzir o custo de reprodução da força de trabalho. Esta mesma função também é cumprida mediante a produção de trigo; entretanto, a produção deste cereal também permite poupar divisas para o país. Por outro lado, através da produção de soja para exportação, a lavoura empresarial do Rio Grande do Sul vem desempenhando um papel decisivo como geradora de divisas. Ressalte-se também, que esse segmento produtivo, na medida em que usa intensamente meios de produção, se constitui em mercado para as máquinas, implementos,

adubos, fertilizantes e insumos químicos em geral, produzidos pelo segmento fabril da economia.

A forma de organização não-capitalista, alicerçada na pequena-propriedade, pode ser associada ao segmento da agropecuária colonial. Neste segmento produtivo a força de trabalho é quase exclusivamente familiar, o móvel da sua produção é a subsistência dos seus membros, e a atividade produtiva é geralmente, desenvolvida em estabelecimentos próprios, com área inferior a cinquenta hectares. A diversidade de produtos, oriundos desse segmento produtivo, permite cumprir simultaneamente um amplo elenco de funções. A mais importante, indiscutivelmente, é a função redutora do custo de reprodução da força de trabalho, para a qual contribui a produção de inúmeros produtos alimentares, tais como feijão, mandioca, batata etc. Já outras atividades desse segmento produtivo, como as dos pequenos-produtores de uva, fumo e leite, por exemplo, fornecem matérias-primas para a indústria, concretizando, dessa forma, a função produtora de matérias-primas no Rio Grande do Sul. Além disso, dada a concentração populacional no segmento produtivo em questão, ele tanto se constitui em mercado importante para os bens leves de consumo de origem industrial, quanto tem desempenhado a função liberadora de mão-de-obra.

No Rio Grande do Sul, o grande-proprietário de terras é o fazendeiro. Na pessoa deste confrontam-se duas racionalidades antagônicas: como pecuarista, sua atividade é impregnada de características capitalistas, ao passo que, como proprietário, sua base territorial lhe confere traços de natureza nitidamente não-capitalista. Como pecuarista, o latifundiário comporta-se tal qual um capitalista, pois lança mão de trabalho assalariado e seu produto assume o caráter de mercadoria, sendo sua atividade movida pelo lucro mercantil. Mas a propriedade da terra faz com que a acumulação de capital, com contínua transformação nas técnicas de produção, não se imponha como uma lei coercitiva externa ao pecuarista. Isto não significa, porém, que a pecuária não se reproduza em escala ampliada, pois ela o faz, através da aquisição de terras

pelo fazendeiro, nas frentes de expansão da fronteira econômica do sistema nacional. Tal procedimento permite aos fazendeiros, como grupo social, manterem o monopólio da terra. Sobre esse monopólio, por sua vez, assenta-se a capacidade dos pecuaristas de controlar a oferta de seus produtos, o que lhes possibilita uma relativa autonomia em relação às forças do mercado. Essas condições permitem a eles escapar do processo concorrencial e explicam por que a pecuária não é forçada a alterar substancial e continuamente seus métodos de produção, permanecendo na forma "tradicional".

O segmento produtivo da pecuária tradicional cumpre, circunstancialmente, a função exportadora. Também se constitui em demanda por bens duráveis de origem industrial e, além disso, freqüentemente transfere excedentes financeiros para as atividades urbanas. Como fornecedor de matérias-primas, insume os frigoríficos com carne, e a indústria têxtil, com lã.

Para que se possa proceder a uma leitura da agricultura do Rio Grande do Sul no pós-guerra, é necessário que se tenha presente o processo de acumulação de capital a nível nacional. Tendo em vista que esse processo assumiu, no período em análise, padrões históricos distintos, estes deverão ser utilizados como o marco de referência mais amplo.<sup>3</sup> Deste modo, a compreensão dos movimentos de expansão e contração da produção, assim como o cumprimento de funções pelos três segmentos produtivos da agricultura do Estado, far-se-á à luz do desenvolvimento da economia brasileira. Esta economia passou, no período, por dois padrões históricos de acumulação: o primeiro, estendeu-se até 1955 e foi calcado na expansão da produção de bens leves de consumo, enquanto

<sup>3</sup> Sobre a noção de padrão de acumulação e sua utilização, após os anos trinta, na história econômica do Brasil, vide: TAVARES, Maria da Conceição. *Distribuição de Renda, acumulação e padrões de industrialização*. In: TOLIPAN, Ricardo & TINELLI, Arthur Carlos. *A Contraversão sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1974. mimeo. Tese de livre-docência, apresentada à Faculdade de Economia e Administração da UFRJ.

o segundo, lançado a partir daí, foi comandado pela expansão do setor industrial produtor de bens duráveis de consumo. A montagem da oferta desse novo departamento da produção social sucedeu-se um período de ajustamento do perfil da demanda - entre 1962-63 e 1967 - a partir do qual o sistema como um todo lançou-se em mais um período de expansão.

As marchas e contramarchas da economia nacional em função dos reajustamentos, das alterações dos móveis e das característi-

cas específicas de cada padrão impõem que se proceda ao exame da economia agrícola do Rio Grande do Sul tendo por marco de referência as reorganizações produtivas do sistema nacional. Este procedimento se justifica na medida em que o processo de acumulação, que se desenvolve no Rio Grande do Sul, é derivado, em cada período, das exigências do padrão nacional, e em que este define a qualidade e a intensidade das atividades econômicas da região. A acumulação nacional, portanto, engolfa a derivada.

II - DA FORMAÇÃO DO MEIO RURAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

24

## II - DA FORMAÇÃO DO MEIO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL

No Rio Grande do Sul, a coexistência de latifúndio e minifúndio imprime características próprias à sua estrutura fundiária. É interessante destacar, contudo, que esta particular estrutura acompanhou, desde os seus primórdios, a ocupação do território rio-grandense pelos colonizadores portugueses. Com efeito, quase concomitantemente à distribuição das primeiras sesmarias, a partir do terceiro decênio do século XVIII, promoveu-se a vinda de imigrantes açorianos, aos quais foram destinadas pequenas-propriedades rurais.

Ao contrário de outras regiões do país, em que a concessão de sesmarias aos colonizadores obedecia a critérios de posses pessoais, no extremo sul do Brasil as doações foram efetuadas, principalmente, a militares e, um pouco mais tarde, a tropeiros enriquecidos, com o objetivo de garantir a soberania da Coroa Portuguesa sobre essa região de frequentes litígios com os espanhóis instalados no Prata. Essa modalidade de ocupação do território, cuja base econômica veio a ser a pecuária extensiva, implicava, porém, numa grande dispersão da população.

Observe-se que também aos açorianos poderiam ter sido distribuídas grandes frações de terra, já que a sociedade pastoril ainda estava em formação; no entanto, ao governo português interessava, mais uma vez por motivos militares, que eles se concentrassem geograficamente e isto, na época, somente poderia ser conseguido mediante a fixação das famílias açoritas em pequenas propriedades. Elas vieram a se constituir em base para o recrutamento de tropas, além de abastecerem as milícias com víveres.

É importante notar que o início da distribuição de sesmarias no Rio Grande do Sul coincidiu com a sua valorização econômica, isto é, deu-se quando esta parte do espaço brasileiro foi chamada, pela primeira vez, a de-

sempenhar uma função produtiva subsidiária à economia dominante no centro do país. Com a mineração, altamente especializada e dotada de grande poder aquisitivo, havia-se aberto um mercado para o gado originário das Missões Jesuíticas. O setor externo da economia brasileira necessitava não só de gado de corte, mas também, e principalmente, de animais de carga para o transporte das minas. Assim, o apresamento e a condução de mulas e bois em pé, proporcionando um fluxo significativo de bens oriundos do Rio Grande do Sul, destinados a satisfazerem as necessidades de alimentação e de transporte no centro do país, constituíram-se no primeiro elo de ligação do Estado com as atividades econômicas nacionalmente preponderantes.

Instituídos quase simultaneamente no meio rural gaúcho, latifúndio e pequena-propriedade - pecuária tradicional e agricultura colonial - alternaram-se em funções que, de alguma forma, auxiliassem a sustentar o crescimento do pólo dominante. Embora o Rio Grande do Sul, como economia voltada ao mercado interno brasileiro, dependesse do desempenho do setor exportador, ficando indiretamente exposto a conjunturas depressivas, essa alternância proporcionou, ao conjunto do Estado, maior poder de resistência frente às crises que se abateram sobre as economias de exportação do país, levando-as, uma após a outra, à decadência. Vinculando sempre o Rio Grande do Sul como economia subsidiária às atividades dos centros hegemônicos do país, pecuária e lavoura deram, assim, continuidade ao processo de integração do Estado ao núcleo da economia brasileira.

Com a decadência da mineração, a pecuária gaúcha também entraria em crise, ameaçando a constituição definitiva do latifúndio. No entanto, o Estado como um todo não entrou em refluxo, porque outra atividade produtiva, representada pela florescente lavoura dos imi-

grantes açorianos, havia despontado. A estes, aquinhoados com "datas" de terra, restara apenas a alternativa de voltar-se ao cultivo do solo. Praticando inicialmente culturas de subsistência, dedicaram-se também ao cultivo de alguns produtos comercializáveis, entre os quais o trigo, que assumiu uma posição de destaque. Esses produtos destinavam-se primordialmente ao abastecimento do complexo urbano do centro do país, vinculado ao setor externo, vindo a constituir-se o trigo, inclusive, em artigo de exportação da Colônia para a Metrópole.<sup>1</sup>

Essa primeira lavoura de caráter mercantil sobreviveu no Rio Grande do Sul enquanto seus produtos, mormente o trigo, tiveram possibilidades de acesso ao mercado do centro do país. Relegada ao desamparo oficial, sofrendo a concorrência do trigo estrangeiro e tendo a sua principal cultura assolada pela praga da "ferrugem", a lavoura dos açorianos foi praticamente condenada ao aniquilamento, desaparecendo com ela a primeira oportunidade de se consolidar a pequena-propriedade no Estado. Seus braços foram absorvidos pela pecuária, que novamente era chamada, via produção de charque, a cumprir um papel importante na dinâmica de crescimento do país. Simultaneamente à decadência dos núcleos açorianos, no entanto, promoveu-se a vinda dos primeiros imigrantes alemães, aos quais também foram destinadas pequenas-propriedades. Para o país, porém, a agropecuária colonial, a que eles se dedicaram, somente reassumiria uma função importante quase meio século depois. No momento, cumpre apenas ressaltar que, enquanto a pecuária tradicional retomava uma posição de destaque, consolidando sua base latifundiária, de forma alguma era abandonada a instituição da pequena-propriedade.

Com o surgimento da agroindústria do charque, abriram-se novas perspectivas para a pecuária tradicional do Estado, que viu ratificada a estrutura fundiária a ela subjacente. Porém, o caráter subalterno da economia gaúcha tornou-se evidente, bastando lembrar os conflitos, quanto à política fiscal, entre a oligarquia nacionalmente dominante (interessada na redução do preço do charque, destinado à alimentação dos escravos) e as lideranças rio-grandenses vinculadas à pecuária, que propug-

navam pelo protecionismo alfandegário para o seu produto.<sup>2</sup>

O crescimento acelerado da cafeicultura no centro do país deu novo alento à agropecuária colonial do Estado. Aproveitando uma conjuntura favorável para o seu produto no mercado internacional, os fazendeiros do café haviam intensificado as plantações no último quartel do século passado. Expandindo-se sobre todas as áreas aproveitáveis, os cafezais prejudicaram as culturas de subsistência que se haviam desenvolvido ao seu lado, vindo a ameaçar a preservação dos seus trabalhadores. Fazia-se necessário, portanto, que o abastecimento alimentar da mão-de-obra, empregada no setor dominante, passasse a ser efetuado desde áreas afastadas das plantações de café. Assim, abriu-se um mercado para os produtos coloniais gaúchos no centro do país.<sup>3</sup> As condições, porém, foram fixadas pelo setor hegemônico: deveria ser assegurado um baixo custo de reprodução da força de trabalho. Isto é, os preços dos gêneros da cesta de consumo dos trabalhadores deveriam ser baixos, o que permitiria conter os níveis salariais, elemento básico

<sup>1</sup> Estas exportações de trigo gaúcho para Portugal devem ter assumido algum destaque, a julgar pela reação na Metrópole. Azeredo Coutinho assinala que, em 1793, teria havido proibição de desembarque de trigo da Colônia em Portugal: "Pelos anos de 1793, tendo-se já aumentado a agricultura do trigo na capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, fizeram aqueles colonos agricultores exportar o seu supérfluo para o Rio de Janeiro, e dali para esta cidade de Lisboa; este novo gênero de importação causou novidade e deu ocasião a várias Representações e Consultas, e, afinal, se resolveu que não convinha a introdução do dito gênero neste Reino, para não arruinar os lavradores da Metrópole". Vide: COUTINHO, José Joaquim da Cunha Azeredo. Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias. 2 ed. Lisboa, Academia Real de Ciências, 1816 apud—. *Obras econômicas*. São Paulo, Nacional, 1966. p.152.

<sup>2</sup> As formas mais avançadas de organização da produção na manufatura saladeiril do Prata permitiam que o seu produto fosse colocado a preços inferiores aos do Rio Grande do Sul no mercado do centro do país. O Estado somente conseguia controlar o abastecimento do mercado brasileiro de charque, quando convulsões internas na região platina desorganizavam transitóriamente a produção.

<sup>3</sup> Como se sabe, com a imigração italiana em São Paulo introduziram-se novos hábitos de consumo na região da cafeicultura.

para manter uma política de preços concorrenciais no mercado internacional do café e garantir, simultaneamente, elevadas margens de lucro aos cafeicultores.

Um aspecto que não pode ser esquecido refere-se à campanha abolicionista que, em marcha na época, antepunha obstáculos à continuidade de um sistema de produção baseado na exploração do trabalho escravo. O tráfico negreiro cedeu lugar à importação de homens livres, introduzindo-se o trabalho assalariado na cafeicultura. Essas transformações que se operaram nas relações de produção da economia cafeeira dotaram os seus trabalhadores de um poder aquisitivo capaz de absorver os excedentes da agropecuária colonial gaúcha. Portanto, foram as necessidades, basicamente de alimentos, manifestadas pela população ocupada no complexo cafeeiro que contribuíram de forma decisiva para o crescimento das colônias europeias no extremo sul, incentivando a entrada de imigrantes.

Foi assim que, a partir de dois diferentes segmentos produtivos, a pecuária tradicional e a agropecuária colonial, o Rio Grande do Sul abastecia dois mercados distintos, formados pela mão-de-obra utilizada nos cafezais: a força de trabalho escrava do núcleo de expansão primitivo da cafeicultura absorvia o charque, enquanto os imigrantes italianos eram providos de produtos oriundos da zona colonial do Estado.

O assentamento de colonos europeus, fundamentalmente alemães e italianos, em pequenas-propriedades rurais, intensificou-se no Rio Grande do Sul durante as duas últimas décadas do século passado, na região hoje denominada de Colônia Velha. Desprovidos de cabeçais que lhes permitissem embarcar no cultivo de algum produto de exportação e instalados em glebas de terreno acidentado, impróprias para a criação de gado de corte, os colonos voltaram-se a culturas de subsistência. Em complemento à lavoura, dedicaram-se à pecuária leiteira e à suínocultura. Como o reduzido nível de divisão social do trabalho na pecuária tradicional do Estado, decorrente da forma extensiva de exploração da terra e do baixo índice de ocupação de mão-de-obra, não possibilitou a geração de uma demanda significativa

capaz de sustentar o crescimento das colônias, estas ficaram na dependência de conjunturas favoráveis para canalizar seus excedentes agrícolas para os mercados centrais.

Quando chegaram os colonos alemães e italianos não restavam mais áreas grandes de terras, próprias para a pecuária, para serem distribuídas no Rio Grande do Sul, tendo em vista que quase todo o espaço gaúcho que pudesse interessar ao latifúndio pastoril havia sido por ele ocupado. Outro fator, porém, parece ter sido mais decisivo para definir a modalidade de colonização do extremo sul: para que atendessem mais adequadamente aos interesses do latifúndio do café, tratou-se de fixar os colonos europeus em pequenas-propriedades.<sup>4</sup> A agropecuária colonial, intensiva em mão-de-obra e destinada a abastecer o mercado constituído, em sua maior parte, de trabalhadores assalariados dos cafezais, teria que ser estabelecida em moldes não-capitalistas e ficar assentada em bases concorrenciais, para garantir a atomização dos colonos frente ao capital. Além disso, os cafeicultores zelaram para que os núcleos coloniais fossem localizados fora dos limites possíveis de expansão de suas fazendas, sem comprometer, no entanto, a supremacia do latifúndio em outras regiões. Assim, a oligarquia dominante do centro do país fez prevalecer os seus interesses, sem entrar em conflitos mais sérios com as lideranças locais, representadas pelos pecuaristas latifundiários.

Como se pode perceber, as condições de acesso à terra e a formação de núcleos coloniais localizados vinham ao encontro dos objetivos da classe latifundiária dominante, e o minifúndio consolidou-se dentro de uma forma preestabelecida de estrutura fundiária, perfeitamente articulado ao processo de acumulação da economia agrário-exportadora brasileira.

<sup>4</sup> A Lei de Terras de 1850 e os Decretos de ... 1886 e 1887, estabelecendo que a propriedade da terra somente poderia ser alcançada mediante a compra, foram, na prática, instrumentos legais acionados para impedir o acesso dos imigrantes a extensos bens de raiz.

Quando o processo de acumulação a nível nacional começou a ser liderado pelo setor urbano-industrial, o Rio Grande do Sul não perdeu o seu caráter de economia subsidiária, permanecendo na tarefa de auxiliar a viabilizar o crescimento do centro do país. Com a industrialização do Brasil, a agricultura gaúcha passou paulatinamente a exercer a função redutora do custo de reprodução da força de trabalho em benefício do novo setor líder. A essa incumbência, entretanto, aliou-se, a partir de então, a função produtora de matérias-primas.<sup>5</sup>

A evolução do capitalismo de bases urbano-industriais no Brasil, subjugando a agricultura e imprimindo-lhe cada vez mais os rumos do seu desenvolvimento, passou também a moldar o meio rural à sua própria imagem. No Estado, a "industrialização" da agricultura teve início com a emergência da lavoura empresarial. Esta lavoura nasceu, com o cultivo do arroz, vinculada à função redutora do custo de reprodução da força de trabalho.<sup>6</sup> Num segundo momento, assistiu-se ao surgimento da triticultura em moldes empresariais, desempenhando ao lado da primeira função, o papel de cultura poupadora de divisas. No passado mais recente, aproveitando uma conjuntura de preços favoráveis no mercado internacional e valendo-se dos incentivos governamentais às exportações, adquiriu destaque a cultura de soja. Gerando divisas para a importação de bens de capital e de insumos básicos, o Rio Grande do Sul vem prestando, com a soja, uma colaboração decisiva para sustentar o crescimento industrial do pólo hegemônico da economia nacional.

Esse segmento produtivo moderno, mais vinculado ao setor urbano por utilizar máquinas e implementos agrícolas, adubos, fertilizantes e defensivos químicos de origem industrial, e no qual despontam relações de produção capitalistas em decorrência da introdução do trabalho assalariado na agricultura estadual, expande-se, sem modificar substancialmente a estrutura de propriedade da terra, sobre as áreas da agropecuária colonial e da pecuária tradicional. Tal fenômeno evidencia que latifúndio e minifúndio têm encontrado formas de convivência com o processo de acumulação em curso, conseguindo manter praticamente imutável a estrutura fundiária do Estado. Aliás, o

fato de latifúndio e minifúndio terem-se consolidado, quando nas atividades econômicas nacionalmente dominantes começaram a surgir relações de produção capitalistas, leva a presumir que ambos não apresentaram contradições significativas com a modalidade de acumulação emergente. A manutenção do quadro institucional agrário sugere, inclusive, que as formas não-capitalistas se adaptam à evolução recente do capitalismo no Brasil.

A atividade pastoril no Rio Grande do Sul, praticada em moldes extensivos e empregadora de um reduzido contingente de mão-de-obra, subsistiu em grandes propriedades. A pecuária de corte e lã continuou dependendo de forma decisiva da demanda interna do país, embora buscando, sempre que possível, colocar a sua produção no mercado internacional. O poder de resistência da pecuária tradicional advém do monopólio da terra, que permite ao fazendeiro jogar um duplo papel: como produtor, procurando colocar sua produção nos mercados interno e externo, e como proprietário, oferecendo parcial ou integralmente sua terra para arrendamento.

Em síntese, pode-se perceber que ao longo do período primário-exportador da economia brasileira o Rio Grande do Sul desenvolveu-se como região periférica e subsidiária do grande setor de mercado externo do país. Conseqüentemente, a dependência em relação ao exterior para escoamento da produção do setor hegemônico da economia brasileira, fenômeno que permeia séculos de história do país e que atende aos requisitos da divisão internacional do trabalho, conferia ao Rio Grande do Sul um caráter duplamente reflexo. No entanto, foi durante a vigência do "modelo" primário-exportador

<sup>5</sup> Observe-se que essa nova função pode ser reduzida, em última instância, à função redutora do custo de reprodução da força de trabalho, tendo em vista que a agricultura gaúcha fornece basicamente matérias-primas para as indústrias produtoras de bens de salário.

<sup>6</sup> É interessante assinalar que as primeiras inovações na orizicultura do Estado, marcando o início do processo de penetração do capital no campo, foram introduzidas, no princípio do século XX, por empresários oriundos de zonas urbanas.

no Brasil que se consolidou a estrutura fundiária rio-grandense. As transformações que, desencadeadas pela Grande Depressão, se operaram na economia brasileira a partir de então, e que fizeram com que a indústria passasse a comandar o processo de acumulação em escala

nacional, não alteraram esse quadro. Ao nível das atividades econômicas surgiu, porém, ao lado da pecuária tradicional e da agropecuária colonial, um terceiro segmento produtivo, a lavoura empresarial.

**III · DA CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO  
NA PROPRIEDADE E NO USO DA TERRA**

**21**

### III - DA CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO NA PROPRIEDADE E NO USO DA TERRA

No presente capítulo procurar-se-á examinar a evolução recente da estrutura fundiária do Estado, visando a identificar as transformações nela ocorridas depois que o setor urbano-industrial assumiu o comando do processo de acumulação de capital em escala nacional. Para respaldar a análise aqui desenvolvida foram utilizados dados oriundos dos quatro últimos censos agropecuários do IBGE e algumas informações retiradas do valioso estudo publicado pelo INCRA.<sup>1</sup> Ressalte-se, no entanto, que algumas das hipóteses enunciadas não puderam ser comprovadas empiricamente com base nos dados disponíveis. Nesses casos, ensaiam-se explicações consideradas as mais plausíveis para compreender os movimentos perceptíveis no contexto agrário rio-grandense.

Ao se efetuar uma análise da estrutura fundiária, duas abordagens distintas podem ser empregadas: de um lado, enfocando a estrutura de propriedade da terra e, de outro, privilegiando a sua estrutura de uso. Note-se que quando a estrutura de propriedade coincidir com a de uso, as informações referentes a estabelecimentos agrícolas podem ser utilizadas para realizar tanto um como o outro tipo de abordagem. Todavia, quando tal não ocorrer, faz-se necessário considerar as diferenças entre ambas as estruturas, para que não se incorra no erro de interpretar inadequadamente os dados estatísticos disponíveis. Portanto, cumpre advertir que não existe, necessariamente, uma correspondência entre "estabelecimento rural" e "propriedade rural". Segundo a conceituação do IBGE,<sup>2</sup> uma mesma propriedade pode estar dividida em vários estabelecimentos, ou um mesmo estabelecimento abranger mais de uma propriedade. Além disso, a um mesmo proprietário podem pertencer vários estabelecimentos.

Para que se possa entender a evolução observada na estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, a partir do início dos anos

quarenta, é importante ter presente que o período 1940-60 engloba a maior parte do padrão nacional de acumulação que privilegiou os bens não-duráveis de consumo. Os anos finais desse período também assistiram à instauração de um novo padrão, agora baseado em bens duráveis de consumo. Durante esses anos iniciais de uma nova fase do desenvolvimento econômico do país, contudo, não se processou a adequação do perfil de distribuição social da renda à recém instalada estrutura de oferta.

Dentro desse contexto, as duas décadas acima referidas inseriram-se numa fase propícia para a agropecuária colonial gaúcha, de onde emanava uma grande diversidade de bens de primeira necessidade, destinados a abastecer o mercado consumidor de baixas rendas nos centros urbanos. A agropecuária colonial do Estado atendeu, assim, aos requisitos do padrão de acumulação calcado em não-duráveis, atuando, mediante a produção de bens de salário, sobre o custo de reprodução da força de trabalho.

As pequenas unidades de produção familiares, base desse segmento produtivo colonial, experimentaram uma fase de relativa prosperidade, com a expansão da produção de quase todos os

<sup>1</sup> INCRA. *Levantamento e avaliação de recursos naturais, sócio-econômicos e institucionais do Rio Grande do Sul*. Brasília, 1973.

<sup>2</sup> O IBGE considera como *estabelecimento* "todo o terreno, de área contínua, independente do tamanho, formado de uma ou mais parcelas confinantes, sujeito a uma única administração, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de gado; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais. Excluíram-se da investigação os quintais de residências e as hortas domésticas." Vide: CENSO AGROPECUÁRIO 1970. Rio de Janeiro, 1970. p.23.

seus gêneros típicos. Tal situação, todavia, não impediu a fragmentação das pequenas-propriedades, embora a multiplicação no número desses estabelecimentos não se desse com a mesma intensidade em todos os seus estratos de tamanho. Com efeito, analisando o estrato dos pequenos estabelecimentos<sup>3</sup> de forma desagregada, verifica-se que a redução havida no seu tamanho médio deve ser creditada principalmente à segmentação das propriedades com menos de 20ha. A evidência empírica indica, pois, um processo de partição intensivo da terra no âmbito dos estabelecimentos de diminuto tamanho. Considerando, outrossim, que nas regiões tipicamente "minifundiárias" a esmagadora maioria dos estabelecimentos é explorada pelos próprios proprietários,<sup>4</sup> parece lícito concluir que a proliferação de pequenas-propriedades, aliada à sua fragmentação, é uma clara indicação do processo de crescente "minifundiização" no meio agrário gaúcho.

Simultaneamente, realizava-se no âmbito do latifúndio um processo de concentração de posse da terra. Até 1960, o movimento de concentração da propriedade pôde ser acompanhado através dos dados existentes sobre a evolução do número e do tamanho dos estabelecimentos agrícolas, porque a prática do arrendamento de terras da pecuária para a lavoura ainda não se tornara tão importante a ponto de provocar a descoincidência entre as estruturas de uso e de propriedade do solo.

Entre 1940 e 1950, por exemplo, aumentou tanto o número como a área dos grandes estabelecimentos fazendo com que seu tamanho médio evoluísse de 1.490 para 1.536ha. O movimento concentrador mostrou-se ainda mais acentuado entre os estabelecimentos com mais de 10.000ha. No decênio seguinte, embora tivesse ocorrido uma pequena redução no número destes estabelecimentos, sua área média elevou-se em mais de 25%, passando de 15.171 para 18.993ha.

Esses dois movimentos, o de concentração da propriedade no estrato superior e o de partição dos pequenos-estabelecimentos, não são mais do que o reflexo de uma tendência histórica. A concentração resulta da acumulação não-capitalista realizada pelos grandes-proprietários, enquanto a minifundiização anun-

cia, com segurança, as pré-condições de proletarização do pequeno-produtor agropecuário. No entanto, essa tendência acentuou-se consideravelmente ao longo do período em análise, cabendo buscar a razão para tal na expansão do capitalismo urbano-industrial e na "industrialização" do campo. Segundo a hipótese que está sendo levantada, a penetração capitalista na agricultura provocaria uma intensificação daquelas duas tendências.

O movimento de concentração de propriedade da terra perdurou durante a década de sessenta, embora as informações disponíveis sobre "estabelecimentos" rurais não possibilitem identificar diretamente tal evolução. As informações fornecidas pelo último censo agropecuário deixam de espelhar a concentração porque os dados relativos a 1970 captam uma situação em que já se havia desenvolvido uma nítida diferenciação entre as estruturas de propriedade e de uso da terra. Embora não se pudesse esperar uma reversão brusca da tendência histórica à concentração, a drástica redução no número de estabelecimentos com mais de 10.000ha, associada a uma pequena redução do seu tamanho médio, poderia induzir à conclusão de que estaria em andamento um processo oposto. Além disso, o fato de os grandes estabelecimentos terem diminuído a sua importância relativa tanto em termos de número como de área - apesar de ainda representarem 1,5% do número

<sup>3</sup> Adota-se aqui o critério do INCRA, que considera como pequenos os estabelecimentos com menos de 50ha. O estrato superior, o dos grandes, inclui estabelecimentos a partir de 500ha. No estrato intermediário estão compreendidos estabelecimentos entre 50 e menos de 500ha. Vide: INCRA, op. cit., v.1, p.57.

<sup>4</sup> "As Regiões 1 e 2, as de maior frequência de proprietários produtores, 93,5% e 96,0%, são as que apresentam as mais altas percentagens de propriedades com área inferior a 25ha, 84,0% e 83,7%, respectivamente, do número total de imóveis rurais". Vide: INCRA, op. cit., v.5, p.11. As regiões de programação utilizadas pelo INCRA são nove e podem ser associadas, a grosso modo, às seguintes regiões fisiográficas do Estado: 1- Alto Uruguai; 2- Encosta Inferior do Nordeste e Encosta Superior do Nordeste; 3- Planalto Médio; 4- Missões e parte da Depressão Central; 5- Encosta do Sudeste e parte da Depressão Central; 6- Litoral; 7- Campos de cima da Serra; 8- Serra do Sudeste; 9- Campanha.

total e ocuparem 41,5% do solo agrícola em 1970 - estaria apontando nesta mesma direção. Todavia, faz-se necessário examinar por que os dados estatísticos disponíveis revelam uma aparente desconcentração.

Tendo em mente que o alastramento da agropecuária colonial, para satisfazer as exigências do padrão de acumulação calcado em bens não-duráveis de consumo, resultou no esgotamento da fronteira agrícola do Rio Grande do Sul, pode-se inferir que a expansão da lavoura empresarial teria que se dar sobre terras dos outros dois segmentos produtivos. Entretanto, ocorre que uma elevada parcela das terras mais adequadas para lavouras mecanizadas<sup>5</sup> encontra-se em regiões marcadas por uma pronunciada concentração da propriedade.<sup>6</sup> Necessitando dessas terras para expandir-se, a lavoura empresarial obteria acesso a elas mediante o arrendamento.

Efetivamente, as informações disponíveis evidenciam a importância crescente do acesso a terra sob a forma de arrendamento. Entre 1950 e 1970 houve um aumento de 439% no número de estabelecimentos arrendados, enquanto que a área por eles ocupada elevou-se em 41%, ascendendo a sua participação na área total para, aproximadamente, 12,87%. Por outro lado, também sob a condição mista - terras próprias e arrendadas - verificaram-se acréscimos tanto no número como na área total dos estabelecimentos. Portanto, pode-se dizer que houve uma desconcentração no uso da terra, embora não se processasse o mesmo fenômeno em relação à propriedade.

Em virtude de utilizar áreas pertencentes a grandes-proprietários de terra, obviamente recai, sobre a lavoura empresarial, o ônus do arrendamento. Nesse sentido, referindo-se à situação vigente na segunda metade da década de cinquenta, Paulo Schilling assinala que "a grande maioria dos arrendamentos das terras de arroz (75% da área é arrendada) é paga em espécie — a renda-produto.<sup>7</sup> As altas percentagens pagas, de 20 a 40% da produção bruta, são responsáveis pelo alto custo de produção do arroz."<sup>8</sup> Por sua vez, valendo-se de informações do IRGA e da FECOTRIGO, o estudo do INCRA aponta que nas safras de 1966-67,

"nas lavouras de trigo e arroz, as mais tecnificadas do Estado, a percentagem de arrendamento é muito elevada, atingindo, no caso do trigo, 49,2% e, no arroz, 67,3% da área cultivada."<sup>9</sup> Efetuando os cálculos de custo para a safra de arroz de 1975-76, o IRGA estimou que 65,44% das áreas semeadas eram oneradas com alguma modalidade de arrendamento.<sup>10</sup> Já a FECOTRIGO calculou que o arrendamento incidia sobre 44% das áreas plantadas de soja e trigo, nas safras de 1975-76.<sup>11</sup>

Considerando que a lavoura empresarial necessita terras com características adequadas para a sua produção, e que uma significativa parcela dessas terras se distribui por regiões onde predomina o latifúndio pastoril, pode-se deduzir que os estabelecimentos ocupados sob o regime de arrendamento são, em grande parte, propriedades de pecuaristas, e que as principais lavouras cultivadas em áreas arrendadas pertencem ao segmento mais moderno da agricultura gaúcha.

Além disso, levando em conta que cada fração arrendada da grande-propriedade pode constituir-se em um estabelecimento agrícola, e que as mais elevadas percentagens de áreas exploradas sob a forma de arrendamento são encontradas em regiões onde predomina o

<sup>5</sup> "As regiões com as mais altas percentagens de terras aptas para cultivos anuais intensivos são a 3, 5, 4 e 9". Vide: INCRA, op. cit., v.5, p.9.

<sup>6</sup> "As maiores propriedades concentram-se nas Regiões 4, 6 e 9, onde, respectivamente, ... 36,6%, 30,5% e 51,6% de suas áreas estão ocupadas por imóveis de mais de 1.000ha. Vide: INCRA, op. cit., v.5, p.10.

<sup>7</sup> Note-se que o arrendamento, pago sob a forma de "renda-produto", constitui um indício de que o capitalismo ainda não se firmara integralmente no meio rural do Rio Grande do Sul.

<sup>8</sup> SCHILLING, Paulo. *Trigo*. Rio de Janeiro, MEC, 1959.

<sup>9</sup> INCRA, op. cit., v.5, p.11.

<sup>10</sup> CUSTO da produção do arroz; safra 1975/76, Rio Grande do Sul. *Lavoura Arrozreira*, Porto Alegre, 29(289): 57-60, jan./fev.1976.

<sup>11</sup> "As áreas arrendadas representam aproximadamente 44% da área cultivada com trigo e soja no Rio Grande do Sul." Vide: FECOTRIGO. *Trigo/Soja: custos de produção 1967, 1973 e 1974*. Porto Alegre [s.d.].

latifúndio,<sup>12</sup> pode-se concluir que a diminuição do tamanho médio dos grandes-estabelecimentos, no passado mais recente, não significa que seus proprietários estejam perdendo o monopólio da propriedade da terra. Na verdade, a lavoura empresarial deixa a propriedade da terra praticamente intacta, verificando-se apenas um rearranjo no uso do solo. Portanto, ao se expandir sobre áreas inseridas no interior do latifúndio, a lavoura empresarial indiscutivelmente beneficia o grande-proprietário rural, canalizando para ele, sob a forma de renda da terra, parte do excedente gerado. Assim, é possível que em virtude da valorização progressiva da terra, o latifundiário tenda a fortalecer-se como proprietário, o que levaria ao aprofundamento do processo de concentração da propriedade no meio agrário do Estado.

Como processo paralelo à concentração fundiária no âmbito das grandes-propriedades, verificou-se a continuidade da fragmentação dos pequenos-estabelecimentos. As informações disponíveis revelam que o aumento no número total de estabelecimentos, entre 1960 e 1970, deve ser creditado quase exclusivamente às pequenas unidades de produção. Entre estas, foram as propriedades com menos de 10ha que apresentaram a diminuição mais sensível de tamanho.

Conforme já se mencionou, a identificação entre propriedade e estabelecimento agrícola, quando se analisa os estabelecimentos menores, é pertinente na medida em que estes quase sempre são explorados pelos seus proprietários. Entre as pequenas-propriedades, a instituição do arrendamento é insignificante, o que parece ser uma decorrência da conjugação de alguns fatores, entre os quais se poderia citar: carência de recursos para pagamento do arrendamento por parte do pequeno-proprietário, que necessitasse de terras vizinhas para ampliação das suas lavouras; impossibilidade de viver com a exígua receita do arrendamento obtida por aquele que cedesse a sua propriedade para outrem; dificuldade de reunir um adequado número de minifundiários dispostos a ceder o uso de terras contíguas para lavouras capitalistas; e inadequação do solo de grande parte dos minifúndios para técnicas de produção mais avançadas.

As pequenas-propriedades, contudo,

não se distribuem de forma homogênea no Estado. Elas predominam no Alto Uruguai e na zona denominada Colônia Velha, que é uma das "regiões que apresentam terras com mais fortes limitações à sua utilização,"<sup>13</sup> através de métodos de produção mecanizados. Também existe uma grande aglomeração de unidades de produção familiares no Planalto Médio, onde "as propriedades com menos de 25ha representam 71,0% do número de imóveis e apenas 21,2% do total da área agrícola regional."<sup>14</sup> Essa região, porém, "com 54,00% de sua área ocupada com propriedades de mais de 100ha, é a que possui as melhores terras, quanto à capacidade de uso"<sup>15</sup> para cultivos mecanizados.

O fato de uma região típica de lavoura empresarial, como é a do Planalto Médio, apresentar a maior parte de suas terras ocupadas por estabelecimentos de tamanho médio, parece sugerir que seja este o estrato de área sobre o qual tende a se consolidar o segmento produtivo mais moderno da agricultura gaúcha. Ademais, como é a lavoura empresarial que tem-se constituído ultimamente no segmento produtivo mais dinâmico, pode haver uma relação entre seu desenvolvimento e o aumento das áreas médias dos estabelecimentos do estrato intermediário.

Observe-se que este indício de uma provável tendência do segmento empresarial firmar-se em estabelecimentos de tamanho médio aparece numa área de irradiação recente da lavoura capitalista. Esta lavoura, todavia, já florescera anteriormente no Planalto Médio, aproveitando a oportunidade aberta pelo padrão de acumulação urbano-industrial vigente até meados dos anos cinqüenta. Valendo-se dos es-

<sup>12</sup> "São observadas elevadas percentagens de áreas exploradas sob a forma de arrendamento nas Regiões 4, 6 e 9, respectivamente, 16,4%, 12,5% e 16,9% do total de suas áreas utilizadas." (...) "As Regiões 4, 6 e 9, justamente as que apresentam as mais elevadas percentagens de terras sob formas de exploração indiretas, são as de mais acentuada concentração da propriedade da terra, com, respectivamente, 36,6%, 30,5% e 51,6% de suas áreas ocupadas por propriedades de mais de 1.000ha." Vide: INCRA, v.5, p.11.

<sup>13</sup> INCRA, op. cit., v.5, p.10.

<sup>14</sup> INCRA, op. cit., v.5, p.10.

<sup>15</sup> INCRA, op. cit., v.5, p.11.

tímulos provenientes de uma crescente demanda urbana por alimentos, e de uma política cambial que favorecia a importação de máquinas e implementos agrícolas, a produção de trigo em moldes capitalistas expandira-se de forma considerável no Estado. Posteriormente, ocorreu uma reversão do processo, de tal forma que em 1963 a produção tritícola houvesse recuado aos níveis da oferta colonial de 1947.

Na segunda metade da década de sessenta, acompanhando a retomada de crescimento da economia brasileira dentro de um padrão de acumulação centrado em bens duráveis de consumo, a lavoura empresarial, baseada na produção de trigo, voltou a expandir-se no Rio Grande do Sul. Desta vez, a existência de uma indústria de máquinas e implementos agrícolas instalada no país proporcionou uma aliança de interesses entre empresários rurais e industriais, ao que veio somar-se uma política oficial de crédito subsidiado à agricultura. O efeito de tal política implementada pelo Governo Federal foi tanto de poupar divisas através da produção doméstica do referido grão, como de gerá-las através da exportação de soja. A partir do início da presente década, a produção dessa oleaginosa extravazou os limites das pequenas-propriedades, disparando para níveis que deixaram evidente o alastramento da cultura sobre terras da pecuária.

Essa expansão da lavoura empresarial sobre as terras da pecuária justifica-se, em primeiro lugar, pelo fato de que já por volta de 1940 praticamente se esgotara, em termos de apropriação, a fronteira agrícola do Rio Grande do Sul, restando apenas frações de terras marginais, de baixa qualidade, para serem incorporadas. Por outro lado, esgotadas as oportunidades de ampliar as suas lavouras nas antigas áreas de expansão - como foi o caso do Planalto Médio - praticamente só sobraram as terras da pecuária tradicional para o crescimento do segmento moderno. Note-se, ademais, que essas terras compreendem manchas incluídas entre as melhores do Estado para culturas mecanizadas, prestando-se especialmente para a lavoura da soja, a mais dinâmica da atualidade. As áreas de pecuária, porém, já começaram a ser invadidas, a partir do segundo quinquênio dos anos sessenta, por uma outra cultura

da lavoura empresarial, a do arroz.

Em face da subutilização das terras da pecuária, decorrente da forma extensiva de exploração que a caracteriza, o latifúndio pastoril pôde ceder parte do seu território sem sacrificar sua produção. Diante da afluência das culturas de arroz e soja, contudo, assistiu-se a uma notável valorização da terra. Os dados divulgados sobre preço de venda e de arrendamento da terra estão a confirmar plenamente esta evolução.<sup>16</sup>

A valorização da terra foi possibilitada pelo papel que as culturas da lavoura empresarial assumiram no padrão de acumulação vigente. De modo especial, o estímulo à alternância trigo-soja, os incentivos oficiais às exportações e, principalmente, o crédito subsidiado à agricultura para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas e de insumos modernos, proporcionam níveis de rentabilidade que permitem arcar com elevados custos de arrendamento. Além disso, as elevadas cotações da soja no mercado internacional têm dado um respaldo decisivo para viabilizar uma elevada renda fundiária sem comprometer as taxas de lucro dos empresários rurais. Já os preços de sustentação que protegem as lavouras de trigo e arroz aparentemente não têm sido tão desalentadores a ponto de levarem ao abandono dessas culturas em terras arrendadas do latifúndio.

Em vista do exposto, é lícito concluir que a penetração da forma capitalista de produção no meio rural do Rio Grande do Sul, vem desvinculando a propriedade do uso da terra, de modo que as duas estruturas tendem a não mais se confundir. Em outras palavras, em-

<sup>16</sup> Vide a série de trabalhos elaborados pelo Centro de Estudos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas.

AGROPECUÁRIA - preços das terras, do trabalho e dos serviços. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, 28(6):42-62, jun.1974.

CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, v.25, n. 7, jul.1971.

FGV. Agropecuária: preços médios e índices de arrendamentos, vendas de terras, salários, serviços; 1º semestre de 1973 a 1º semestre de 1975. Rio de Janeiro, 1975.

PREÇOS E SALÁRIOS NO SETOR AGRÍCOLA. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, 31(6): 100-107, jun.1977.

bora a fronteira de apropriação da terra estivesse definida, as possibilidades de sua utilização ainda não se haviam esgotado. Assim, o avanço do capitalismo no campo transforma a estrutura de uso do solo, mantendo praticamente intocada a estrutura de propriedade.

As transformações em curso na agricultura gaúcha, conduzindo a mudanças na estrutura fundiária através de um rearranjo do uso do solo e levando a um aprofundamento do processo de "minifundização" e, presumivelmente, também do de concentração da propriedade, encerram tanto efeitos compatíveis como contraditórios com o desenvolvimento do sistema como um todo. O fracionamento da pequena-propriedade limita as condições da produção doméstica do "minifúndio", forçando uma parcela dos seus braços a se vender como força de trabalho para a lavoura empresarial ou a se somar à mão-de-

-obra disponível nos grandes centros urbanos, ou, ainda, a se deslocar para as frentes de expansão do sistema econômico nacional, para lá reproduzir sua forma de produção de subsistência. Por outro lado, um provável aumento no grau de monopólio da propriedade da terra, ao trazer consigo uma majoração do arrendamento proveniente da cessão do uso do solo, pode-se tornar incompatível, no caso de produtos como o arroz e o trigo, com a não-elevação do custo de reprodução da força de trabalho a nível nacional.

Em suma, pode-se observar que o desenvolvimento capitalista no campo não levou ao desaparecimento nem da grande nem da pequena-propriedade agrícola no Rio Grande do Sul. Tanto latifúndio como minifúndio têm encontrado formas de articulação com o processo de acumulação dominante.

Quadro 1

Número de estabelecimentos e área, por grupo de área, no Rio Grande do Sul — 1940-1970

GRUPOS DE ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			
	1940	1950	1960	1970
— 10	37 457	47 724	100 132	177 519
— 1	150	666	1 735	6 312
1 — 2	1 042	2 219	5 280	16 068
2 — 5	11 667	13 901	33 973	63 642
5 — 10	24 598	30 938	59 144	91 497
10 — 100	166 420	211 274	252 465	301 069
10 — 20	52 866	78 043	110 162	143 774
20 — 50	87 588	105 729	113 659	126 849
50 — 100	25 966	27 502	28 644	30 446
100 — 1 000	23 315	24 147	24 480	29 827
100 — 200	11 119	11 599	12 005	14 530
200 — 500	8 332	8 661	8 744	10 949
500 — 1 000	3 864	3 887	3 731	4 348
1 000 — 10 000	3 479	3 535	3 074	3 216
1 000 — 2 000	3 253	2 135	1 945	2 136
2 000 — 5 000		1 153	960	959
5 000 — 10 000		247	169	121
10 000 —	41	51	48	19
10 000 — 100 000	-	51	47	19
100 000 —	-	-	1	-
TOTAL	230 712	286 731	380 199	511 650

  

GRUPOS DE ÁREA (ha)	ÁREA (ha)				TAMANHO MÉDIO (ha)			
	1940	1950	1960	1970	1940	1950	1960	1970
— 10	209 976	266 340	526 768	853 462	5,6	5,6	5,3	4,8
— 1	47	212	1 445	2 830	0,3	0,3	0,8	0,5
1 — 2	1 261	2 579	7 051	20 274	1,2	1,2	1,3	1,3
2 — 5	38 073	45 447	110 582	201 205	3,3	3,3	3,3	3,2
5 — 10	170 595	218 102	407 690	629 153	6,9	7,1	6,9	6,9
10 — 100	5 076 855	6 033 114	6 717 311	7 699 620	30,5	28,6	26,6	25,6
10 — 20	735 261	1 084 998	1 502 791	1 964 259	13,9	13,9	13,6	13,7
20 — 50	2 607 377	3 105 507	3 305 406	3 685 854	29,8	29,4	29,1	29,1
50 — 100	1 734 217	1 842 609	1 909 114	2 049 507	66,8	67,0	66,7	67,3
100 — 1 000	6 845 385	7 003 470	6 908 653	8 371 286	293,6	290,0	282,2	280,7
100 — 200	1 543 561	1 599 669	1 633 781	2 000 960	138,8	137,9	136,1	137,7
200 — 500	2 607 681	2 694 008	2 689 645	3 368 818	313,0	311,1	307,6	307,7
500 — 1 000	2 694 143	2 709 793	2 585 227	3 001 508	697,2	697,1	692,9	690,3
1 000 — 10 000	7 715 205	7 992 729	6 594 995	6 530 864	2 217,7	2 261,0	2 145,4	2 030,7
1 000 — 2 000	6 223 563	2 946 086	2 669 927	2 912 445	1 913,2	1 379,9	1 372,7	1 363,5
2 000 — 5 000		3 438 050	2 800 005	2 829 475		2 981,8	2 916,7	2 950,4
5 000 — 10 000		1 491 642	1 608 593	1 125 063		788 945	6 600,2	6 512,5
10 000 —	594 394	773 722	911 679	351 947	14 497,4	15 171,0	18 993,3	18 523,5
10 000 — 100 000	-	773 722	787 679	351 947	-	15 171,0	16 759,1	18 523,5
100 000 —	-	-	124 000	-	-	-	124 000,0	-
TOTAL	20 441 815	22 069 375	21 659 406	23 807 179	88,6	77,0	57,0	46,5

FONTE: CENSOS ECONÔMICOS: agrícola, industrial, comercial e dos serviços; Rio Grande do Sul 1940. Rio de Janeiro, pt.20, t.2, 1950.  
 CENSOS ECONÔMICOS: Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, v.28, t.2, 1956.  
 CENSO AGRÍCOLA DE 1960: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, v.2, t.13, 1970.  
 CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970. Rio de Janeiro, 1970.

## Quadro 2

## Evolução do número de estabelecimentos, no Rio Grande do Sul — 1940-1970

GRUPOS DE ÁREA (ha)	1940		1950		1960		1970	
	Estabelecimento	%	Estabelecimento	%	Estabelecimento	%	Estabelecimento	%
0 — 50	177 911	77,1	231 496	80,7	323 953	85,2	448 142	87,6
50 — 500	45 417	19,7	47 762	16,7	49 393	13,0	55 925	10,9
500 —	7 384	3,2	7 473	2,6	6 853	1,8	7 583	1,5
<b>TOTAL</b>	<b>230 712</b>	<b>100,0</b>	<b>286 731</b>	<b>100,0</b>	<b>380 199</b>	<b>100,0</b>	<b>511 650</b>	<b>100,0</b>

FONTE: CENSOS ECONÔMICOS: agrícola, industrial, comercial e dos serviços; Rio Grande do Sul, 1940. Rio de Janeiro, pt.20, t.2, 1950.  
 CENSOS ECONÔMICOS: Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, v.28, t.2, 1956.  
 CENSO AGRÍCOLA DE 1960: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, v.2, t.13, 1970.  
 CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970. Rio de Janeiro, 1970.

## Quadro 3

## Evolução da área ocupada, no Rio Grande do Sul — 1940-1970

GRUPOS DE ÁREA (ha)	1940		1950		1960		1970	
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
0 — 50	3 552 614	17,4	4 456 645	20,2	5 334 965	24,6	6 503 575	27,3
50 — 500	5 885 459	28,8	6 136 286	27,8	6 232 540	28,8	7 419 285	31,2
500 —	11 003 742	53,8	11 476 244	52,0	10 091 901	46,6	9 884 319	41,5
<b>TOTAL</b>	<b>20 441 815</b>	<b>100,0</b>	<b>22 069 375</b>	<b>100,0</b>	<b>21 659 406</b>	<b>100,0</b>	<b>23 807 179</b>	<b>100,0</b>

FONTE: CENSOS ECONÔMICOS: agrícola, industrial, comercial e dos serviços; Rio Grande do Sul, 1940. Rio de Janeiro, pt.20, t.2, 1950.  
 CENSOS ECONÔMICOS: Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, v.28, t.2, 1956.  
 CENSO AGRÍCOLA DE 1960: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, v.2, t.13, 1970.  
 CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970. Rio de Janeiro, 1970.

Quadro 4

Grupos de área e condição legal das terras, no Rio Grande do Sul — 1950

GRUPOS DE ÁREA (ha)	PRÓPRIAS		ARRENDADAS		OCUPADAS	
	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)
— 10	31 214	179 231	5 354	25 438	9 910	54 421
— 1	453	147	103	34	108	31
1 — 2	1 332	1 575	400	444	451	523
2 — 5	8 540	27 858	2 071	6 633	2 928	9 755
5 — 10	20 889	149 651	2 780	18 327	6 423	44 112
10 — 100	174 747	5 137 984	7 629	224 602	23 896	494 104
10 — 20	61 079	859 967	3 209	42 259	12 313	162 154
20 — 50	89 347	2 656 031	3 188	93 521	10 802	281 404
50 — 100	24 321	1 621 986	1 232	88 822	781	50 546
100 — 1 000	18 957	5 270 334	2 540	861 667	459	110 763
100 — 200	9 558	1 312 366	958	136 600	272	36 456
200 — 500	6 656	2 052 963	1 022	330 327	135	40 753
500 — 1 000	2 743	1 905 005	560	394 740	52	33 554
1 000 — 10 000	2 389	5 383 398	479	1 021 139	36	73 311
1 000 — 2 000	1 460	2 012 980	300	409 404	23	28 992
2 000 — 5 000	756	2 244 213	155	460 337	11	31 543
5 000 — 10 000	173	1 126 205	24	151 398	2	12 776
10 000 —	31	463 074	3	33 251	1	16 601
10 000 — 100 000	31	463 074	3	33 251	1	16 601
100 000 —	-	-	-	-	-	-
TOTAL	227 338	16 434 021	16 005	2 166 097	34 302	749 200

  

GRUPOS DE ÁREA (ha)	CONDIÇÃO MISTA					
	Próprias e Arrendadas		Próprias e Ocupadas		Arrendadas e Ocupadas	
	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)
— 10	741	4 351	442	2 600	63	299
— 1	-	-	1	0	1	0
1 — 2	20	21	12	12	4	4
2 — 5	222	745	114	373	26	83
5 — 10	499	3 585	315	2 215	32	212
10 — 100	2 391	80 592	2 551	94 393	60	1 439
10 — 20	796	11 314	612	8 796	34	508
20 — 50	1 081	32 791	1 290	41 170	21	590
50 — 100	514	36 487	649	44 427	5	341
100 — 1 000	1 517	580 036	669	178 008	5	2 662
100 — 200	470	67 454	341	46 793	-	-
200 — 500	593	189 605	252	79 353	3	1 007
500 — 1 000	454	322 977	76	51 862	2	1 655
1 000 — 10 000	550	1 320 089	76	183 737	5	11 055
1 000 — 2 000	301	421 842	48	67 821	3	5 047
2 000 — 5 000	211	644 532	18	51 417	2	6 008
5 000 — 10 000	38	253 715	10	64 499	-	-
10 000 —	15	250 695	1	10 101	-	-
10 000 — 100 000	15	250 695	1	10 101	-	-
100 000 —	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5 214	2 235 763	3 739	468 839	133	15 455

FONTE: CENSOS ECONÔMICOS: Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, v.28, t.2, 1956.

## Grupos de área e condição legal das terras, no Rio Grande do Sul — 1960.

GRUPOS DE ÁREA (ha)	PRÓPRIAS		ARRENDADAS		OCUPADAS	
	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)
— 10	57 483	316 958	20 291	95 937	18 546	91 615
— 1	1 132	1 073	283	158	286	194
1   2	2 894	3 886	1 208	1 584	1 084	1 434
2   5	17 177	56 550	8 571	27 186	7 086	22 775
5   10	36 280	255 449	10 229	67 009	10 090	67 212
10   100	201 114	5 466 800	20 588	522 219	21 126	427 193
10   20	82 924	1 147 455	10 652	137 652	12 897	166 069
20   50	94 726	2 770 883	7 519	215 869	7 212	190 144
50   100	23 464	1 548 462	2 417	168 698	1 017	70 980
100   1 000	17 374	4 763 680	3 817	1 143 242	463	107 176
100   200	8 869	1 197 192	1 674	234 051	278	36 922
200   500	6 005	1 837 332	1 497	461 391	141	40 133
500   1 000	2 500	1 729 156	646	447 800	44	30 121
1 000   10 000	1 994	4 273 253	407	790 383	22	39 929
1 000   2 000	1 268	1 743 762	274	368 970	18	25 514
2 000   5 000	617	1 812 360	119	323 173	3	8 415
5 000   10 000	109	717 131	14	98 240	1	6 000
10 000	29	601 712	4	67 782	-	-
10 000   100 000	28	477 712	4	67 782	-	-
100 000	1	124 000	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>277 994</b>	<b>15 422 403</b>	<b>45 107</b>	<b>2 619 563</b>	<b>40 157</b>	<b>665 913</b>

  

GRUPOS DE ÁREA (ha)	Próprias e Arrendadas		Próprias e ocupadas		Arrendadas e ocupadas	
	Estabele- cimento	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)
— 10	2 451	14 401	965	5 612	396	2 245
— 1	23	16	8	3	3	1
1   2	64	97	25	42	5	8
2   5	743	2 671	261	927	135	473
5   10	1 621	11 617	671	4 640	253	1 763
10   100	5 601	175 078	3 521	112 795	515	13 226
10   20	2 266	31 825	1 149	16 130	274	3 660
20   50	2 290	69 575	1 739	53 991	173	4 944
50   100	1 045	73 678	633	42 674	68	4 622
100   1 000	2 287	768 620	465	104 346	74	21 589
100   200	839	119 231	305	40 811	40	5 574
200   500	957	306 132	122	37 508	22	7 149
500   1 000	491	343 257	38	26 027	12	8 866
1 000   10 000	610	1 405 227	36	73 533	5	12 670
1 000   2 000	360	499 384	23	30 089	2	2 208
2 000   5 000	209	624 289	10	26 620	2	5 148
5 000   10 000	41	281 554	3	16 824	1	5 314
10 000	15	242 185	-	-	-	-
10 000   100 000	15	242 185	-	-	-	-
100 000	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>10 964</b>	<b>2 605 511</b>	<b>4 987</b>	<b>296 286</b>	<b>990</b>	<b>49 730</b>

Quadro 6

Grupos de área e condição legal das terras, no Rio Grande do Sul — 1970

GRUPOS DE ÁREA (ha)	PRÓPRIAS		ARRENDADAS		OCUPADAS	
	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)
— 10	94 941	493 790	46 807	199 829	27 553	113 392
— 1	3 700	1 538	1 119	582	1 364	641
1 — 2	6 721	8 592	5 475	6 807	3 548	4 412
2 — 5	29 343	94 923	20 125	61 581	11 616	35 948
5 — 10	55 177	388 737	20 088	130 859	11 025	72 391
10 — 100	231 547	5 914 277	34 045	854 040	16 672	373 677
10 — 20	108 230	1 492 308	18 082	236 327	9 609	124 900
20 — 50	101 019	2 933 703	12 046	345 905	5 798	163 540
50 — 100	22 298	1 488 266	3 917	271 808	1 265	85 237
100 — 1 000	19 343	5 408 430	5 187	1 383 856	936	221 740
100 — 200	9 531	1 308 486	2 615	361 397	527	71 380
200 — 500	7 013	2 158 368	1 918	585 027	318	91 186
500 — 1 000	2 799	1 941 576	654	437 432	91	59 174
1 000 — 10 000	2 076	4 227 502	329	602 206	45	98 398
1 000 — 2 000	1 369	1 859 630	233	310 355	27	35 047
2 000 — 5 000	622	1 831 017	94	279 307	14	38 176
5 000 — 10 000	85	536 855	2	12 545	4	25 176
10 000 —	11	165 675	2	25 878	2	86 162
10 000 — 100 000	11	165 675	2	25 878	2	86 162
100 000 —	-	-	-	-	-	-
TOTAL	347 918	16 209 674	86 370	3 065 809	45 208	893 369

  

GRUPOS DE ÁREA (ha)	C O N D I Ç Ã O M I S T A					
	Próprias e Arrendadas		Próprias e Ocupadas		Arrendadas e Ocupadas	
	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)
— 10	5 351	31 152	2 116	11 387	751	3 912
— 1	62	33	64	35	3	2
1 — 2	168	242	112	155	44	66
2 — 5	1 587	5 453	685	2 320	286	979
5 — 10	3 534	25 424	1 255	8 877	418	2 865
10 — 100	12 353	361 339	5 772	179 405	680	16 885
10 — 20	5 419	76 216	2 078	29 638	356	4 871
20 — 50	5 008	151 291	2 716	83 712	262	7 705
50 — 100	1 926	133 832	978	66 055	62	4 309
100 — 1 000	3 511	1 139 198	770	199 232	80	18 832
100 — 200	1 395	196 462	417	57 051	45	6 184
200 — 500	1 410	445 888	261	79 479	29	8 872
500 — 1 000	706	496 848	92	62 702	6	3 776
1 000 — 10 000	708	1 482 936	53	104 929	5	14 894
1 000 — 2 000	467	651 659	38	52 966	2	2 790
2 000 — 5 000	213	629 627	14	46 445	2	4 904
5 000 — 10 000	28	201 650	1	5 518	1	7 200
10 000 —	3	64 233	1	10 000	-	-
10 000 — 100 000	3	64 233	1	10 000	-	-
100 000 —	-	-	-	-	-	-
TOTAL	21 926	3 078 858	8 712	504 953	1 516	54 523

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970. Rio de Janeiro, 1970.

## Grupos de área e condição legal da terra, no Rio Grande do Sul — 1950

GRUPOS DE ÁREA (ha)	PRÓPRIAS		ARRENDADAS		OCUPADAS	
	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)
0 — 50	181 640	3 695 229	11 751	161 218	33 025	497 979
50 — 500	40 535	4 987 315	3 212	555 749	1 188	127 755
500 —	5 163	7 751 477	1 042	1 449 130	89	123 466
<b>TOTAL</b>	<b>227 338</b>	<b>16 434 021</b>	<b>16 005</b>	<b>2 166 097</b>	<b>34 302</b>	<b>749 200</b>

  

GRUPOS DE ÁREA (ha)	CONDIÇÃO MISTA					
	Próprias e Arrendadas		Próprias e Ocupadas		Arrendadas e Ocupadas	
	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)
0 — 50	2 618	48 456	2 344	52 566	118	1 397
50 — 500	1 577	293 546	1 242	170 573	8	1 348
500 —	1 019	1 893 761	153	245 700	7	12 710
<b>TOTAL</b>	<b>5 214</b>	<b>2 253 763</b>	<b>3 739</b>	<b>468 839</b>	<b>133</b>	<b>15 455</b>

FONTE: CENSOS ECONÔMICOS: Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, v.28, t.2, 1956.

## Grupos de área e condição legal da terra, no Rio Grande do Sul — 1960

GRUPOS DE ÁREA (ha)	PRÓPRIAS		ARRENDADAS		OCUPADAS	
	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)
0 — 50	235 133	4 235 296	38 462	449 458	38 655	447 828
50 — 500	38 338	4 582 986	5 588	864 140	1 436	148 035
500 —	4 523	6 604 121	1 057	1 305 965	66	70 050
<b>TOTAL</b>	<b>277 994</b>	<b>15 422 403</b>	<b>45 107</b>	<b>2 619 563</b>	<b>40 157</b>	<b>665 913</b>

  

GRUPOS DE ÁREA (ha)	CONDIÇÃO MISTA					
	Próprias e Arrendadas		Próprias e Ocupadas		Arrendadas e Ocupadas	
	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)
0 — 50	7 007	115 801	3 853	75 733	843	10 849
50 — 500	2 841	499 041	1 060	120 993	130	17 345
500 —	1 116	1 990 669	74	99 560	17	21 536
<b>TOTAL</b>	<b>10 964</b>	<b>2 605 511</b>	<b>4 987</b>	<b>296 286</b>	<b>990</b>	<b>49 730</b>

FONTE: CENSO AGRÍCOLA DE 1960: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, v.2, t.13, 1970.

Quadro 9

## Grupos de área e condição legal da terra, no Rio Grande do Sul — 1970

GRUPOS DE ÁREA (ha)	PRÓPRIAS		ARRENDADAS		OCUPADAS	
	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)
0 — 50	304 190	4 919 801	76 935	782 061	42 960	401 832
50 — 500	38 842	4 955 120	8 450	1 218 232	2 110	247 803
500 —	4 886	6 334 753	985	1 065 516	138	243 734
TOTAL	347 918	16 209 674	86 370	3 065 809	45 208	893 369

  

GRUPOS DE ÁREA (ha)	C O N D I Ç Ã O M I S T A					
	Próprias e Arrendadas		Próprias e Ocupadas		Arrendadas e Ocupadas	
	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)	Estabele- cimentos	Área (ha)
0 — 50	15 778	258 659	6 910	124 737	1 369	16 488
50 — 500	4 731	776 182	1 656	202 585	136	19 365
500 —	1 417	2 044 017	146	177 631	11	18 670
TOTAL	21 926	3 078 858	8 712	504 953	1 516	54 523

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970. Rio de Janeiro, 1970.

## IV · DA EXPANSÃO DA MECANIZAÇÃO

24

#### IV - DA EXPANSÃO DA MECANIZAÇÃO

##### 1. Introdução

Por técnica entende-se o processo de execução de uma atividade ou de um conjunto de atividades pertinentes à produção. A técnica pode ser entendida, pois, como o produto das descobertas científicas que, postas em prática, inovam continuamente os métodos de produção. De uma maneira geral, a introdução de novas técnicas gera determinados efeitos já destacados pela economia clássica: efeitos sobre o emprego e o salário, sobre a ampliação das oportunidades de investimentos, e o efeito de transformação das relações "atrasadas" em relações capitalistas de produção.

Na verdade, estes três efeitos ocorrem de forma simultânea e são mutuamente dependentes. A introdução de novas técnicas no processo produtivo interfere nas formas de organização da produção, modificando as relações entre o capital e o trabalho e subordinando o conjunto de recursos ao domínio do capital. É óbvio que a adoção dessas técnicas não se dá de forma generalizada, o que significa dizer que as relações capitalistas de produção não deixam de coexistir com formas de características não-capitalistas, embora também subordinadas ao capital.

Tendo em vista que "para que o capital cumpra o seu destino econômico, é preciso que exista mão-de-obra disponível a preços compatíveis com um ritmo de acumulação que tende a crescer, isto é, é preciso que a taxa salarial deixe sempre espaço para uma taxa de lucros que tende a ser máxima,"<sup>1</sup> o progresso técnico pode constituir-se numa barreira à elevação dos salários reais, o que se justifica tanto pela sua atuação "poupadora de mão-de-obra" no processo produtivo, como pela influência que pode exercer sobre o custo de reprodução dessa força de trabalho. No primeiro caso, a tecnologia substituidora de mão-de-

-obra, como é o caso de equipamentos utilizados nas diversas fases da produção agrícola, permite um ritmo de acumulação livre das limitações impostas pela oferta de trabalho. Ademais, por possibilitar a intensificação do ritmo de trabalho e, conseqüentemente, uma menor absorção da mão-de-obra no processo produtivo - criando assim um diferencial cada vez maior entre a oferta e a demanda de empregos - e por promover, ao mesmo tempo, o aumento da produtividade do trabalho, a tecnologia estabelece as condições básicas para que os avanços que possam ocorrer no salário real não acompanhem na mesma proporção os acréscimos da produtividade da mão-de-obra ocupada. No segundo caso, a inovação tecnológica nos ramos produtores de bens de salário, pelo incremento da produtividade induz à diminuição do valor destes bens, o que gera uma redução do custo de reprodução da força de trabalho.

Quanto à ampliação das oportunidades de investimento, é inegável que o avanço tecnológico abre novas fronteiras para a expansão do capital, o que ocorre tanto pela necessidade de máquinas que incorporem a nova técnica, como também pela produção de insumos, e pela criação de uma infra-estrutura básica que venha a ser requerida. Por outro lado, mas ainda com relação a este aspecto, cabe salientar o papel da agricultura na criação de mercado interno, viabilizando a reprodução do capital urbano-industrial. O processo de modernização do campo, introduzindo relações capitalistas de produção, cria um novo e importante mercado para bens de capital (máquinas, im-

<sup>1</sup> TOLIPAN, Ricardo de M.L. Tecnologia e produção capitalista. *Estudos Cebrap*, São Paulo (11) jan./fev./mar. 1975. p.41-42.

plementos agrícolas etc.) além de, pelo assalariamento do homem rural e conseqüente desarticulação da produção doméstica, expandir o mercado interno, provendo-o das dimensões exigidas pela produção capitalista.

A capitalização do campo e a introdução de moderna tecnologia na produção agrícola foi um processo que se verificou historicamente - principalmente nos países subdesenvolvidos - de forma retardatária em relação a outros setores. Não deve, pois, surpreender que a abundância de mão-de-obra rural e a disponibilidade de terras férteis no Brasil, como em outros países, viessem a permitir, durante muito tempo, que a demanda interna por produtos alimentares fosse atendida sem que ocorressem maiores inversões no setor, e sem significativas mudanças nos métodos de produção. Somente a partir do intenso desenvolvimento industrial e do crescimento demográfico urbano ocorrido a partir dos anos cinquenta é que se verifica - portanto, determinado pelo setor não-agrícola - a mais intensa capitalização do campo. Nessas circunstâncias, a introdução de progresso técnico na agricultura não se justifica, como ocorreu nos países desenvolvidos, pela sua ação "pompadora de mão-de-obra", mas pela necessidade de se manter em constante crescimento a oferta de produtos agrícolas, o que somente seria possível - levando-se em conta as condições histórico-estruturais da agricultura brasileira - pelo uso intensivo de capital fixo. Dessa maneira, a escassa utilização de mão-de-obra, num país que se caracteriza por uma abundante oferta de trabalhadores, aparece como conseqüência da introdução de progresso técnico, e não como fator determinante para sua aplicação. Ainda assim, como se verá mais adiante, a capitalização da agricultura, introduzindo inovações no processo produtivo, favoreceu a acumulação no setor urbano-industrial.

Pelas considerações anteriores, pode-se perceber que a técnica se constitui, de um lado, em expressão do progresso histórico e em fator necessário ao desenvolvimento econômico da sociedade e, de outro, pelas alterações que promove nas relações de produção, num importante instrumento de expansão do capital.

O objetivo deste capítulo é examinar, tendo como referencial os fundamentos teó-

ricos apontados, como se constituiu a base técnica da agricultura capitalista do Estado, identificando os períodos em que se deram os saltos qualitativos e/ou quantitativos no uso da mecanização, buscando ainda as justificativas - tanto para a sua constituição como para as transformações por ela sofridas - nas necessidades de um ou outro padrão de acumulação.

Atualmente, embora possua uma lavoura relativamente diversificada em relação a outros centros produtores do país, o setor agrícola do Rio Grande do Sul apresenta apenas três culturas com peso significativo na produção total - arroz, trigo e soja - em que o cultivo se efetiva com o uso intensivo de equipamentos e insumos modernos. Essas três culturas detinham no início da década de 1970 "parcela superior a 80% do estoque estadual de tratores agrícolas, estando o restante distribuído entre outras culturas escassamente mecanizadas, entre atividades pecuaristas, nas atividades de serraria e derrubada de matas, e, ainda, na construção de estradas, onde os tratores agrícolas entram como equipamento auxiliar."<sup>2</sup> A par da mecanização, também é nestas lavouras que o uso de insumos modernos (adubos, fertilizantes, defensivos) se tornou mais intenso, possibilitado pela própria forma, tipicamente capitalista, de organização da produção.

## 2. A agricultura em transformação

O processo de transformação da agricultura gaúcha acompanhou o crescimento dos centros urbanos regionais, que representavam um mercado local para os seus produtos. Entre 1920 e 1939, apenas a orizicultura apresentou um desempenho favorável (incremento de 147% na produção física e de 124% na área cultivada) na agricultura capitalista do Estado. O processo de mecanização desta lavoura, que já se havia instaurado no início do século, praticamente não sofreu alterações. Entre 1920 e 1940, a frota estadual de tratores passou de 817 para 1.104 unidades.

<sup>2</sup> BRDE. *A indústria de máquinas e implementos agrícolas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1975.

Assim, durante as primeiras décadas do presente século, embora a cultura do arroz já se constituísse numa atividade capitalizada, sua representatividade no setor como um todo não foi suficiente para assegurar-lhe a condição de "transformadora" da estrutura agrícola do Estado. Com efeito, até essa época, a agropecuária colonial e a pecuária tradicional exerciam a presença mais marcante na estrutura produtiva do setor. A agropecuária colonial adquirira, desde o século anterior, uma tradição de fornecedora de produtos alimentares para o mercado nacional, enquanto que a pecuária tradicional produzia não apenas para este como também para o mercado externo.

Estas condições globais sô começaram a se modificar, de forma decisiva, a partir da crise de 1930 e da II Guerra Mundial, quando se intensificou o processo de industrialização do país (substituição de importações), que provocou profundas alterações no cenário econômico nacional. No bojo deste processo a economia cafeeira perdeu, para a indústria em expansão, o comando do movimento de acumulação de capital.

O aumento do emprego, decorrente do processo de expansão e diversificação do parque industrial nacional, fez com que a demanda urbana por produtos agrícolas (matérias-primas e alimentos) sofresse expressiva ascensão. Por sua vez, a pressão exercida por essa demanda estimulou os produtores agrícolas a expandirem a sua oferta.

A agricultura do Rio Grande do Sul, ao reduzir o custo de reprodução da força de trabalho urbano-industrial (arroz e trigo), e ao poupar divisas necessárias à industrialização (trigo), encontrou, na lavoura empresarial, uma nova forma de se articular ao centro hegemônico nacional, porque era esta última que apresentava as condições de gerar, através da mecanização, uma oferta crescente de alimentos e matérias-primas requeridas pelo setor urbano-industrial.

Embora a mecanização da lavoura gaúcha tivesse iniciado com o arroz, a verdadeira revolução que esta experimentou deve-se, sem dúvida, ao trigo, já que foi a triticultura que permitiu que o ritmo de mecanização da lavoura se desse de forma mais acelerada. A fa-

se de ascensão da lavoura tritícola verificou-se de 1945 até 1956, quando a produtividade física do cereal atingiu 0,96t/ha. Nesse período a área teve um incremento de 334%, a produção física, de 475%, e o valor bruto da produção, de 823%, expressando um importante acréscimo na produtividade física e um mais expressivo crescimento da produtividade econômica.

Até esta época, a modernização da cultura - também em caráter recente, visto que até 1940 o trigo era produzido em moldes tipicamente coloniais - fora marcada apenas pela introdução de novas variedades, como "Trintecinco" (1935), "Frontana" (1942) e outras, e pela criação de órgãos especializados, voltados à elaboração de pesquisas tritícolas, cabendo destacar o Serviço de Expansão do Trigo do Ministério da Agricultura (1944), o Instituto Agrônomo do Sul - atualmente, Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Sul, IPEAS (1945) - e outros.

Há que ressaltar, porém, que o fato de a mecanização agrícola somente ter acelerado sua expansão no final da década de quarenta deveu-se à restrição, até então existente à importação de tratores, máquinas e implementos de procedência estrangeira. Tal restrição deveu-se, inicialmente, à crise que afetou os países desenvolvidos (década de trinta até o final da II Guerra) e que se refletiu também nos países produtores de matérias-primas. Posteriormente, quando foi recuperada a capacidade para importar da economia nacional, as divisas foram utilizadas prioritariamente no atendimento da indústria em expansão. A importação de equipamentos para a indústria era imprescindível porque o setor de bens de capital não possuía ainda capacidade produtiva suficiente para atender às necessidades internas.

A explicação para o notável crescimento da triticultura, após 1945, deve ser buscada na importância dessa cultura no contexto econômico nacional. Isto porque, na época, as necessidades de consumo de trigo eram, em grande parte, atendidas pela oferta externa, o que, por um lado, onerava o balanço de pagamentos do país, e, por outro, representava uma vulnerabilidade potencial da acumulação interna, por se tratar de produto importante na dieta da classe trabalhadora. Essa situação fez com que

o governo, com vistas a assegurar, frente a uma eventual contração da oferta internacional do cereal, condições favoráveis à acumulação, adotasse uma série de medidas para que a oferta nacional do trigo fosse incrementada, obtendo assim maior autonomia em relação ao setor externo e, ainda, poupando divisas necessárias à industrialização.

Assim, em 1948, o Ministério da Agricultura organizou uma campanha nacional, que perdurou pelos quatro anos subsequentes, pela expansão da cultura do trigo. Ainda nesse mesmo ano, ocorreu a criação e a instalação de núcleos ou colônias tritícolas, em sistema de cooperação com o Estado. Durante o período 1946-49, vigorou o Plano Beckmann Fagundes, que consistiu da produção e distribuição de sementes, e da convocação de técnicos especializados. Em 1950, o Decreto Governamental 20.076 (05/05/1950) promoveu a abertura de créditos especiais em favor do Serviço de Expansão do Trigo para a aquisição de máquinas, silos, moinhos e sementes.

Nesse mesmo ano, quando foram recenseados 2.245 tratores em todo o Estado, a lavoura orizícola contava, segundo o IRGA, com 1.507 unidades. Sabendo-se que, na época, somente as lavouras de arroz e trigo apresentavam certo grau de mecanização, pode-se admitir que grande parte dos 738 tratores restantes estivessem sendo utilizados na triticultura, já que, no período 1950-52, a produção do cereal em lavouras mecanizadas das zonas de campo ultrapassou a das pequenas-propriedades.<sup>3</sup>

Examinando-se o crescimento da frota de tratores no Estado nas últimas décadas, verifica-se que a mecanização se acelerou de forma marcante durante os anos cinquenta, período em que a tratorização apresentou um acréscimo de 576%. Em 1960, o Rio Grande do Sul contava com 15.169 tratores, sendo 41,47% destes absorvidos pela lavoura do arroz. No entanto, considerando que em 1950 a orizicultura utilizava 67,13% da frota estadual de tratores, pode-se observar que a sua participação relativa no total diminuiu, podendo tal movimento ser creditado aos acréscimos bem mais intensos na mecanização do trigo.

Sem embargo, isto não significa que a capitalização da lavoura do arroz tenha so-

frido um processo de arrefecimento. Ao contrário, é exatamente na década de cinquenta que ocorreu um expressivo desenvolvimento tecnológico desta cultura. Em 1950, a relação hectare/trator era de 160, enquanto havia uma combinada para cada 2.947 hectares. Até o final da década, este quadro se modificou para apenas 58 hectares por trator e 667 hectares por combinada, como mostram os Quadros 1 e 2. Com relação à utilização de adubos, verifica-se que no primeiro quinquênio da década de cinquenta a área adubada correspondia a 40% da área plantada de arroz, enquanto que no segundo quinquênio este percentual atingiu 46% da área total (Quadro 3). Tais avanços técnicos, fizeram com que a produtividade física da cultura, que vinha num ascenso desde anos anteriores, atingisse seu ponto máximo, em 1954, com 2,89t/ha, magnitude esta que somente veio a repetir-se treze anos mais tarde, como indica o Quadro 4.

No final da década, o ritmo de crescimento da lavoura gaúcha apresentou sinais de um processo de reversão. A nível nacional, este período, correspondeu à superação do padrão de acumulação anterior, com a montagem de um novo setor, o de bens duráveis, que passa a comandar o processo de crescimento do capital no país.

As alterações na política cambial<sup>4</sup> dificultaram a aquisição de máquinas agrícolas em virtude do alto custo de sua importação, impossibilitando, assim, a expansão e até mesmo a manutenção do nível de mecanização atingido pela lavoura empresarial. Além disso, a imensa variedade de modelos de tratores existentes no país opunha grandes dificuldades a que as poucas fábricas de equipamentos agrícolas produzissem arados, grades e outros implementos que se adaptassem à maquinaria importada. Outro fator que causava problemas aos agricultores era a escassez de peças para reposição, pois o excessivo número de marcas de tratores impedia

<sup>3</sup> RELATÓRIO: triênio 1969/72. Porto Alegre, FECOTRIGO, 1972. p.15.

<sup>4</sup> Instruções nº 158, 166 e 175 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), de 10/06/58, de 04/10/58 e de 10/01/59, respectivamente.

os revendedores de manterem estoques suficientes.<sup>5</sup> Esta situação fez com que, em 1960, fosse implantada a primeira indústria de tratores no país.

De outro lado, a agricultura gaúcha, articulada ao centro dinâmico pela necessidade que este tinha de manter e reproduzir sua força de trabalho a níveis compatíveis com as taxas de acumulação, inicialmente não sofreu o impacto da mudança, dado que a demanda por bens de consumo não-duráveis foi sustentada pelo incremento do emprego gerado pelas indústrias em instalação, associado a manutenção do poder de compra dos salários até 1959. Entretanto, das alterações na estrutura da demanda, ocorridas na década de sessenta, emanou um efeito desacelerador sobre o ritmo de crescimento da produção agrícola. O comportamento do setor agrícola, que mais se aproximava da evolução do consumo dos trabalhadores, foi influenciado não só pela desaceleração global da economia, entre 1962 e 1967, como também, e mais especificamente, pela queda do poder de compra dos salários urbanos, e pela diminuição das taxas de crescimento do emprego.

A tendência depressiva que persistiu na agricultura gaúcha até meados da década de sessenta pode ser explicada de forma significativa pela política cambial da época - que reduziu as possibilidades de importação de bens de capital -, pela insuficiência da demanda efetiva e, ainda, pelos altos índices inflacionários - que induziram a uma política de controle de preço dos bens agrícolas.

Mas foi sobretudo a retirada do amparo oficial à produção interna do trigo, aliada aos fatores apontados, que desencadeou a crise que se abateu sobre a cultura do cereal no Estado após 1956, ano em que esse grão perdeu 1/3 do valor bruto da produção da lavoura rio-grandense, pois a orizicultura, que também havia alcançado um estágio de mecanização relativamente elevado, não foi atingida com a mesma intensidade pela mudança do padrão de acumulação, uma vez que conseguiu manter sua expansão embora a taxas de crescimento inferiores às do período anterior.

Somente a partir de 1968, quando o padrão de acumulação instaurado na década anterior encetou um novo período expansivo, a

atividade agrícola apresentou sinais de recuperação. A partir de então, a relativa estagnação da demanda por bens de consumo não-duráveis foi superada, em parte, pela resposta que a produção agrícola deu aos estímulos da política de promoção às exportações, que articulou novamente a agricultura do Rio Grande do Sul ao centro dinâmico, pela necessidade que este apresentava de obter divisas que financiassem a importação de insumos e de bens de capital. Por outro lado, o mercado interno também voltou a apresentar sinais de revitalização, o que ocorreu mais pelo efeito de expansão do emprego do que pelo aumento do salário-base no setor urbano.

Nesse período, tanto pelos incentivos dos mercados interno e externo, como pelo favorecimento de uma política governamental dirigida à expansão das culturas capitalizadas (isenção de impostos de fabricação, redução na taxa de juros e aumento dos prazos de financiamento para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas, bem como incentivos ao uso de insumos modernos), intensificou-se a mecanização da lavoura gaúcha. Acrescentou-se a isso que este novo período expansivo do capitalismo no campo encontrou a fronteira agrícola já esgotada, dificultando o acesso à terra, o que auxiliou na aceleração da mecanização da lavoura rio-grandense.

Impulsionada por esses fatores, a produção física da lavoura empresarial apresentou um crescimento surpreendente entre 1968 e 1974. Tanto as lavouras de arroz e de trigo, como a de soja, que vem-se constituindo na frente de expansão capitalista mais recente na agricultura gaúcha, registraram altas taxas de crescimento da produção.

O arroz do Rio Grande do Sul, pela estabilidade da sua produção, funciona como regulador da oferta interna do país, pois além de garantir a satisfação de uma certa fatia do

<sup>5</sup> Segundo dados da revista *Dirigente Rural*, existiam no país cerca de 150 modelos estrangeiros de tratores de diversas marcas e de diferentes tipos. Ver, a respeito: ROSA, Joal de Azambuja & VELLOSO, Zoé Ayres. Demanda e oferta de tratores no Rio Grande do Sul. *Lavoura Arrozeira*, Porto Alegre, 26 (276):4-17, nov./dez. 1973.

mercado, complementa as safras do arroz de sequeiro, oriundas de outras regiões do país. A medida da importância do abastecimento nacional pode ser reconhecida no amparo governamental à lavoura orizícola rio-grandense, que se expressa através do crédito subsidiado para a aquisição de máquinas, sementes, adubos e fertilizantes, e da garantia de preços mínimos compensadores. Estes são fixados a um nível que proporcionem retornos compatíveis com os custos da lavoura mecanizada, já que a oscilação acentuada dos preços do produto desestimulariam uma produção em que os insumos modernos são de vital importância.

Dessa forma, para exercer a função de redutora, ou seja, para atender à demanda das classes de baixas-rendas sem elevar seu custo de reprodução, a lavoura orizícola do Estado encontrou no incremento da produtividade, através da utilização mais intensiva de maquinaria e de insumos modernos, sua única condição de expansão.

A partir de meados da década de sessenta, os saltos obtidos na produtividade física desta cultura são realmente surpreendentes, atingindo, em 1975, quase uma tonelada a mais por hectare do que o volume médio obtido em 1967 (Quadro 4). A relação hectares por trator também sofreu sensíveis melhorias, passando para 39ha/trator (média estadual) no período 1968-75 (Quadro 2). Por outro lado, a participação de lavouras adubadas na área total plantada com arroz experimentou uma elevação de 52% para 65% entre os períodos 1960-64 e 1970-75 (Quadro 3).

Também a triticultura, após a pronunciada retração na produção que se estendeu até meados da década de sessenta, experimentou excepcional recuperação, reflexo das medidas governamentais de amparo ao cereal, consubstanciadas em preços mínimos compensadores e em incentivos creditícios e fiscais à modernização da lavoura (Quadro 5).

A expansão da oferta interna deste cereal, que em épocas anteriores cumpria, juntamente com o arroz, principalmente a função redutora do custo de reprodução da força de trabalho, passou a servir, ao novo padrão nacional de acumulação, mais precipuamente como poupadora de divisas necessárias ao desenvol-

vimento dos setores produtores de bens-duráveis e de capital.

Entretanto, foi com a expansão acelerada da cultura da soja que se referendou de forma mais decisiva a articulação da economia agrícola do Rio Grande do Sul com o pólo dinâmico nacional. Com efeito, a crescente demanda por este produto estimulou o incremento da produção de soja, fazendo com que o Estado cumprisse a função geradora de divisas, no processo global de acumulação, também mediante a exportação desse grão.

O desenvolvimento desta cultura, apoiado no crescimento da indústria nacional de óleos e na expansão da demanda externa, estabeleceu novas condições para a intensificação do processo de capitalização do setor rural do Estado. Muitas vezes plantada nas mesmas terras do trigo, num sistema de rotação com esse cereal, a soja incorpora as máquinas e os equipamentos utilizados na triticultura, e sua comercialização é feita, geralmente, pelas cooperativas tritícolas.

Embora ainda na atualidade uma parcela significativa da soja produzida tenha origem em pequenas-propriedades, pode-se perceber uma tendência no sentido de que o seu cultivo se estenda para médios e grandes estabelecimentos, principalmente em áreas já ocupadas com o plantio de trigo.<sup>6</sup> Como se sabe, é a lavoura tritícola que oferece as condições mais vantajosas à sucessão com o cultivo da soja. Tais vantagens advêm, por exemplo, da complementariedade estacional das culturas, da menor exaustão dos nutrientes do solo e do fato de que a triticultura, pela sua escala de produção, já atingira um patamar de mecanização que possibilitou a incorporação da soja. Por outro lado, é exatamente o uso de técnicas modernas que viabiliza a rapidez necessária entre a colheita de um produto e a preparação de solo e o plantio do outro. Defrontando-se com o esgotamento da fronteira agrícola estadual,

<sup>6</sup> Até meados da década de sessenta, a soja era cultivada apenas em pequenos estabelecimentos. Já em 1972, cerca de 41% da área plantada com esse cereal situa-se em médios e grandes estabelecimentos. Vide: ESTATÍSTICAS CADASTRAS. Brasília, v.2, 1976.

o empresário rural, em busca de maior lucratividade, é induzido a elevar os níveis de produtividade através da alternância das duas culturas numa mesma área, o que também lhe propicia um rebaixamento dos custos médios fixos, por reduzir a capacidade ociosa da maquinaria.

O processo de modernização da lavoura gaúcha mostrou-se mais intenso nos períodos de introdução e/ou expansão das culturas de arroz, trigo e soja, sob formas capitalistas de produção. Com efeito, essas três culturas atualmente privilegiadas pela lavoura empresarial, que detêm a posição hegemônica na formação do valor da produção agrícola do Rio Grande do Sul asseguram à agricultura do Estado, pelo uso intensivo de máquinas, equipamentos e insumos químicos, a condição de uma das mais capitalizadas do país.<sup>7</sup>

### 3. Os efeitos do uso da técnica

O surgimento e a expansão de uma atividade produtiva de tipo empresarial e competitiva, com relativo grau de capitalização, modificou a estrutura produtiva do setor agrícola do Estado ao introduzir relações capitalistas de produção e ao rearticular as relações já existentes, de forma mais direta, à dinâmica da acumulação nacional.

Conforme já foi assinalado, o uso de técnicas modernas na agricultura do Rio Grande do Sul intensificara-se a partir da década de cinquenta. Entretanto, foi no período 1968-75, coincidindo com a nova fase de crescimento da economia brasileira dentro do padrão de acumulação calcado na produção de duráveis, e durante o qual a função geradora de divisas, por parte da agricultura do Rio Grande do Sul, passou a se revestir da máxima importância, que se consolidou a soberania da lavoura empresarial.<sup>8</sup>

Cabe, pois, tecer algumas considerações sobre os efeitos mais importantes da introdução do progresso técnico sobre o processo de acumulação de capital, tanto agrícola como global: efeito de transformação das relações não-capitalistas em relações capitalistas de produção, efeitos sobre o emprego e o salário, e efeitos sobre a ampliação das oportunidades de investimentos.

O primeiro deles diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura, sob a forma específica de lavoura empresarial, que acompanhou, embora não necessariamente no mesmo ritmo, o desenvolvimento do capitalismo no conjunto da economia.

Assim, quando se intensificou o processo de industrialização no país (após 1930) e, dele decorreu a necessidade de ampliar a oferta de produtos alimentares, a triticultura - até então uma produção tipicamente colonial - passou a liderar, juntamente com o arroz, o desenvolvimento da lavoura capitalizada no Estado. Posteriormente, no início da década de setenta, a cultura da soja, que já vinha integrando-se à lavoura empresarial nos últimos anos, passou a apresentar significativos aumentos de rentabilidade, principalmente, em razão da possibilidade de sua rotação com o trigo.

As quantidades produzidas de arroz, trigo e soja, em lavouras coloniais, vêm progressivamente perdendo relevância na oferta estadual. Isto não se deve apenas ao fato de que o modelo extensivo de crescimento da agricultura tivesse atingido determinados limites, não bastando mais para atender as necessidades de reprodução do capital, mas também a que as próprias bases da produção "minifundiária" impõem restrições ao seu crescimento. A reduzida extensão da terra configura-se num dos fatores restritivos, impossibilitando, inclusive, a utilização de técnicas modernas. Além disso, a expansão de área exigiria uma capacidade de geração de recursos que o agricultor não possui, dado que a abundância de mão-de-obra familiar e a produção para autoconsumo reduzem significativamente a parcela comercializável

<sup>7</sup> Nas principais regiões produtoras de arroz e trigo encontra-se a maior parte da frota de tratores do Estado (Quadros 6 e 7). Quanto à soja, embora não se disponha de dados mais completos, sabe-se que, em 1974, a demanda de implementos gerada por esta lavoura foi cerca de 70% maior que a verificada em 1972. Vide: BRDE, op. cit. p.3.

<sup>8</sup> Em 1974, este segmento produtivo (arroz, trigo e soja) assumiu a hegemonia do setor, com mais de 50% do valor bruto da produção agrícola. (Vide Quadro 1 do capítulo VI).

da produção.<sup>9</sup> Portanto, é nos médios e grandes-estabelecimentos, que podem produzir numa escala de produção compatível com a tecnologia disponível, que se percebe com maior nitidez o processo de modernização de agricultura gaúcha.

A maior instabilidade das culturas agrícolas e a sazonalidade de sua produção, que requer, se comparada com o processo produtivo industrial, um período relativamente maior de adaptação entre a oferta e a demanda, exigem uma série de pré-condições para que as novas técnicas sejam adotadas. Diversos instrumentos de política econômica, como taxa de câmbio especial e crédito a juros reais negativos, foram acionados pelo governo federal no sentido de facilitar a aquisição, pelo agricultor, de máquinas e equipamentos modernos. Para garantir às instituições financeiras a recuperação do capital emprestado aos agricultores, e para permitir a expansão do setor industrial fornecedor de máquinas, equipamentos e insumos químicos, foi instituída a política de preços mínimos capazes de cobrir os custos decorrentes da utilização de técnicas modernas.

Estas macrocondições têm viabilizado uma determinada taxa de lucro, permitindo, simultaneamente, o estabelecimento de uma base técnica adequada para os capitais que atuam na agricultura. Essa introdução de progresso técnico nas atividades agrícolas fez com que, progressivamente, parcelas menores da produção lavoureira do Estado passassem a ser obtidas em moldes não-capitalistas. Em outras palavras, apareceu um novo móvel importante para a atividade produtiva na agricultura: a reprodução da unidade familiar veio somar-se a produção do lucro. Em consequência, vem-se criando empregos sob a forma assalariada, particularmente a temporária. Portanto, o efeito de transformação das relações não-capitalistas é que uma fração crescente das mercadorias agrícolas seja gerada em moldes capitalistas de produção.

De outro lado, a introdução de técnicas modernas no processo produtivo exerceu determinados efeitos sobre o emprego e os salários. Ao contrário do que seria de esperar, a mecanização não destruiu postos de trabalho no seu espaço de expansão. Em outras palavras, o desenvolvimento da lavoura sob formas capitalistas não evidenciou um processo de substi-

tuição do homem pela máquina. Isto se deve a que o crescimento do estrato empresarial, preferentemente sobre áreas de pastoreio, substituiu uma atividade econômica menos intensiva em mão-de-obra. Dessa forma, a curto prazo, observou-se uma ampliação na oferta de empregos do setor agrícola.

No entanto, a longo prazo, a expansão da lavoura empresarial pode transformar-se num obstáculo para a reprodução da agropecuária colonial, a nível de Estado. Essa situação induziria a uma redução da taxa de crescimento do emprego global na agricultura, tendo em vista que a lavoura capitalista apresenta uma menor capacidade de absorção de mão-de-obra que o segmento das pequenas-propriedades.

Portanto, a persistir o atual crescimento do capitalismo no campo, ter-se-á uma intensificação na concorrência pelo espaço agrícola, em prejuízo dos segmentos das pequenas-propriedades, o que poderá acelerar o processo migratório em direção aos centros urbanos, ampliando a oferta de mão-de-obra e beneficiando, assim, por deprimir o preço da força de trabalho, a acumulação no setor industrial.

Finalmente, o terceiro efeito importante da introdução de progresso técnico na agricultura é o de ampliar as oportunidades de investimentos na economia. A mecanização da atividade agrícola exige a modernização paralela das atividades complementares ou de apoio (comercialização, transportes, energia, pesquisas etc.), bem como requer, para sua manutenção e continuidade, uma oferta crescente de máquinas, implementos e insumos modernos.

A ampliação da capacidade produtiva das fábricas de máquinas e implementos agrícolas, nos últimos anos, tem-se dado de forma acelerada, refletindo o aumento no ritmo de crescimento da mecanização da agricultura. A partir do final dos anos sessenta, particularmente, a indústria nacional de tratores experimentou excepcional expansão (Quadro 8). O seg-

<sup>9</sup> A unidade de produção colonial organiza-se internamente em condições não-capitalistas, sob a forma de produção simples de mercadorias, em que o produtor é proprietário da terra e dos instrumentos de trabalho, e utiliza mão-de-obra familiar.

mento industrial produtor de maquinaria agrícola, instalado no Rio Grande do Sul, contribuiu de forma significativa para essa expansão. Em 1970, o Estado participava com cerca de 32% do valor bruto da produção nacional de máquinas e implementos agrícolas. Nesse mesmo ano, 29% dos estabelecimentos produtores destes bens localizavam-se no Estado, e sua produção, além de atender a uma parcela do mercado estadual, destinava-se também a outras regiões do país e, em determinados casos, a um mercado externo.<sup>10</sup>

Uma fração importante do acréscimo de demanda, que viabilizou a expansão do parque industrial produtor desses bens no país, foi manifestada pela agricultura do Rio Grande do Sul, fazendo com que o Estado detivesse, já em 1970, cerca de 25% da frota nacional de tratores.<sup>11</sup> Tal fato lhe assegurava, então, a posição de contar com uma das agriculturas mais capitalizadas do país, com uma média de 145 hectares por trator.<sup>12</sup>

Em suma, a expansão do uso de técnicas modernas na agricultura aparece como uma possibilidade aberta pela política econômica. Tal política, por sua vez, inscreve-se no âmbito dos interesses da acumulação em escala nacional. A base técnica que foi desenvolvida, e está disponível, tem permitido o crescimento da produção, em moldes capitalistas, em apenas três das culturas importantes do Rio Grande do Sul. Por outro lado, a expansão da mecanização poderá apresentar um efeito perverso sobre a criação de postos de trabalho na agricultura do Estado somente a mais longo prazo, quando impuser um limite à geração de empregos, por cercear a expansão das pequenas unidades familiares de produção, sustentáculos da agropecuária colonial do Estado.

<sup>10</sup> BRDE, op. cit., p.14.

<sup>11</sup> BRDE, op. cit., p.17.

<sup>12</sup> BRDE, op. cit., p.7.

Quadro 1

PERÍODOS	TRATORES		ARADOS		VEÍCULOS DE CARGA			
	Número	Δ %	Número	Δ %	Tração Mecânica		Tração Animal	
					Número	Δ %	Número	Δ %
1940	1 104	-	222 657	-	3 974	-	171 920	-
1950	2 245	103	312 001	40	4 829	21	226 886	32
1960	15 169	576	410 284	31	17 661	266	275 449	21
1970	39 993	164	641 976	16	58 050	229	389 711	41

FONTE: CENSOS ECONÔMICOS: agrícola, industrial, comercial e dos serviços; Rio Grande do Sul 1940. Rio de Janeiro, pt.20, t.2, 1950.

CENSOS ECONÔMICOS: Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, v.28, t.2, 1956.

CENSO AGRÍCOLA de 1960: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, v.2, t.13, 1970.

CENSO AGROPECUÁRIO; Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, 1973.

Quadro 2

Mecanização da lavoura do arroz no Rio Grande do Sul — 1948-75

ANO AGRÍCOLA	ÁREA CULTIVADA C/ARROZ ha (1)	NÚMERO DE TRATORES (2)	HECTARES POR TRATOR	NÚMERO DE COMBINADAS (2)	HECTARES POR COMBINADAS
1948	209 437	1 021	205	67	3 126
1949	216 469	1 369	158	78	2 775
1950	241 626	1 507	160	82	2 947
1951	233 526	1 795	130	92	2 538
1952	229 414	2 300	100	119	1 928
1953	257 467	2 930	88	178	1 446
1954	283 746	3 941	72	340	835
1955	314 460	4 062	77	375	839
1956	290 030	3 850	75	362	801
1957	273 165	4 255	64	399	685
1958	286 445	4 809	60	451	635
1959	312 235	5 405	58	468	667
1960	336 693	6 291	54	572	589
1961	366 541	6 306	58	610	601
1962	342 444	6 873	50	650	527
1963	342 037	7 854	44	757	452
1964	379 764	8 810	43	762	498
1965	450 496	7 490	60	708	636
1966	351 582	7 854	45	735	478
1967	356 221	8 753	41	799	446
1968	395 622	9 312	42	867	456
1969	405 917	9 594	42	931	436
1970	420 438	8 891	47	1 018	413
1971	380 588	8 912	43	1 193	319
1972	392 498	10 759	36	1 713	229
1973	418 318	11 378	37	2 229	188
1974	435 295	12 720	34	2 921	149
1975	468 585	14 963	31	3 483	135

FONTE: (1) FEE (dados de 1948-72).

(1) ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ARROZ; safra 1972/1976. Porto Alegre, IRGA, 1974/1977.

(2) ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ARROZ; safras 1948/1976. Porto Alegre, IRGA, 1950/1977.

Quadro 3

Áreas plantada e adubada da lavoura de arroz, no Rio Grande do Sul — 1950-75

PERÍODOS	ÁREA PLANTADA (ha)	ÁREA PLANTADA C/ADUBO	ÁREA ADUBADA (%)
			Área Total
1950-54	250 688	101 215	40
1955-59	295 216	135 286	46
1960-64	357 219	185 119	52
1965-69	391 075	191 714	49
1970-75	418 895	271 800	65

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ARROZ; safras 1948/1976. Porto Alegre, IRGA, 1950/1977.

Quadro 4

Área, quantidade produzida e produtividade física na lavoura de arroz  
do Rio Grande do Sul — 1950-70

ANOS	ÁREA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	PRODUTIVIDADE FÍSICA (t/ha)
1950	241 626	585 026	2,42
1951	233 526	615 162	2,63
1952	229 414	591 987	2,58
1953	257 467	741 008	2,88
1954	283 746	818 923	2,89
1955	314 460	794 456	2,53
1956	290 030	790 302	2,72
1957	273 165	724 229	2,65
1958	286 445	805 034	2,81
1959	312 235	754 106	2,42
1960	336 693	883 983	2,03
1961	366 541	933 305	2,55
1962	342 444	888 308	2,59
1963	342 037	834 626	2,44
1964	379 764	888 123	2,34
1965	450 496	1 188 534	2,64
1966	351 582	951 882	2,71
1967	356 221	1 027 591	2,88
1968	395 622	1 177 828	2,98
1969	405 917	1 235 896	3,04
1970	420 438	1 459 595	3,47
1971	380 588	1 287 974	3,38
1972	392 498	1 450 373	3,70
1973	418 318	1 433 231	3,43
1974	435 295	1 546 588	3,55
1975	468 585	1 803 657	3,85

FONTE: FEE (dados de 1950-72).

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ARROZ; safras 1972/1976. Porto Alegre, IRGA, 1973/1977.

Quadro 5

Área, produção e produtividade física da lavoura de trigo  
no Rio Grande do Sul — 1962-70

ANOS	ÁREA (ha)				
	Total	Mecanizada	% S/Total	Não Mecanizada	% S/Total
1962	226 612	125 371	55,32	101 241	44,68
1963	278 877	218 233	78,25	60 644	21,75
1964	271 918	206 424	75,91	65 494	24,09
1965	325 391	229 811	70,63	95 580	29,37
1966	343 471	264 250	76,94	79 221	23,06
1967	487 688	380 982	78,12	106 706	21,88
1968	689 139	531 337	77,10	157 802	22,90
1969	1 044 731	813 292	77,85	231 439	22,15
1970	1 584 415	1 303 748	82,29	280 667	17,71

  

ANOS	PRODUÇÃO (t)		PRODUTIVIDADE FÍSICA (t/ha)	
	Mecanizada	Não Mecanizada	Mecanizada	Não Mecanizada
1962	166 756	107 423	1,33	1,06
1963	79 465	22 932	0,36	0,38
1964	173 198	52 464	0,84	0,80
1965	167 701	69 251	0,73	0,72
1966	233 881	62 119	0,89	0,78
1967	263 152	76 476	0,69	0,72
1968	484 447	134 265	0,91	0,85
1969	881 832	208 275	1,08	0,90
1970	1 460 537	246 220	1,12	0,88

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO TRIGO; safras 1962/1970. Porto Alegre, Ministério da Agricultura, s.d.

Quadro 6

Principais microrregiões produtoras de trigo e efetivo de tratores  
na triticultura — no Rio Grande do Sul — 1970

MICRORREGIÃO	ÁREA (ha) (1)	TRATORES unidades (2)	% S/TOTAL DE TRATORES NO RS	ha/TRATOR
Tritícola de Cruz Alta ..	214 250	3 087	7,72	69
Campanha .....	195 363	3 549	8,87	55
Passo Fundo .....	172 000	2 751	6,88	63
Colonial Missões .....	166 500	2 487	6,22	67
Colonial Erechim .....	121 160	1 733	4,33	70
Colonial Ijuí .....	105 800	2 246	5,62	47
Colonial Iraí .....	79 530	793	1,98	100
Colonial Santa Rosa .....	71 790	1 772	4,43	41
Alto Camaquã .....	66 300	695	1,74	95
Alto Jacuí .....	50 500	1 546	3,87	33
TOTAL .....	1 243 193	20 659	51,66	60

FONTE: (1) FEE.

(2) BRDE. *A indústria de máquinas e implementos agrícolas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1975. p.3-13. (Estudos Econômicos, 6).

NOTA: Número total de tratores, por microrregião homogênea, deduzidos aqueles utilizados na lavoura orizícola.

Quadro 7

Principais microrregiões produtoras de arroz e efetivo de tratores da lavoura orizícola, no Rio Grande do Sul — 1970

MICRORREGIÃO	ÁREA (ha) (1)	TRATORES unidades (2)	% S/ TOTAL DE TRATORES NO RS	ha/TRATOR
Campanha .....	94 389	2 780	6,95	34
Lagoa dos Patos .....	54 930	1 170	2,93	47
Vale do Jacuĩ .....	54 289	1 353	3,38	40
Lagoa Mirim .....	46 789	756	1,89	62
Porto Alegre .....	30 874	658	1,65	47
Santa Maria .....	23 814	797	1,99	30
Lit. Set. RS .....	23 255	644	1,61	36
Lit. Orient. Lagoa dos Patos .	19 000	425	1,06	45
Alto Camaquã .....	14 862	456	1,14	33
Fum. Santa Cruz .....	12 931	430	1,08	30
TOTAL .....	375 133	9 469	23,68	40

FONTES: (1) FEE.

(2) ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ARROZ; safra 1969/1970. Porto Alegre, IRGA, 1971.

Quadro 8

Produção, importação e frota de tratores do Brasil e do Rio Grande do Sul — 1960-73

ANOS	BRASIL			RS
	Produção	Importação	Frota	Frota
1960	37	10 547	63 500	15 169
1961	1 679	6 348	65 000	...
1962	7 586	1 836	69 000	...
1963	9 908	1 298	74 500	...
1964	11 537	1 243	81 500	...
1965	8 121	318	84 000	...
1966	9 069	234	86 500	...
1967	6 233	177	86 000	34 334
1968	9 671	653	90 000	34 991
1969	9 537	260	93 500	36 070
1970	14 049	180	103 000	38 317
1971	22 122	...	116 882	41 392
1972	29 650	...	137 182	44 547
1973	35 200	...	161 408	49 384

FONTES: ROSA, Joal de Azambuja & VELLOSO, Zoê Ayres. "Demanda e oferta de tratores no Rio Grande do Sul. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, 26(276):4-17, nov./dez.1973.

## Quadro 9

Estimativa da demanda e da frota de tratores no Rio Grande do Sul — 1967-73

ANOS	DEMANDA unidade	REPOSIÇÃO	AUMENTO DA FROTA	FROTA	% Δ
1967	1 533	1 533	0	34 334	-
1968	1 693	1 036	657	34 991	1,9
1969	3 013	1 934	1 079	36 070	3,0
1970	3 364	1 117	2 247	38 317	6,2
1971	6 140	3 065	3 075	41 392	8,0
1972	6 466	3 311	3 155	44 547	7,6
1973	8 400	3 563	4 837	49 384	10,8

FONTE: Secretaria da Agricultura - Unidade de Economia Agrícola.

## Quadro 10

Participação dos estados na produção nacional de máquinas e implementos agrícolas e máquinas para beneficiamento de produtos agrícolas — 1970

ESTADOS	PARTICIPAÇÃO		VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$ 1 000)
	Número de Estabelecimentos	Pessoas Ocupadas	
Minas Gerais .....	37	747	17 888
Paraná .....	38	356	9 040
Santa Catarina .....	43	612	17 226
São Paulo .....	215	7 068	235 908
Rio Grande do Sul ..	153	5 063	140 770
Outros .....	48	797	19 785
TOTAL .....	534	14 643	440 617

FONTE: BRDE. *A indústria de máquinas e implementos agrícolas no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, 1975. p.1-15. (Estudos Econômicos, 6).

## Quadro 11

Estimativa da demanda de implementos agrícolas em Santa Catarina, Paraná e São Paulo e parcela atendida por produtores do Rio Grande do Sul — 1973

(em unidades)

IMPLEMENTOS	DEMANDA TOTAL EM STA.CATARINA, PA- RANÁ E S.PAULO A (1)	PARCELA ATENDIDA PELO RIO GRANDE DO SUL B	B/A %
Colheitadeiras automotrizes (2)	2 200	1 108	50
Arados .....	18 690	13 290	71
Grades .....	17 100	8 177	48
Semeadeiras-adubadeiras .....	11 390	4 426	39
Distribuidores de calcário ....	2 500	505	20
Pulverizadores .....	9 430	1 988	21
Capinadeiras .....	6 940	978	14
Trilhadeiras .....	14 600	3 677	25
Roçadeiras .....	4 450	1 138	26
Carretas agrícolas .....	4 980	1 876	37
Plainas .....	5 680	3 183	56

FONTE: BRDE. *A indústria de máquinas e implementos agrícolas no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, 1975. p.3-57. (Estudos Econômicos, 6).

(1) Estimada com base na demanda de tratores em 1973 e nas relações médias implemento/trator. (2) Somente Santa Catarina e Paraná.

V· DO DESTINO E UTILIZAÇÃO  
DOS HOMENS DO CAMPO

25

## V - DO DESTINO E UTILIZAÇÃO DOS HOMENS DO CAMPO

### 1. Introdução

No Rio Grande do Sul, o movimento de acumulação do capital, no pós-guerra, processou-se por uma industrialização que incorporava tecnologia poupadora de mão-de-obra e que, conseqüentemente, não se consubstanciava numa expansão suficiente do emprego urbano-industrial. Quando as atividades agrícolas passaram a capitalizar-se, seguiram o mesmo conjunto de características: a expansão da produção foi conseguida, também, através de acréscimos de produtividade da mão-de-obra e da geração de relativamente poucos empregos. É nesse marco mais amplo que se deve enquadrar a análise da mão-de-obra rural do Rio Grande do Sul para que se possa perceber o sentido dos seus reagrupamentos funcionais.

A expansão do capitalismo no campo, aliada a um crescimento modesto do emprego urbano-industrial, fez-se acompanhar de uma concentração populacional crescente numa forma de produção não-capitalista, a das pequenas-propriedades familiares. Isto provocou tanto um processo de partição mais intensa das pequenas-propriedades rurais quanto uma multiplicação das unidades de produção familiares em novas áreas. A saturação foi expelindo parte da população excedente em duas direções: para as cidades do Rio Grande do Sul e para outras regiões do país. A população que se dirigiu às cidades aumentou a oferta de trabalhadores, pressionando os salários urbanos para baixo, enquanto a outra corrente recriou, nas fronteiras da expansão, uma produção de subsistência, constituindo-se em reserva futura para o sistema global.

Pode-se pensar que estes dois fenômenos - a expansão do capitalismo rural-urbano e o processo de concentração populacional nas pequenas-propriedades - possuem relação entre si, constituindo uma solução compatibilizante para o sistema como um todo. Essa relação pode ser assim enunciada: o processo de concentra-

ção populacional nas unidades de produção familiares é uma resposta desse segmento produtivo às exigências de mão-de-obra do sistema global e da lavoura empresarial em particular.

Se a acumulação urbana não provocou recomposições imediatas no setor rural, o mesmo não ocorreu quando este espaço, já apropriado, sofreu a penetração de uma forma diferente de organização da produção. A lavoura empresarial, para se expandir sobre um espaço já ocupado - porque as terras já estavam apropriadas pelo latifúndio pastoril e pela agropecuária colonial - precisaria promover uma "adaptação" das formas preexistentes de produção. Esses dois segmentos produtivos afeiçoaram-se, através da cessão de terras, pela pecuária tradicional, e do fornecimento de força de trabalho, pelas pequenas-propriedades. Rearranjando o espaço produtivo, a lavoura empresarial acentuava, nos outros dois segmentos, tendências que lhes eram próprias: a pecuária tradicional concentrava a terra e as pequenas-propriedades o faziam com a mão-de-obra. Para efetuar o seu último movimento expansivo, a partir de 1968, a lavoura empresarial lançou mão da terra de um e dos braços do outro.

A disponibilidade de mão-de-obra nas pequenas unidades de produção familiares acentuou-se em um período em que às limitações das possibilidades de expansão da ocupação na pecuária tradicional, bem como a uma reduzida geração de emprego no setor urbano-industrial, veio associar-se uma conjuntura recessiva de treze anos na lavoura empresarial de trigo do Rio Grande do Sul. A conjugação desses fatores provocou um expressivo aumento no número de trabalhadores ocupados em moldes não-capitalistas nas pequenas-propriedades, na medida em que limitou ou reduziu oportunidades alternativas de emprego no Rio Grande do Sul.

Esta crescente concentração popula-

cional, mantida com insuficiente escoamento durante alguns anos, promoveu um aprofundamento das condições necessárias para que esse segmento desempenhasse o seu papel no sistema: o aumento da população terminou por expressar-se na pressão sobre a terra ocorrida até o princípio da década de sessenta. As pequenas unidades de produção contituíram-se, então, em autêntico reservatório de mão-de-obra, configurando-se, com maior nitidez, as condições que permitiriam a esse segmento produtivo desempenhar os papéis de rebaixar o nível do custo de reprodução da força de trabalho tanto no campo como no sistema, e de produzir um contingente populacional liberável.

A fragmentação da propriedade colocou à disposição de cada pequeno-produtor uma fração de terra menor para gerar os seus meios de subsistência. Dessa forma, reduziu-se a capacidade geradora de produtos: a pauperização resultante provocou um rebaixamento do nível de consumo necessário à vida e, simultaneamente, tornou compulsiva a venda, pelo menos durante certos períodos do ano, da força de trabalho a outras unidades de produção.

## 2. Concentração e destino da mão-de-obra

As evidências empíricas em favor da concentração do pessoal ocupado nos pequenos-estabelecimentos agrícolas podem servir de suporte inicial para as afirmações realizadas anteriormente. Como pode ser observado no Quadro 1, há um crescimento relativo e absoluto do pessoal ocupado por estabelecimento com até cinquenta hectares de área, entre os censos de 1940 e 1970. A participação desse estrato elevou-se de 70% para 84% entre os dois censos, mas foi ainda mais pronunciada nos estabelecimentos agrícolas com até vinte hectares. Em 1970, esses estabelecimentos ocupavam 56% dos agricultores do Estado.

No entanto, a própria definição operacional de pessoal ocupado não permite que se confie nessa evidência. Essa categoria é definida, no Censo Agropecuário, como sendo "as pessoas que na data do Censo participavam das atividades do estabelecimento."<sup>1</sup> Conse-

quência disso é que parte da mão-de-obra temporária, que flutua durante o ano, não é captada. Isso é particularmente importante para avaliar o pessoal ocupado nos médios e grandes-estabelecimentos agrícolas, na medida em que a contagem possivelmente subestima o volume de trabalhadores temporários.<sup>2</sup> Não fosse por isso, a estrutura do pessoal ocupado, apresentada no Quadro 1, estaria a indicar um decréscimo, absoluto e relativo, dessa categoria nos estabelecimentos com mais de cinquenta hectares. Como esses estratos estão associados à lavoura empresarial, os dados estariam indicando, muito provavelmente, desemprego tecnológico.

Para expressar com maior conveniência o aumento populacional nas pequenas unidades de produção, é necessário, em primeiro lugar, encontrar uma categoria censitária que possa corresponder, aproximadamente, a essa forma de organização da produção. Tudo indica que a categoria Responsável e Membros Não-Remunerados da Família possa ser intimamente associada ao pequeno-proprietário que trabalha segundo uma organização familiar da produção. Com efeito, os Quadros 2 e 3 permitem observar que cerca de 96% do pessoal ocupado nos estabelecimentos com até vinte e até cinquenta hectares, em 1970, pertenciam àquela categoria censitária. Neste mesmo ano, a categoria computava 1.314.151 pessoas, das quais 60% estavam confinadas em estabelecimentos com até vinte hectares de área e 89% trabalhavam em unidades produtivas com até cinquenta hectares. A correspondência entre a categoria censitária e o pequeno-produtor fica, dessa maneira, razoavelmente estabelecida.

<sup>1</sup> Concluindo com: "As pessoas residentes no estabelecimento, mas alheias à exploração agropecuária, foram excluídas da contagem."

<sup>2</sup> As informações referentes ao número de trabalhadores temporários variam conforme a fonte utilizada: segundo o IBGE (Censo Agrícola), o número de empregados temporários em dezembro de 1970 era de 90.670; segundo o INCRA (Estatísticas Cadastrais), o "número máximo de assalariados temporários" era de 175.058 e de 247.107 nos anos de 1965 e de 1972, respectivamente; pelo IRGA (Anuário Estatístico do Arroz), o número de trabalhadores temporários da cultura do arroz na safra de 1973/74 era de 76.543 assalariados.

Torna-se necessário acrescentar, então, a informação que distribui as linhas de produção pelos diversos estratos de área dos estabelecimentos agrícolas. Isso permitirá que se estabeleça uma associação entre o tamanho das unidades produtivas e a natureza da produção. O Quadro 4 permite constatar que, em 1970, no Rio Grande do Sul, nos estabelecimentos com até vinte hectares de área, se concentravam 90% da produção total de amendoim, 91% da de batata, 95% do volume físico da uva gerada e 88% da produção de laranjas. Já os estabelecimentos com até cinquenta hectares apresentavam uma elevada participação na produção física total do Estado, nos seguintes produtos: milho (85%), feijão (88%), mandioca (87%), cana (93%), banana (95%), ovos de galinha (84%), leite (80%), suínos (88%) e aves (86%). Note-se que a esmagadora maioria desses produtos é produzida através de práticas não-capitalistas. Por outro lado, 60% do volume total de soja tinha origem em estabelecimentos com até cinquenta hectares, embora as unidades de produção situadas entre cem e mil hectares de área participassem com 26% da produção total. O arroz e o trigo, no entanto, já apresentavam uma inserção decisiva nas lavouras de médio e grande porte: 68% do arroz era produzido em estabelecimentos com mais de cem hectares enquanto 67% do volume físico total de trigo estava sendo gerado pelas unidades produtivas com mais de cinquenta hectares. Os dados indicam que, exceto para o arroz, o trigo, o gado ovino e o bovino, o restante da produção agrícola do Estado tem origem nos pequenos-estabelecimentos.

É necessário verificar, então, o comportamento da categoria Responsável e Membr os Não-Remunerados da Família para que se forneça indicadores da concentração de mão-de-obra nas pequenas-propriedades agrícolas. Pode-se observar, no Quadro 5, que a população aumentou 191% entre 1940 e 1970 nas unidades produtivas com até vinte hectares de área. No mesmo período, a expansão demográfica praticamente dobrou a população no estrato com até cinquenta hectares. Os dados parecem confirmar, assim, um aumento expressivo da população agrícola ocupada numa forma predominantemente familiar de produção nos estabelecimentos de menor porte.

Entretanto, não se depreenda disso, que tenha ocorrido uma aglomeração, em média, da população que trabalha nas pequenas-propriedades. Entre os anos de 1950 e de 1970, como pode ser visto no Quadro 6, tanto a área total quanto a utilizada para lavoura expandiram-se muito para todos os grupos de área de estabelecimentos agrícolas do Rio Grande do Sul. O Quadro 7 indica que a população rural ocupada por estabelecimento reduziu-se um pouco, entre 1940 e 1970, enquanto se mantinha aproximadamente constante, para os pequenos-estabelecimentos, o número de hectares por população ocupada. Mas é o Quadro 8 que indica, numa decomposição maior do comportamento das densidades para os vários estratos dos estabelecimentos menores, reduções bastantes expressivas, entre 1940 e 1970, na população média das unidades com área entre um e menos de dois hectares. O referido quadro revela, também, que o número de hectares à disposição do pessoal ocupado, nos vários estratos das pequenas-propriedades, sofreu elevação, particularmente expressiva, nos estabelecimentos de vinte a menos de cinquenta hectares de área.

A concentração nas pequenas-propriedades, no entanto, não pode ter-se distribuído uniformemente ao longo dos anos. O Quadro 5 permite verificar que ela foi muito mais intensa no período compreendido entre 1950 e 1960. Nesse intervalo, ela aumentou em 70% no estrato com até vinte hectares e em 40% no correspondente a unidades de produção com até cinquenta hectares. O intervalo entre esses dois anos parece conter pelo menos uma parte expressiva do período em que se verificou o movimento de concentração da mão-de-obra nas unidades de produção familiares. Enquanto a primeira observação está contida num período expansivo da lavoura do Rio Grande do Sul, a segunda já se insere no intervalo de estancamento. A concentração justifica-se, também, pela ausência de criação de oportunidades de emprego urbano-industrial. Como se sabe, nesse período, a indústria de transformação do Rio Grande do Sul expandiu sua produção predominantemente através de aumentos substanciais da produtividade. O emprego direto industrial cresceu relativamente pouco, só intensificando sua expansão no intervalo seguinte (1960-70).

O ano de 1960 marcou a primeira queda significativa no poder aquisitivo dos trabalhadores urbanos do Brasil.<sup>3</sup> Isso afetou a economia do Rio Grande do Sul como um todo, pois desacelerou-se a expansão da demanda pela maior parte das mercadorias produzidas no Estado. Tanto a lavoura como a indústria da região estavam nitidamente voltadas para a produção de alimentos e de outros não-duráveis que integravam o consumo das camadas urbanas de baixas rendas. Não terminou em 1960 o período em que a economia do Estado deixou de apresentar oportunidades de emprego fora das pequenas-propriedades: poucos anos depois, toda a economia nacional entraria num período de estagnação relativa.

Tanto a lavoura rio-grandense quanto a economia nacional retomaram a expansão somente a partir de 1967-68. Voltaram a criar-se, então, no Estado, alguns poucos canais de absorção para a mão-de-obra que aumentava nas unidades de produção familiares. A retomada do crescimento industrial do país, embora não criasse muitos empregos industriais diretos, expandiu-os em serviços de natureza variada, principalmente os de reparação e conservação dos bens duráveis de consumo. As grandes cidades puderam também absorver parcelas do contingente liberado pela agricultura tanto na construção civil, em expansão acelerada, quanto nos inúmeros outros pequenos serviços urbanos que foram compelidas a criar. A área metropolitana de Porto Alegre, nesse quadro, não constitui exceção.

No entanto, entre as observações de 1950 e de 1960 estão contidos somente quatro dos anos em que a estagnação da lavoura tritícola rio-grandense deixou de oferecer empregos, assim como do período em que, a uma desaceleração do setor, se somou o fechamento mais acentuado de oportunidades de trabalho em outros pontos da economia gaúcha.

Já no intervalo de 1960 a 1970, as variações relativas da categoria Responsáveis e Membros Não-Remunerados da Família, nos estabelecimentos com até vinte e até cinquenta hectares, são menos expressivas que as do intervalo anterior, embora mantenham-se mais elevadas que as do período 1940-50. Isso indica que arrefeceu o ritmo de crescimento da popu-

lação nas pequenas-propriedades. As razões devem ser buscadas nos movimentos migratórios dessas populações e nos limites à divisão de propriedade e à ampliação do segmento produtivo.

No mesmo período em que se verificou o aumento mais expressivo da concentração da população nos pequenos-estabelecimentos agrícolas, a área metropolitana de Porto Alegre apresentou um crescimento populacional de 89%, muito superior ao crescimento de 65% do intervalo seguinte (1960-70).<sup>4</sup> Para que se forneça uma evidência da importância das populações rurais para o crescimento urbano de Porto Alegre, pode-se utilizar as informações disponíveis para o ano de 1970, e se constatar que, a participação de imigrantes com menos de dez anos de residência, nos municípios da grande Porto Alegre, é extremamente elevada.<sup>5</sup> Embora os dados se refiram a um período em que o crescimento da área metropolitana foi bastante inferior ao do intervalo 1950-60, pode-se ainda constatar que os municípios de expulsão dessa população migrante revelavam uma estrutura fundiária em que predominavam os minifúndios.<sup>6</sup> Dessas informações válidas para a década de sessenta, pode-se inferir que a expansão de quase 90% da população da área metropolitana de Porto Alegre, no intervalo 1950-60,<sup>7</sup> deve ter possuído, em boa parte, a mesma origem.

<sup>3</sup> SUPPLICY, Eduardo Matarazzo. *Política econômica brasileira e internacional*. Petrópolis, Vozes, 1977. p.102.

<sup>4</sup> MIGRAÇÕES INTERNAS. Indicadores Sociais. Porto Alegre, v.4, 1976. Número especial. p.26.

<sup>5</sup> Pode-se verificar, por exemplo, que 20,3% da população do município de Porto Alegre, em 1970, era constituída por migrantes com menos de dez anos de residência. Este percentual elevava-se a 49,5% para o município de Alvorada; 51,7% para Cachoeirinha; 33,2% para Campo Bom; 33,7% para Canoas; 39,5% para Estância Velha; 39,8% para Esteio; 30,9% para Gravataí; 45,5% para Sapucaia do Sul e 41,0% para Viamão. Vide: op. cit., p.67.

<sup>6</sup> Ibidem p.55.

<sup>7</sup> Pode-se verificar que 62% da população investigada tem origem em zonas rurais, vilas ou povoados e que 54% dos migrantes realizaram somente um trânsito migratório. Vide: PUCRS. Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos. *Perfil sócio-econômico das populações urbanas de baixas rendas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre [s.d.] v.1.

Por outro lado, essa população migrante é, predominantemente, adulta. Em um exame das pirâmides etárias das microrregiões do Rio Grande do Sul, pode-se verificar que "possuem uma base larga, com contingente populacional mais elevado na faixa de 0-4 anos, as microrregiões homogêneas: Colonial das Missões, Colonial de Santa Rosa, Colonial de Iraí, Colonial de Erechim, Colonial de Ijuí, Passo Fundo e Soledade, formando um grupo nitidamente diferenciado do restante do Estado. A conformação das pirâmides dessas microrregiões mostra que elas possuem uma estrutura etária bastante jovem, decorrente, certamente, da alta taxa de natalidade e da migração de população de faixas de idade de 15 anos ou mais para outras áreas."<sup>8</sup> As observações parecem confirmar, assim, que o segmento da agropecuária colonial cria força de trabalho para o setor capitalista da economia, fornecendo, também, contingentes populacionais para outras regiões do país.

Portanto, a área metropolitana da Capital parece ter-se constituído em poderoso centro de atração para uma população que, ao mesmo tempo, aumentava significativamente nas regiões de pequenas-propriedades agrícolas. A relativa desaceleração do aumento populacional nas pequenas-propriedades e na área da capital, entre 1960 e 1970, sugere uma reorientação dos fluxos migratórios, não afetando somente as recomposições internas ao Estado, mas dirigindo-se para fora dele.

De fato, o saldo migratório do Rio Grande do Sul foi sucessivamente crescente: de 97.068, no período 1940-50, passou a 162.352, no intervalo 1950-60 e atingiu 367.330 pessoas entre 1960 e 1970.<sup>9</sup> Se o saldo migratório cresceu 67% do primeiro para o segundo intervalo, ele manifestou um crescimento de 126% entre o verificado na década de cinquenta e o dos anos sessenta. As populações que deixaram o Rio Grande do Sul ocuparam, inicialmente, regiões de Santa Catarina e do Paraná.

As informações revelam que, em .... 1970, 598.809 gaúchos residiam em outros estados da Região Sul, estando assim distribuídos: 56,84%, no Paraná e 43,16%, em Santa Catarina.<sup>10</sup> As atividades que esses emigrantes desenvolveram são apresentadas no estudo "O fenô-

meno migratório na Região Sul," onde é assinalado: "As microrregiões do Extremo Oeste Paranaense e Sudoeste Paranaense aglutinaram quase 30% da população total de migrantes. Constituíram-se na área de destino preferencial de agricultores gaúchos e catarinenses, a maioria dos quais expulsos pelas condições econômicas desvantajosas de suas propriedades minifundiárias. Aí se localizaram 85% dos gaúchos e 50% dos catarinenses que se deslocaram para o Paraná, representando um contingente de, aproximadamente, 350 mil pessoas. (...) O Extremo Oeste Paranaense ocupa, dentre as microrregiões do Paraná, o primeiro lugar na produção de fumo, mandioca, milho, soja e rebanho suíno; o segundo lugar em trigo e o terceiro em feijão. (...) O Sudoeste Paranaense situa-se em primeiro lugar na produção de feijão e em segundo na produção de soja, milho, mandioca, fumo e em rebanhos ovino e suíno. Essas duas regiões encontram-se fora do famoso ciclo do café. Predominantemente, a ocupação da terra foi feita na condição de propriedades familiares, ao estilo das existentes nas zonas de origem, porém com produtividade mais alta por se tratar de terras virgens e possuem extensão média maior."<sup>11</sup> O texto sugere a reprodução da forma de organização da produção de origem dessas populações, ou seja, trabalho familiar, amplo elenco de produtos - no Rio Grande do Sul, também característicos do segmento da agropecuária colonial - e com assento em pequenas-propriedades.

O mesmo estudo traz indicações; também, para a localização e produção das populações migrantes que deixaram o Rio Grande do Sul, até 1970, estabelecendo-se em Santa Catarina: "Constata-se ter havido impressionante concentração das levas migratórias gaúchas em

<sup>8</sup> 25 ANOS DE ECONOMIA GAÚCHA: aspectos demográficos e suas relações com o desenvolvimento econômico do Estado. Porto Alegre, v.2, jun.1977. p.89. Grifo nosso.

<sup>9</sup> INDICADORES SOCIAIS RS. Porto Alegre, v.3, n.3, dez.1975. p.16-17.

<sup>10</sup> 25 ANOS DE ECONOMIA GAÚCHA: aspectos demográficos e suas relações com o desenvolvimento econômico do Estado. Porto Alegre, v.2, jun.1977. p.58.

<sup>11</sup> SUDESUL & UFRGS. O fenômeno migratório na Região Sul. Porto Alegre, 1975. p.61.

apenas duas microrregiões: a Colonial do Oeste Catarinense e a Colonial do Rio do Peixe. Nada menos de 85% dos migrantes aí se fixaram, representando um volume de mais de 160 mil pessoas. (...) A microrregião Colonial do Oeste Catarinense caracteriza-se como o primeiro produtor do Estado em soja, milho, feijão, rebanhos bovino e suíno e o segundo em trigo, fumo, batata e rebanho ovino."<sup>12</sup>

Assim, essas populações de origem minifundiária ao se dirigirem para as frentes de expansão da fronteira econômica nacional vão reproduzir a forma de produção que lhes é peculiar. Estabelecendo lavouras de subsistência, funcionam como ponta de lança da expansão econômica do sistema. Por um lado, promovem a incorporação de novas terras ao conjunto econômico nacional e, por outro, na medida do possível, ao comercializarem seus excedentes de produção, passam a constituir uma demanda - "exôgena" ao modo de produção dominante - através da aquisição das mercadorias industriais colocadas no mercado.

A intensa concentração da mão-de-obra nas pequenas-propriedades, durante a década de cinquenta, promoveu uma primeira orientação migratória expressiva em direção às cidades do Rio Grande do Sul. Já na década de sessenta, esses fluxos orientaram-se também para fora do Estado.

### 3. O uso da mão-de-obra

Os diversos segmentos produtivos da agricultura rio-grandense apresentam necessidades diferenciadas de mão-de-obra que se justificam, fundamentalmente, pelas diferentes formas de organização da produção. Os Quadros 9 e 10, referentes ao ano de 1972, podem expressar convenientemente essa asserção ao revelarem, por exemplo, o peso extraordinário da mão-de-obra familiar no agregado das pequenas-propriedades e a expressividade do uso da força de trabalho temporária no total do pessoal ocupado pela empresa rural.<sup>13</sup> A representatividade da utilização da força de trabalho familiar se expressa no fato de que para cada cem pessoas, entre os dependentes dos proprietários trabalhando e os assalariados temporários e permanentes das pequenas-propriedades,

quatorze indivíduos, no máximo, eram trabalhadores assalariados em 1972. Por outro lado, chega quase a 50% da mão-de-obra total utilizada o número máximo de assalariados temporários das empresas rurais. A esmagadora presença do trabalho assalariado na lavoura arrozeira e o peso altamente significativo da mão-de-obra temporária aparecem nas informações do Quadro 11. Por outro lado, é essa lavoura que lança mão de trabalhadores de origem urbana, como os dados do Censo Demográfico indicam. O Quadro 12 torna evidente que a orizicultura é a única atividade agrícola - excetuada a horticultura e a floricultura - em que a população de origem urbana possui presença expressiva. A significância do trabalho assalariado revela a constituição empresarial dessa lavoura enquanto a participação da força de trabalho de origem urbana pode encontrar explicação na estrutura fundiária de algumas regiões onde essa cultura se expandiu. A ausência de um "cinturão" de pequenas-propriedades exigiria que a satisfação das necessidades de força de trabalho temporária fosse buscada nas cidades.

A expansão do salarizado no campo do Rio Grande do Sul pode ser convenientemente verificada nas informações do Quadro 13. A nível global, enquanto a categoria dos assalariados permanentes apresentou uma expansão de 25% entre 1965 e 1972, a dos temporários sofreu um acréscimo da ordem de 41%. A expansão mais significativa dessa modalidade de emprego caracteriza bem o crescimento da produção gerada a partir de relações capitalistas. Pode-se observar, também, que se ocorreram algumas reduções no volume de permanentes, tal não se deu na categoria dos temporários.

Dessa forma, a produção das pequenas-propriedades, ao satisfazer suas necessidades de mão-de-obra através da utilização quase exclusiva da força de trabalho familiar, vem-se apresentando como uma fonte estável de emprego. Por outro lado, a empresa rural tem configurado a situação inversa, comparecendo

<sup>12</sup> SUDESUL & UFRGS, op. cit., p.62.

<sup>13</sup> As categorias minifúndio, empresa rural e latifúndio - por exploração e por dimensão - aparecem no trabalho publicado pelo INCRA e já citado anteriormente. Elas possuem alguma aproximação com as categorias utilizadas neste estudo.

como um gerador importante de empregos sazonais. A hipótese que se lança é sobre a existência de uma relação entre a estabilidade do emprego no segmento pequeno-proprietário e a instabilidade do mesmo na lavoura empresarial. A relação seria estabelecida pelo deslocamento da mão-de-obra entre esses dois segmentos da lavoura rio-grandense. Nos períodos em que aumenta a demanda por mão-de-obra na lavoura empresarial, seus requisitos por força de trabalho temporário seriam, pelo menos em parte, satisfeitos pelos habitantes das pequenas-propriedades.

Não sendo possível fornecer evidências diretas desses deslocamentos sazonais entre os dois segmentos produtivos, pode-se, no entanto, apresentar um conjunto de informações que apóiam essa hipótese. O que se requer é uma explicação para a existência dessas flutuações, e o que parece torná-las possíveis, na lavoura empresarial, é justamente a existência de um outro segmento produtivo com características tais que permitam a manutenção desse gênero de emprego.

A observação do Quadro 14 permite constatar as fortes variações da demanda por mão-de-obra temporária nos estabelecimentos com diferentes tamanhos. Pode-se perceber que as variações são mais intensas no estrato de cinquenta a quinhentos e no de mais de quinhentos hectares de área. A diferente intensidade de aumento da demanda pode ser exemplificada ao se comparar o comportamento dos estabelecimentos com até cinquenta hectares com o dos que possuem entre cinquenta e quinhentos hectares de área. No estrato dos estabelecimentos menores, entre julho e dezembro, as necessidades de mão-de-obra temporária multiplicam-se em oito vezes. Já no estrato que corresponde aos estabelecimentos de tamanho médio, a demanda de abril é mais de doze vezes superior a de agosto. Dessa maneira, pode-se perceber que a flutuação do emprego temporário nos estabelecimentos que correspondem à exploração capitalista da lavoura é muito mais intensa que a verificada nos estabelecimentos de menor porte.

Mas é quando se toma a informação referente aos empregados temporários no mês de maior emprego da categoria, distribuída por períodos de ocupação, como no Quadro 15, que

se constata que a maior parte da força de trabalho temporária esteve ocupada por um período inferior a seis meses. Por exemplo, dos 90.670 trabalhadores temporários do mês de dezembro, nas unidades de produção que os utilizam em maior quantidade nesse mês, 60% estiveram ocupados por um período inferior a dois meses.

Portanto, as indicações que esses dois quadros nos fornecem é de que existiu uma forte flutuação do emprego temporário, que a maior parte dos trabalhadores sazonais esteve ocupada por um período inferior a seis meses e de que a necessidade de trabalhadores temporários variou mais intensamente nos estabelecimentos com mais de cinquenta hectares de área.

Na medida em que ambos os segmentos demandaram mão-de-obra temporária, se faz necessário identificar os períodos em que essa demanda se torna mais intensa e se pode perceber, pelo Quadro 14, que ela flutuou, no mesmo sentido, em todos os estratos, durante o ano. Os meses de maior procura por trabalhadores temporários são, por um lado, os de abril e maio e, por outro, os de novembro e dezembro. No primeiro período, realizam-se, nas pequenas-propriedades, as colheitas do milho e da soja e o plantio do trigo, enquanto nos estabelecimentos de maior tamanho são as colheitas do arroz e da soja, assim como o plantio do trigo, que devem motivar os maiores requerimentos de mão-de-obra. Já nos meses de novembro e dezembro, nas pequenas-propriedades, colhe-se o trigo, plantando-se o milho e a soja. No mesmo período, a lavoura empresarial colhe o trigo e planta a soja e o arroz.

No entanto, os períodos de maior demanda relativa dos segmentos por mão-de-obra temporária, não foram coincidentes. Enquanto o segmento pequeno-proprietário exigiu o seu máximo de mão-de-obra temporária no final do ano, o outro segmento apresentou maiores requisitos de força de trabalho adicional nos meses de abril e maio. Portanto, embora a demanda se intensifique nos mesmos períodos, sua intensidade relativa é diferente. Isso permitiria, até certo ponto, uma permuta de mão-de-obra. Esta articulação se torna importante na medida em que o uso da força de trabalho temporário se constitui no principal sustentáculo do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Quadro 1a

Pessoal ocupado, distribuído por categoria, segundo grupos de área, nos estabelecimentos agropecuários, no Rio Grande do Sul — 1940

GRUPOS DE ÁREA (ha)	TOTAL		RESPONSÁVEL E MEMBROS NÃO- -REMUNERADOS DA FAMÍLIA			EMPREGADOS		
	Número	%	Número	%	%/Total	Subtotal		
						Número	%	%/Total
0 — 50	609 006	70,35	588 879	74,65	96,70	-	-	-
(0 — 20)	(277 557)	(32,06)	(269 616)	(34,18)	(97,14)	-	-	-
50 — 500	201 644	23,29	174 127	22,08	86,35	-	-	-
500 —	55 036	6,36	25 817	3,27	46,91	-	-	-
Subtotal	865 686	100,00	788 823	100,00	91,12	-	-	-
TOTAL	(3)917 442	100,00	788 823	100,00	85,98	-	-	-

GRUPOS DE ÁREA (ha)	EMPREGADOS						PARCEIROS			OUTRA CONDIÇÃO		
	Trabalho Permanente (1)			Trabalho Temporário (2)								
	Número	%	%/Total	Número	%	%/Total	Número	%	%/Total	Número	%	%/Total
0 — 50	20 127	26,19	3,30	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(0 — 20)	(7 941)	(10,33)	(2,86)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
50 — 500	27 517	35,80	13,65	-	-	-	-	-	-	-	-	-
500 —	29 219	38,01	53,09	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	76 863	100,00	8,88	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	76 863	100,00	8,38	51 756	100,00	5,64	-	-	-	-	-	-

FONTE: CENSOS ECONÔMICOS: agrícola, industrial, comercial e dos serviços; Rio Grande do Sul 1940. Rio de Janeiro, pt. 20, t.2, 1950.

NOTA: Os dados referentes aos estabelecimentos com até vinte hectares de área foram destacados para uma melhor visualização do comportamento da variável. Estes dados, portanto, não se constituem em parcela do total de cada coluna.

(1) Pessoal permanente: foram considerados o responsável pela exploração, membros de sua família, colonos e empregados de caráter permanente em atividades agropecuárias no dia do recenseamento. (2) Pessoal temporário: os admitidos para executar serviços ocasionais ou extraordinários no estabelecimento. A categoria "Pessoal Temporário" não está discriminada por área. (3) Excluído 36 pessoas ocupadas sem declaração de área.

Quadro 1b

Pessoal ocupado, distribuído por categoria, segundo grupos de área, nos estabelecimentos agropecuários, no Rio Grande do Sul — 1950

GRUPOS DE ÁREA (ha)	TOTAL		RESPONSÁVEL E MEMBROS NÃO- -REMUNERADOS DA FAMÍLIA			EMPREGADOS		
	Número	%	Número	%	%/Total	Número	%	%/Total
0 — 50	756 712	70,63	689 763	79,36	91,15	48 222	30,54	6,38
(0 — 20)	(363 690)	(33,95)	(339 241)	(39,03)	(93,28)	(18 124)	(11,48)	(4,98)
50 — 500	234 273	21,87	160 264	18,44	68,41	55 028	34,85	23,49
500 —	80 419	7,50	19 146	2,20	23,81	54 650	34,61	67,95
TOTAL	1 071 404	100,00	869 173	100,00	81,12	157 900	100,00	14,74

GRUPOS DE ÁREA (ha)	EMPREGADOS						PARCEIROS (1)			OUTRA CONDIÇÃO		
	Trabalho Permanente			Trabalho Temporário								
	Número	%	%/Total	Número	%	%/Total	Número	%	%/Total	Número	%	%/Total
0 — 50	11 994	23,98	1,59	36 228	33,58	4,79	18 727	42,24	2,47	-	-	-
(0 — 20)	(4 711)	(9,42)	(1,29)	(13 413)	(12,43)	(3,69)	(6 325)	(14,27)	(1,74)	-	-	-
50 — 500	15 175	30,34	6,48	39 853	36,94	17,01	18 981	42,82	8,10	-	-	-
500 —	22 842	45,68	28,40	31 808	29,48	39,55	6 623	14,94	8,24	-	-	-
TOTAL	50 011	100,00	4,67	107 889	100,00	10,07	44 331	100,00	4,14	-	-	-

FONTE: CENSOS ECONÔMICOS: Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, v.28, t.2, 1956.

NOTA: Os dados referentes aos estabelecimentos com até vinte hectares de área foram destacados para uma melhor visualização do comportamento da variável. Estes dados, portanto, não se constituem em parcela do total de cada coluna.

(1) Excluído os parceiros autônomos, com responsabilidade de administração os quais foram contados na categoria "Responsável e Membros Não-Remunerados da Família".

Quadro 1c

Pessoal ocupado, distribuído por categoria, segundo grupos de área, nos estabelecimentos agropecuários, no Rio Grande do Sul — 1960

GRUPOS DE ÁREA (ha)	TOTAL		RESPONSÁVEL E MEMBROS NÃO-REMUNERADOS DA FAMÍLIA			EMPREGADOS		
	Número	%	Número	%	%/Total	Subtotal		
						Número	%	%/Total
0 — 50	1 036 705	77,71	964 296	84,86	93,02	61 628	35,00	5,95
(0 — 20)	(608 220)	(45,59)	(576 859)	(50,76)	(94,84)	(26 580)	(15,10)	(4,37)
50 — 500	236 246	17,71	155 835	13,71	65,96	72 220	41,02	30,57
500 —	61 084	4,58	16 225	1,43	26,56	42 210	23,98	69,10
TOTAL(1)	1 334 035	100,00	1 136 356	100,00	85,18	176 058	100,00	13,20

  

GRUPOS DE ÁREA (ha)	EMPREGADOS						PARCEIROS (2)			OUTRA CONDIÇÃO		
	Trabalho Permanente			Trabalho Temporário			Número	%	%/Total	Número	%	%/Total
	Número	%	%/Total	Número	%	%/Total						
0 — 50	15 690	27,60	1,51	45 938	38,54	4,43	7 216	51,65	0,70	3 565	46,60	0,34
(0 — 20)	(6 464)	(11,37)	(1,06)	(20 116)	(16,87)	(3,31)	(2 989)	(21,39)	(0,49)	(1 792)	(23,43)	(0,30)
50 — 500	21 432	37,70	9,07	50 788	42,60	21,50	5 466	39,12	2,32	2 725	35,63	1,15
500 —	19 725	34,70	32,29	22 485	18,86	36,81	1 290	9,23	2,11	1 359	17,77	2,23
TOTAL(1)	56 847	100,00	1,26	119 211	100,00	8,94	13 972	100,00	1,05	7 649	100,00	0,57

FONTE: CENSO AGRÍCOLA DE 1960: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, v.2, t.13, 1970.

NOTA: Os dados referentes aos estabelecimentos com até vinte hectares de área foram destacados para uma melhor visualização do comportamento da variável. Estes dados, portanto, não se constituem em parcela do total de cada coluna.

(1) Exclui-se quatro pessoas sem declaração. (2) Exclui-se os parceiros autônomos, com responsabilidade de administração que foram contados na categoria "Responsável e Membros Não-Remunerados da Família".

Quadro 1d

Pessoal ocupado, distribuído por categoria, segundo grupos de área, nos estabelecimentos agropecuários, no Rio Grande do Sul — 1970

GRUPOS DE ÁREA (ha)	TOTAL		RESPONSÁVEL E MEMBROS NÃO-REMUNERADOS DA FAMÍLIA			EMPREGADOS		
	Número	%	Número	%	%/Total	Subtotal		
						Número	%	%/Total
0 — 50	1 218 232	84,25	1 166 117	88,74	95,72	39 264	34,75	3,22
(0 — 20)	(812 889)	(56,22)	(785 013)	(59,74)	(96,57)	(20 692)	(18,32)	(2,54)
50 — 500	178 773	12,36	135 367	10,30	75,72	38 471	34,05	21,52
500 —	48 989	3,39	12 667	0,96	25,86	35 244	31,20	71,94
TOTAL(1)	1 445 994	100,00	1 314 151	100,00	90,88	112 979	100,00	7,81

  

GRUPOS DE ÁREA (ha)	EMPREGADOS						PARCEIROS (2)			OUTRA CONDIÇÃO		
	Trabalho Permanente			Trabalho Temporário			Número	%	%/Total	Número	%	%/Total
	Número	%	%/Total	Número	%	%/Total						
0 — 50	14 274	22,47	1,17	24 990	50,54	2,05	9 485	73,74	0,78	3 366	56,08	0,28
(0 — 20)	(7 088)	(11,16)	(0,87)	(13 604)	(27,51)	(1,67)	(5 276)	(41,02)	(0,65)	(1 908)	(31,79)	(0,24)
50 — 500	22 663	35,67	12,68	15 808	31,97	8,84	2 867	22,29	1,60	2 068	34,46	1,16
500 —	26 595	41,86	54,29	8 649	17,49	17,65	510	3,97	1,04	568	9,46	1,16
TOTAL(1)	63 532	100,00	4,39	49 447	100,00	3,42	12 862	100,00	0,89	6 002	100,00	0,42

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970. Rio de Janeiro, 1970.

NOTA: Os dados referentes aos estabelecimentos com até vinte hectares de área foram destacados para uma melhor visualização do comportamento da variável. Estes dados, portanto, não se constituem em parcela do total de cada coluna.

(1) Exclui-se 819 pessoas sem declaração. (2) Exclui-se os parceiros autônomos, com responsabilidade de administração que foram contados na categoria "Responsável e Membros Não-Remunerados da Família".

Pessoal ocupado, distribuído por categorias, segundo o grupo de área de 0 - 50ha, no Rio Grande do Sul — 1950-1970

CATEGORIAS	NÚMERO DE PESSOAS			TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO		
	1950	1960	1970	50-60	60-70	50-70
Responsável e membros não-remunerados da família .....	689 763	964 296	1 166 117	3,41	1,92	5,39
Empregados .....	48 222	61 628	39 264	2,48	-4,41	-2,03
Em trabalho permanente .....	11 994	15 690	14 274	2,72	-0,94	1,76
Em trabalho temporário .....	36 228	45 938	24 990	2,40	-5,91	-3,65
Parceiros .....	18 727	7 216	9 485	-9,10	2,77	-6,58
Outra condição .....	-	3 565	3 366	-	-0,57	-
TOTAL .....	756 712	1 036 705	1 218 232	3,20	1,63	4,88

  

CATEGORIAS	COMPOSIÇÃO PERCENTUAL			Δ %		
	1950	1960	1970	60-50	70-60	70-50
Responsável e membros não-remunerados da família .....	91,15	93,02	95,72	39,80	20,93	69,06
Empregados .....	6,38	5,95	3,22	27,80	-36,29	-18,58
Em trabalho permanente .....	1,59	1,51	1,17	30,82	-9,02	19,01
Em trabalho temporário .....	4,79	4,43	2,05	26,80	-45,60	-31,02
Parceiros .....	2,47	0,70	0,78	-61,47	31,44	-49,35
Outra condição .....	-	0,34	0,28	-	-5,58	-
TOTAL .....	100,00	100,00	100,00	37,00	17,51	60,99

FORNTE: CENSOS ECONÔMICOS: Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, v.28, t.2, 1956.  
 CENSO AGRÍCOLA DE 1960: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, v.2, t.13, 1970.  
 CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970. Rio de Janeiro, 1970.

Quadro 3

Pessoal ocupado, distribuído por categorias, segundo o grupo de área de 0 - 20ha, no Rio Grande do Sul — 1950-1970

CATEGORIAS	NÚMERO DE PESSOAS			TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO		
	1950	1960	1970	50-60	60-70	50-70
Responsável e membros não-remunerados da família .....	339 241	576 859	785 013	5,45	3,13	8,75
Empregados .....	18 124	26 580	20 692	3,90	-2,47	1,33
Em trabalho permanente .....	4 711	6 464	7 088	3,21	0,93	4,17
Em trabalho temporário .....	13 413	20 116	13 604	4,14	-3,84	0,14
Parceiros .....	6 325	2 989	5 276	-7,22	5,85	-1,80
Outra condição .....	-	1 792	1 908	-	0,63	-
TOTAL .....	363 690	608 220	812 889	5,28	2,94	8,38

  

CATEGORIAS	COMPOSIÇÃO PERCENTUAL			Δ %		
	1950	1960	1970	60-50	70-60	70-50
Responsável e membros não-remunerados da família .....	93,28	94,84	96,57	70,04	36,08	131,40
Empregados .....	4,98	4,37	2,54	46,66	-22,15	14,17
Em trabalho permanente .....	1,29	1,06	0,87	37,21	9,65	50,46
Em trabalho temporário .....	3,69	3,31	1,67	49,97	-32,37	1,42
Parceiros .....	1,74	0,49	0,65	-52,74	76,51	-16,58
Outra condição .....	-	0,30	0,24	-	6,47	-
TOTAL .....	100,00	100,00	100,00	67,24	33,65	123,51

FORNTE: CENSOS ECONÔMICOS: Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, v.28, t.2, 1956.  
 CENSO AGRÍCOLA DE 1960: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, v.2, t.13, 1970.  
 CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970. Rio de Janeiro, 1970.

Quadro 4

Distribuição de linhas de produção, segundo estratos de área dos estabelecimentos agropecuários, no Rio Grande do Sul — 1970

LINHAS DE PRODUÇÃO	< 5 (ha)		5—10 (ha)		10—20 (ha)		20—50 (ha)	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
1 Arroz .....	1,4	0,8	3,2	2,1	7,7	4,7	14,8	11,4
2 Trigo .....	1,4	1,1	4,0	3,3	11,1	9,6	21,4	19,1
3 Soja .....	3,3	3,4	8,0	8,2	22,0	21,5	28,0	26,5
4 Milho .....	5,2	5,3	11,6	11,6	29,5	30,0	37,7	38,4
5 Feijão .....	8,0	7,9	15,4	15,3	29,7	30,2	33,7	35,0
6 Mandioca .....	7,0	0,7	14,2	15,2	31,9	34,9	34,0	36,5
7 Batata .....	20,2	18,7	37,1	37,6	32,8	34,2	8,6	8,2
8 Cana .....	7,7	11,1	16,0	18,7	33,8	31,2	34,7	31,8
9 Amendoim .....	20,7	19,3	38,5	38,6	31,3	32,4	8,6	8,7
10 Uva .....	23,8	26,0	44,1	49,5	24,3	19,9	6,7	3,9
11 Banana .....	15,7	18,7	20,9	22,5	32,2	29,2	25,6	24,4
12 Laranja .....	30,1	28,0	32,7	33,4	24,9	26,6	8,6	8,8
13 Ovos de Galinha	-	13,8	-	15,1	-	27,5	-	27,8
14 Leite .....	6,3	7,1	10,9	11,9	25,4	27,8	30,7	32,7
15 Bovinos .....	1,5	-	3,1	-	7,6	-	11,7	-
16 Ovinos .....	0,2	-	0,4	-	1,2	-	4,5	-
17 Suínos .....	6,0	-	12,0	-	32,0	-	38,3	-
18 Aves .....	14,7	-	15,7	-	28,3	-	27,7	-

  

LINHAS DE PRODUÇÃO	50—100 (ha)		100—1 000 (ha)		> 1 000 (ha)		TOTAL	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	Área Cultivada (ha)	Produção (t)
1 Arroz .....	12,8	13,1	40,3	46,7	19,8	21,2	451 263	1 383 525
2 Trigo .....	12,7	12,9	41,2	45,5	8,2	8,5	1 672 350	1 599 067
3 Soja .....	9,6	9,7	25,0	26,4	4,1	4,3	1 600 131	1 295 148
4 Milho .....	8,9	8,7	5,9	5,0	1,3	1,0	1 870 469	2 230 296
5 Feijão .....	7,9	7,6	4,8	3,6	0,5	0,4	206 656	116 762
6 Mandioca .....	7,7	7,7	4,8	4,6	0,4	0,4	251 945	2 240 887
7 Batata .....	0,6	0,6	0,7	0,7	-	-	52 049	186 338
8 Cana .....	6,3	5,7	1,4	0,1	0,1	0,1	41 732	805 600
9 Amendoim .....	0,6	0,8	0,3	0,2	-	-	17 040	9 339
10 Uva .....	0,6	0,5	0,5	0,2	-	-	40 014	388 800
11 Banana .....	3,6	4,0	1,9	1,1	0,1	0,1	12 256	(3)8 341 489
12 Laranja .....	1,7	1,6	2,0	1,6	-	-	18 502	(4)1 456 072
13 Ovos de Galinha	-	6,1	-	8,7	-	1,0	-	(5) 56 371
14 Leite .....	9,7	9,0	14,1	9,6	2,9	1,9	(6) 814 702	(7) 778 076
15 Bovinos .....	7,0	-	35,7	-	33,4	-	(8) 12 262 615	-
16 Ovinos .....	6,0	-	43,7	-	44,0	-	(8) 12 127 543	-
17 Suínos .....	7,5	-	3,6	-	0,6	-	(8) 5 851 270	-
18 Aves .....	5,8	-	7,0	-	1,0	-	(8) 29 161 571	-

FONTE: OLIVEIRA, Péricles, FL. e NADAL, Raul de. *Diagnóstico Geral da Agricultura de Baixa Renda no Rio Grande do Sul*. (Versão Preliminar). CEPA/RS - Porto Alegre, 1977, p.25.

(1) Participação percentual do estrato: na área total cultivada (itens 1 a 12); no número de vacas ordenhadas (item 14); no efetivo animal (itens 15 a 18). (2) Participação percentual do estrato na produção total. (3) Cachos. (4) Frutos. (5) Mil dúzias. (6) Vacas ordenhadas. (7) Mil litros. (8) Cabeças.

Quadro 5

Responsável e membros não-remunerados da família, segundo grupos de área,  
no Rio Grande do Sul — 1940-1970

GRUPOS DE ÁREA (ha)	NÚMERO DE PESSOAS				TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO				
	1940	1950	1960	1970	40-50	50-60	60-70	40-70	50-70
0—50	588 879	689 763	964 296	1 166 117	1,59	3,41	1,92	7,07	5,39
(0—20)	(269 616)	(339 241)	(576 859)	(785 013)	(2,32)	(5,45)	(3,13)	(11,28)	(8,75)
50—500	174 127	160 264	155 835	135 367	-0,83	-0,28	-1,40	-2,49	-1,67
500—	25 817	19 146	16 225	12 667	-2,95	-1,64	-2,45	-6,87	-4,05
TOTAL	788 823	869 173	1 136 356	1 314 351	0,97	2,72	1,47	5,24	4,22

  

GRUPOS DE ÁREA (ha)	COMPOSIÇÃO PERCENTUAL				VARIACÃO PERCENTUAL				
	1940	1950	1960	1970	50-40	60-50	70-60	70-40	70-50
0—50	74,65	79,36	84,86	88,74	17,13	39,80	20,93	98,02	69,06
(0—20)	(34,18)	(39,03)	(50,76)	(59,74)	(25,82)	(70,04)	(36,08)	(191,16)	(131,40)
50—500	22,08	18,44	13,71	10,30	-7,96	-2,76	-13,13	-22,26	-15,53
500—	3,27	2,20	1,43	0,96	-25,84	-15,26	-21,93	-50,94	-33,84
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	10,19	30,74	15,66	66,62	51,22

FONTE: CENSOS ECONÔMICOS: agrícola, industrial, comercial e dos serviços; Rio Grande do Sul 1940. Rio de Janeiro, pt.20, t.2, 1950.

CENSOS ECONÔMICOS: Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, v.28, t.2, 1956.

CENSO AGRÍCOLA DE 1960: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, v.2, t.13, 1970.

CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970. Rio de Janeiro, 1970.

NOTA: Os dados referentes aos estabelecimentos com até vinte hectares de área foram destacados para uma melhor visualização do comportamento da variável. Estes dados, portanto, não se constituem em parcela do total de cada coluna.

Quadro 6

Utilização das terras, segundo grupos de área total, no Rio Grande do Sul — 1950-1970

GRUPOS DE ÁREA (ha)	1950									
	Total	Lavoura	%	Pastagens	%	Matas	%	Terras Incultas	%	
— 10	249 961	160 602	64,2	41 663	16,7	19 464	7,8	28 232	11,3	
10—20	1 017 679	491 611	48,3	189 719	18,6	163 633	16,1	172 716	17,0	
20—50	2 903 208	994 029	34,2	680 244	23,4	588 643	20,3	640 292	22,1	
50—100	1 735 823	336 745	19,4	736 163	42,4	303 547	17,5	359 368	20,7	
100—500	4 135 345	274 626	6,6	3 147 466	76,1	442 527	10,7	270 726	6,6	
500—1 000	2 633 748	81 429	3,1	2 253 501	85,6	212 223	8,0	86 595	3,3	
1 000—	8 520 371	163 649	1,9	7 567 421	88,8	540 765	6,4	248 536	2,9	
TOTAL	21 196 135	2 502 691	11,8	14 616 177	69,0	2 270 802	10,7	1 806 465	8,5	

  

GRUPOS DE ÁREA (ha)	1960									
	Total	Lavoura	%	Pastagens	%	Matas	%	Terras Incultas	%	
— 10	513 086	353 422	68,9	88 321	17,2	35 286	6,9	36 057	7,0	
10—20	1 442 411	755 675	52,4	307 043	21,3	207 906	14,4	171 787	11,9	
20—50	3 127 149	1 183 054	37,8	851 933	27,3	568 890	18,2	523 272	16,7	
50—100	1 815 766	421 857	23,2	823 095	45,4	305 491	16,8	265 323	14,6	
100—500	4 172 524	555 358	13,3	3 057 099	73,3	395 969	9,5	164 098	3,9	
500—1 000	2 519 612	197 350	7,8	2 095 855	83,2	183 922	7,3	42 485	1,7	
1 000—	7 250 340	243 065	3,4	6 316 528	87,1	597 685	8,2	93 062	1,3	
TOTAL	20 840 888	3 709 781	17,8	13 539 874	65,0	2 295 149	11,0	1 296 084	6,2	

  

GRUPOS DE ÁREA (ha)	1970									
	Total	Lavoura	%	Pastagens	%	Matas	%	Terras Incultas (1)	%	
— 10	796 607	559 443	70,2	129 986	16,3	56 141	7,1	51 037	6,4	
10—20	1 819 801	1 010 821	55,5	393 549	21,6	214 096	11,8	201 335	11,1	
20—50	3 416 175	1 452 714	42,5	1 047 098	30,7	450 700	13,2	465 663	13,6	
50—100	1 935 771	531 040	27,4	1 011 860	52,3	214 380	11,1	178 491	9,2	
100—500	5 185 080	844 496	16,3	3 792 576	73,1	421 603	8,1	126 405	2,5	
500—1 000	2 921 201	268 898	9,2	2 388 200	81,8	207 648	7,1	56 455	1,9	
1 000—	6 695 197	310 760	4,6	5 871 717	87,7	407 037	6,1	105 683	1,6	
TOTAL	22 769 832	4 978 172	21,9	14 634 986	64,3	1 971 605	8,6	1 185 069	5,2	

FONTE: CENSOS ECONÔMICOS: Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, v.28, t.2, 1956.

CENSO AGRÍCOLA DE 1960. Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, v.2, t.13, 1970.

CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970. Rio de Janeiro, 1970.

(1) O Censo Agrícola de 1970 considera terras em descanso e terras produtivas não utilizadas.

Quadro 7

População rural ocupada, por estabelecimento, e hectares por habitante, segundo os grupos de área dos estabelecimentos rurais, no Rio Grande do Sul — 1940-1970

GRUPOS DE ÁREA (ha)	1940				
	Estabelecimentos Rurais		População Rural Ocupada		
	Número	Área (ha)	Total	Por estabeleci- mento	Área/habitante
0 — 50	177 911	3 552 614	609 006	3,42	5,83
(0 — 20)	(90 323)	(945 237)	(277 557)	(3,07)	(3,41)
50 — 500	45 417	5 885 459	201 644	4,44	29,19
500 —	7 384	11 003 742	55 036	7,45	199,94
TOTAL	230 712	20 441 815	(1)(2)865 680	3,75	23,61

  

GRUPOS DE ÁREA (ha)	1950				
	Estabelecimentos Rurais		População Rural Ocupada		
	Número	Área (ha)	Total	Por estabeleci- mento	Área/habitante
0 — 50	231 496	4 456 645	756 712	3,27	5,89
(0 — 20)	(125 767)	(1 351 338)	(363 690)	(2,89)	(3,72)
50 — 500	47 762	6 136 286	234 273	4,91	26,19
500 —	7 473	11 476 244	80 419	10,76	142,71
TOTAL	286 731	22 069 375	1 071 404	3,74	20,60

  

GRUPOS DE ÁREA (ha)	1960				
	Estabelecimentos Rurais		População Rural Ocupada		
	Número	Área (ha)	Total	Por estabeleci- mento	Área/habitante
0 — 50	323 953	5 334 965	1 036 705	3,20	5,15
(0 — 20)	(210 294)	(2 029 559)	(608 220)	(2,89)	(3,34)
50 — 500	49 393	6 232 540	236 246	4,78	26,38
500 —	6 853	10 091 901	61 084	8,91	165,21
TOTAL	380 199	21 659 406	(3)1 334 035	3,51	16,24

  

GRUPOS DE ÁREA (ha)	1970				
	Estabelecimentos Rurais		População Rural Ocupada		
	Número	Área (ha)	Total	Por estabeleci- mento	Área/habitante
0 — 50	448 142	6 503 575	1 218 232	2,72	5,34
(0 — 20)	(321 293)	(2 817 721)	(812 889)	(2,53)	(3,47)
50 — 500	55 925	7 419 285	178 773	3,20	41,50
500 —	7 583	9 884 319	48 989	6,46	201,77
TOTAL	511 650	23 807 179	(4)1 445 994	2,83	16,46

FONTE: CENSOS ECONÔMICOS: agrícola, industrial, comercial e dos serviços; Rio Grande do Sul 1940. Rio de Janeiro, pt. 20, t.2, 1950.

CENSOS ECONÔMICOS: Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, v.28, t.2, 1956.

CENSO AGRÍCOLA de 1960: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, v.2, t.13, 1970.

CENSO AGROPECUÁRIO de 1970. Rio de Janeiro, 1970.

NOTA: Os dados referentes aos estabelecimentos com até vinte hectares de área foram destacados para uma melhor visualização do comportamento da variável. Estes dados, portanto, não se constituem em parcela do total de cada coluna.

(1) Exclusive 36 pessoas ocupadas sem declaração de área. (2) A categoria "Pessoal Temporário" não está discriminada por grupo de área, perfazendo um total de 51.756 pessoas. (3) Exclusive 4 pessoas sem declaração. (4) Exclusive 819 pessoas sem declaração.

Índices populacionais, apresentados pelos estabelecimentos rurais,  
no Rio Grande do Sul — 1940-1970

GRUPOS DE ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			
	1940	1950	1960	1970
— 10	37 457	47 724	100 132	177 132
— 1	150	666	1 735	6 312
1 — 2	1 042	2 219	5 280	16 068
2 — 5	11 667	13 901	33 973	63 642
5 — 10	24 598	30 938	59 144	91 497
10 — 20	52 866	78 043	110 162	143 774
20 — 50	87 588	105 729	113 659	126 849

  

GRUPOS DE ÁREA (ha)	ÁREA (ha)			
	1940	1950	1960	1970
— 10	209 976	266 340	526 768	853 462
— 1	47	212	144	1 445
1 — 2	1 261	2 579	7 051	20 274
2 — 5	38 073	45 447	110 582	201 205
5 — 10	170 595	218 102	407 690	629 153
10 — 20	735 261	1 084 998	1 502 791	1 964 259
20 — 50	2 607 377	3 105 507	3 305 406	3 685 854

  

GRUPOS DE ÁREA (ha)	POPULAÇÃO RURAL OCUPADA			
	Total			
	1940	1950	1960	1970
— 10	106 770	125 700	261 675	407 169
— 1	458	1 447	4 334	12 599
1 — 2	2 721	5 341	11 842	30 772
2 — 5	31 073	35 198	82 248	137 817
5 — 10	72 518	83 714	163 251	225 981
10 — 20	170 787	237 990	346 545	405 720
20 — 50	331 449	393 022	428 485	405 343

  

GRUPOS DE ÁREA (ha)	POPULAÇÃO RURAL OCUPADA			
	Por Estabelecimento			
	1940	1950	1960	1970
— 10	2,85	2,63	2,61	2,30
— 1	3,05	2,17	2,50	2,00
1 — 2	2,61	2,41	2,24	1,92
2 — 5	2,66	2,53	2,42	2,17
5 — 10	2,95	2,71	2,76	2,47
10 — 20	3,23	3,05	3,15	2,82
20 — 50	3,78	3,72	3,77	3,20

  

GRUPOS DE ÁREA (ha)	POPULAÇÃO RURAL OCUPADA			
	Área/Pessoa Ocupado			
	1940	1950	1960	1970
— 10	1,97	2,12	2,01	2,10
— 1	0,10	0,15	0,03	0,12
1 — 2	0,46	0,48	0,60	0,66
2 — 5	1,23	1,29	1,34	1,46
5 — 10	2,35	2,61	2,50	2,78
10 — 20	4,31	4,56	4,34	4,84
20 — 50	7,87	7,90	7,71	9,09

FONTE: CENSOS ECONÔMICOS: agrícola, industrial, comercial e dos serviços; Rio Grande do Sul 1940. Rio de Janeiro, pt. 20, t.2, 1950.

CENSOS ECONÔMICOS: Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, v.28, t.2, 1956.

CENSO AGRÍCOLA DE 1960: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, v.2, t.13, 1970.

CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970. Rio de Janeiro, 1970.

Quadro 9

## Mão-de-obra nos imóveis rurais, no Rio Grande do Sul — 1972

GRUPOS DE ÁREA (ha)	TOTAL		MÃO-DE-OBRA PERMANENTE					
	Número	%	Dependentes do Proprietário Trabalhando			Assalariados		
			Número	%	%/Total	Número	%	%/Total
0— 50	879 677	75,72	729 070	90,48	82,88	8 356	15,25	0,95
50— 500	186 874	16,08	71 258	8,84	38,13	18 544	33,84	9,92
500—	95 245	8,20	5 445	0,68	5,72	27 892	50,91	29,28
TOTAL	1 161 796	100,00	805 773	100,00	69,36	54 792	100,00	4,72

  

GRUPOS DE ÁREA (ha)	NÚMERO MÁXIMO DE ASSALARIADOS TEMPORÁRIOS			PARCEIROS			ARRENDATÁRIOS		
	Número	%	%/Total	Número	%	%/Total	Número	%	%/Total
0— 50	115 190	44,81	13,09	19 621	69,69	2,23	7 440	46,50	0,85
50— 500	83 618	32,53	44,75	6 685	23,74	3,58	6 769	42,30	3,62
500—	58 267	22,66	61,18	1 849	6,57	1,94	1 792	11,20	1,88
TOTAL	257 075	100,00	22,13	28 155	100,00	2,42	16 001	100,00	1,38

FONTE: INCRA. *Sistema Nacional de Cadastro Rural*. Cadastro de Imóveis Rurais — 1972. Brasília, 1974.

NOTA: Não inclui proprietários.

Quadro 10

## Mão-de-obra nos imóveis rurais, segundo as categorias da Lei 4504 do Estatuto da Terra, no Rio Grande do Sul — 1972

CATEGORIAS	TOTAL		MÃO-DE-OBRA PERMANENTE					
	Número	%	Dependentes do Proprietário Trabalhando			Assalariados		
			Número	%	%/Total	Número	%	%/Total
Minifúndio	771 441	66,40	648 850	80,53	84,11	6 105	11,14	0,79
Empresa .. Rural ....	156 744	13,49	50 283	6,24	32,08	24 926	45,49	15,90
Latifúndio por explo- ração ....	233 391	20,09	106 640	13,23	45,69	23 759	43,36	10,18
Latifúndio por dimen- são .....	220	0,02	-	-	-	2	0,01	0,91
TOTAL .	1 161 796	100,00	805 773	100,00	69,36	54 792	100,00	4,71

  

CATEGORIAS	NÚMERO MÁXIMO DE ASSALARIADOS TEMPORÁRIOS			PARCEIROS			ARRENDATÁRIOS		
	Número	%	%/Total	Número	%	%/Total	Número	%	%/Total
Minifúndio	95 303	37,07	12,35	15 437	54,83	2,00	5 746	35,91	0,75
Empresa .. Rural ....	75 893	29,52	48,42	3 942	14,00	2,52	1 700	10,62	1,08
Latifúndio por explo- ração ....	85 661	33,32	36,70	8 776	31,17	3,76	8 555	53,47	3,67
Latifúndio por dimen- são .....	218	0,09	99,09	-	-	-	-	-	-
TOTAL .	257 075	100,00	22,13	28 155	100,00	2,42	16 001	100,00	1,38

FONTE: INCRA. *Sistema Nacional de Cadastro Rural*: Cadastro de Imóveis Rurais - 1972. Brasília, 1974.

Quadro 11

Pessoal ocupado, permanente e temporário, segundo ocupação, nos municípios da zona arrozeira do Rio Grande do Sul — Safras 1973/74 e 1974/75

SAFRA	NÚMERO DE MUNICÍPIOS PRODUTORES LEVANTADOS	PESSOAL OCUPADO NA LAVOURA			
		Total	Pessoal Não-Remunerado	Remunerado Permanente	Remunerado Temporário
1973/74	68	103 125	6 461	20 121	76 543
1974/75	73	97 130	7 772	20 724	68 634

FONTE: IRGA - Anuário Estatístico do Arroz 1975 e 1976.

Quadro 12

Agricultura e pecuária e classes de atividade das pessoas de 10 anos e mais por situação do domicílio, no Rio Grande do Sul — 1970

CLASSES DE ATIVIDADE	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO		
	Total	População Urbana	População Rural
Arroz .....	65 222	10 968	54 254
Banana .....	4 039	93	3 946
Cana-de-Açúcar .....	9 576	929	8 647
Fumo .....	77 500	1 998	75 502
Trigo .....	98 410	7 603	90 807
Horticultura e Floricultura .....	12 833	6 827	6 006
Outras Culturas (1)	600 742	29 691	571 051
Pecuária .....	150 001	16 059	133 942

FONTE: IBGE - Censo Demográfico de 1970.

(1) Exclusive algodão e silvicultura.

Quadro 13

Número de assalariados rurais, por Região de Programação, do Rio Grande do Sul — 1965-72

REGIÕES DE PROGRAMAÇÃO	ASSALARIADOS PERMANENTES		
	1965	1972	Δ %
1	6 202	4 487	-0,28
2	8 828	7 752	-0,12
3	5 329	9 431	0,77
4	4 540	8 665	0,91
5	12 516	16 186	0,29
6	1 844	1 962	0,06
7	2 797	2 944	0,05
8	2 193	3 033	0,38
9	11 921	15 488	0,30
TOTAL	56 170	69 948	0,25

  

REGIÕES DE PROGRAMAÇÃO	ASSALARIADOS TEMPORÁRIOS		
	1965	1972	Δ %
1	27 438	38 802	0,41
2	22 003	28 121	0,28
3	14 328	30 792	1,15
4	15 896	29 707	0,87
5	48 647	57 778	0,19
6	6 942	11 218	0,62
7	2 301	4 224	0,84
8	9 007	13 872	0,54
9	28 496	32 593	0,14
TOTAL	175 058	247 107	0,41

FONTE: CARRION, Otília B.H., *Modificações nos padrões de utilização de mão-de-obra rural*. RS. Porto Alegre, IEPE, 1977.

Quadro 14

Empregados temporários no mês de maior emprego de pessoal da categoria, segundo os grupos de área de lavouras, no Rio Grande do Sul — 1970

GRUPOS DE ÁREA (ha)	NÚMERO DE EMPREGADOS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL											
	Janeiro	%	Fevereiro	%	Março	%	Abril	%	Maió	%	Junho	%
0 — 50	13 250	80,77	13 690	83,92	19 155	57,85	26 148	50,57	51 901	68,49	15 556	58,12
(0 — 20)	(10 826)	(66,00)	(12 084)	(74,07)	(13 737)	(41,49)	(16 352)	(31,62)	(39 769)	(52,48)	(10 878)	(40,64)
50 — 500	2 243	13,67	1 765	10,82	12 154	36,71	22 795	44,09	20 770	27,41	9 050	33,81
500 —	124	0,76	163	1,00	1 107	3,34	1 996	3,86	2 261	2,98	1 185	4,43
Sem Declaração .....	787	4,80	696	4,26	696	2,10	767	1,48	847	1,12	975	3,64
TOTAL	16 404	100,00	16 314	100,00	33 112	100,00	51 706	100,00	75 779	100,00	26 766	100,00

GRUPOS DE ÁREA (ha)	NÚMERO DE EMPREGADOS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL											
	Julho	%	Agosto	%	Setembro	%	Outubro	%	Novembro	%	Dezembro	%
0 — 50	8 885	64,82	10 051	74,74	19 429	77,04	28 897	65,61	47 675	67,81	72 370	79,82
(0 — 20)	(6 923)	(50,51)	(8 371)	(62,25)	(16 141)	(64,00)	(22 788)	(51,74)	(37 301)	(53,05)	(64 004)	(70,59)
50 — 500	3 308	24,13	2 074	15,42	3 706	14,69	11 526	26,17	16 757	23,83	13 451	14,83
500 —	558	4,07	202	1,50	496	1,97	1 208	2,74	2 035	2,90	1 657	1,83
Sem Declaração .....	956	6,98	1 121	8,34	1 588	6,30	2 414	5,48	3 842	5,46	3 192	3,52
TOTAL	13 707	100,00	13 448	100,00	25 219	100,00	44 045	100,00	70 309	100,00	90 670	100,00

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970. Rio de Janeiro, 1970.

NOTA: Os dados referentes aos estabelecimentos com até vinte hectares de área foram destacados para uma melhor visualização do comportamento da variável. Estes dados, portanto, não se constituem em parcela do total de cada coluna.

Quadro 15

Empregados temporários no mês de maior emprego de pessoal da categoria, segundo os períodos de ocupação, no Rio Grande do Sul — 1970

PERÍODO DE OCUPAÇÃO (MESES)	NÚMERO DE EMPREGADOS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL											
	Janeiro	%	Fevereiro	%	Março	%	Abril	%	Maió	%	Junho	%
— 2	3 284	20,02	4 887	29,96	7 924	23,93	10 677	20,65	18 253	24,09	2 526	9,44
2 — 4	5 950	36,27	5 840	35,80	15 167	45,80	23 956	46,33	34 493	45,52	10 282	38,41
4 — 6	4 256	25,95	2 832	17,36	5 794	17,50	11 311	21,88	15 837	20,90	8 796	32,86
6 — 8	1 854	11,30	1 704	10,44	2 502	7,56	3 728	7,21	4 931	6,50	3 738	13,97
8 —	1 060	6,46	1 051	6,44	1 725	5,21	2 034	3,93	2 265	2,99	1 424	5,32
TOTAL	16 404	100,00	16 314	100,00	33 112	100,00	51 706	100,00	75 779	100,00	26 766	100,00

PERÍODO DE OCUPAÇÃO (MESES)	NÚMERO DE EMPREGADOS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL											
	Julho	%	Agosto	%	Setembro	%	Outubro	%	Novembro	%	Dezembro	%
— 2	2 279	16,63	1 348	10,03	3 162	12,54	5 093	11,56	17 831	25,36	55 698	61,43
2 — 4	4 085	29,80	4 925	36,62	10 267	40,71	20 152	45,75	28 586	40,66	15 032	16,58
4 — 6	3 588	26,17	3 724	27,69	6 734	26,70	12 103	27,48	16 721	23,78	13 756	15,17
6 — 8	2 493	18,19	2 145	15,95	3 436	13,63	4 710	10,70	5 349	7,61	4 668	5,15
8 —	1 262	9,21	1 306	9,71	1 620	6,42	1 987	4,51	1 822	2,59	1 516	1,67
TOTAL	13 707	100,00	13 448	100,00	25 219	100,00	44 045	100,00	70 309	100,00	90 670	100,00

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970. Rio de Janeiro, 1970.

**VI · DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO RIO GRANDE DO SUL  
SOB OS PADRÕES HISTÓRICOS DE ACUMULAÇÃO**

**24**

## VI - DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO RIO GRANDE DO SUL SOB OS PADRÕES HISTÓRICOS DE ACUMULAÇÃO

### 1. Dinâmica da acumulação nacional e liderança da lavoura empresarial na agricultura gaúcha

A análise da estrutura da produção agrária do Rio Grande do Sul, desenvolvida a partir dos três segmentos - agropecuária colonial, pecuária tradicional e lavoura empresarial - revela que o processo de crescimento da agricultura gaúcha se dá sob a liderança do último segmento, que imprimiu ritmo à expansão da economia através das capitalizações do arroz (anos vinte), do trigo (fins da década de quarenta) e da soja (sobretudo a partir de 1968).<sup>1</sup> A agropecuária colonial é, na verdade, a fronteira da capitalização, pois seus produtos são uma reserva de produção que está a espera de um novo lance da expansão produtiva. Já a pecuária tradicional é um segmento de outra natureza, cuja estratégia é a manutenção de um excesso de demanda em relação à oferta, com vistas ao controle do mercado, sem que seja necessário efetuar uma acumulação de capital. Mas, para que se compreenda a penetração do capitalismo no campo, é preciso observar que os patamares de acumulação gaúcha são articulados aos padrões de acumulação do Brasil. Esse movimento de conexão produziu, ao mesmo tempo, a dominação da lavoura empresarial e a funcionalização dos dois outros segmentos.

Tendo-se alterado, em 1956, o padrão de acumulação, tornou-se necessário rearranjar a demanda, modificando a distribuição da renda e adaptando, portanto, o seu perfil à oferta instalada. Essa metamorfose da procura, com a economia sofrendo uma estagnação relativa, dá-se entre 1962 e 1968. Com as mutações que se processam, aparecem no cenário rural do Rio Grande do Sul, além da estagnação, a descapitalização e o retrocesso, situação que se torna viva na lavoura do trigo.

A aceleração do crescimento econômico no período 1968-75 depende da importação de bens de capital e de produtos intermediários que

vão atender, prioritariamente, às indústrias que comandam a dinâmica do desenvolvimento. Os bens destinados ao comércio exterior assumem um papel decisivo; não apenas aqueles que geram diretamente divisas, mas também os que, substituindo importações, economizam poder de compra internacional. Passa, então, a agricultura a ter como dominante a função geradora de divisas, cabendo ao Rio Grande do Sul parte deste papel, através da soja, da carne e do trigo, os dois primeiros produzindo aceleradamente cambiais, o terceiro, poupando. Com isso se retoma o desenvolvimento da lavoura empresarial.

Em vista do exposto, o segmento capitalista expande sua área cultivada assimilando, inclusive, as terras da pecuária tradicional. Assim, a terra passa a ser usada em conjugação com o emprego cada vez mais intenso de maquinaria e insumos modernos, racionalizando, pela ótica do lucro, o emprego duplo e associado de força de trabalho permanente e temporária. Por outro lado, o réditto empresarial, como resultado dessa combinação de forças - terra, capital e trabalho - cede, de um lado, a renda ao proprietário de terra, e ganha, de outro, pela renovação tecnológica. O pagamento do arrendamento divide o excedente econômico do empresário rural, e, em vista disso, para obter pelo menos a taxa de lucro médio do setor, ele será compelido a utilizar a terra intensivamente. Para obtê-la há necessidade de aumento de produtividade, o qual tem origem no emprego de tecnologia mecânica, química e biológica.

Como se observa, os incrementos

<sup>1</sup> Em vista da análise ser global nenhuma tabela é citada especificamente e o leitor terá que se remeter para o conjunto de quadros publicados no final do capítulo e no anexo estatístico.

ocorridos no custo não foram, no entanto, impositivos para uma resposta positiva da lavoura empresarial, uma vez que a oferta gaúcha atendeu à ascensão da demanda. É preciso assinalar que, ao gerar e poupar divisas, a soja e o trigo puderam absorver os impactos do preço do aluguel da terra. A soja, pela demanda externa crescente, o trigo, pela necessidade de auto-abastecimento do país. Nesta etapa da produção, a soja beneficia o trigo, a expansão deste se faz em rotação com aquela, utilizando mais intensivamente os recursos aplicados na cultura da soja. Quanto ao arroz, em virtude da dimensão do seu mercado, o preço do aluguel da terra tem um efeito mais decisivo sobre a forma de produção, introduzindo, já no triênio 1966-68, "novos" métodos produtivos. Examinando, por último, a carne, observa-se que ao cumprir a função exportadora, ela atinge bons resultados nesse período, até um ponto, 1973, quando se interrompe a demanda externa; aquilo que vinha-se tornando um papel importante, cessa, começando então os problemas da pecuária, que se agravam pela concorrência dos produtores do Centro-Oeste. A terra extensa pode, como opção econômica, participar do mercado de terras a arrendar, gerando uma renda cuja origem está na repartição do excedente econômico da lavoura empresarial. Como se observa, a passagem dos anos revela claramente a liderança da lavoura capitalizada.

Para que se possa acompanhar as relações da acumulação nacional com a do Rio Grande do Sul, importa precisar e nomear a periodização estudada: 1939-56, ascensão da lavoura empresarial, via trigo e arroz; 1956-68, estagnação da lavoura empresarial; e 1968-75, retomada da expansão da lavoura empresarial, via soja, trigo e arroz.<sup>2</sup> Dentro da periodização proposta, passa-se, agora, a apreender a evolução de cada segmento produtivo, discernindo o seu comportamento nas diversas etapas indicadas.

## 2. Os segmentos produtivos e os padrões históricos de acumulação

### 2.1 - A lavoura empresarial

A lavoura empresarial é aquele segmento produtivo que, pautado por relações capi-

talistas de produção, isto é, com separação dos meios de produção do trabalhador, visa à contínua valorização do capital para dar prosseguimento ao processo de acumulação, mediante a ampliação dos recursos técnicos (máquinas, implementos, fertilizantes etc.) e do emprego de força de trabalho permanente e temporária, usando para a efetividade desta combinação terra própria ou arrendada.

Este segmento produtivo, como foi assinalado, teve um desempenho sempre crescente, no período 1949-75, salvo entre 1956 e 1968, quando estagnou e, no caso do trigo, chegou mesmo a retroceder. No ano de 1947, o segmento produtivo líder da economia rural gaúcha é a agropecuária colonial, pois domina em termos de valor a agricultura rio-grandense. Na etapa 1949-56, a lavoura empresarial, a esta altura contando com as fortes presenças do arroz e do trigo, já alcança 30% do valor bruto da produção da agricultura gaúcha. O longo período de estagnação agrícola, de 1956 a 1968, provoca um recuo na sua participação produtiva, simultaneamente à transformação no padrão nacional de acumulação. Este só começa a incentivar a produção gaúcha quando as necessidades de divisas, conseguidas através da exportação de produtos primários, incorporam a soja, em vista de suas possibilidades no mercado internacional.

O comportamento da lavoura empresarial foi marcado por uma expansão que se valeu de produtos destinados ao abastecimento interno, o arroz e o trigo, e de um produto de exportação com força suficiente para penetrar intensamente no mercado externo, a soja. O crescimento sucessivo destes três produtos, que simultaneamente compuseram o extraordinário período de 1968-75, trouxe como resultado uma inserção muito forte da lavoura empresarial em terras arrendadas. Isto significa que o capitalismo agrário assumiu das pequenas-propriedades o cultivo de produtos e, do latifúndio, a possibilidade de ampliação da área plantada. Pode-se dizer, então, que a acumulação a nível

<sup>2</sup> Como se observa, o ponto de partida da presente análise - 1949 - insere-se num período mais amplo da economia, onde ocorre uma expansão da lavoura gaúcha como um todo, que vai de 1939 a 1956.

nacional permite que se dê a acumulação na região, através de uma aliança econômica com os proprietários da terra. Para isso, como também já se frisou, a tecnologia precisou ser alterada e a estrutura técnica das unidades produtivas da lavoura empresarial passou por um processo de modernização. O efeito da associação de terras arrendadas e de tecnologia avançada modificou a estrutura do emprego no campo, discriminando a mão-de-obra rural, ao favorecer a utilização de trabalhadores temporários.

Este segmento produtivo contribuiu para a manutenção da reprodução da força de trabalho urbano-industrial nas duas primeiras fases (1949-56 e 1956-68) e, embora mantendo essa função, passou a ter, entre 1968-75, um novo papel: o de gerar e poupar divisas para a acumulação nacional.

Por volta do ano 1947, a lavoura empresarial já tem dois produtos dinâmicos, o trigo e o arroz. É exatamente neste ano que o trigo dá um grande salto, pois chega a atingir 45,45% do valor bruto da produção do setor capitalizado da lavoura. Realmente, é nesta época que ocorre a ascensão desse segmento produtivo no contexto geral da agricultura. A nível nacional, o padrão de acumulação se configura pela produção de bens de consumo não duráveis e o papel do Rio Grande do Sul neste padrão é o de participar na manutenção e reprodução da força de trabalho urbana. Por isso, o campo se transforma, o arroz e o trigo assumem características capitalistas, estimulados pela formação de um mercado nacional. Confirma-se o papel histórico do Rio Grande do Sul, pois desde a época do charque os gaúchos produzem para auxiliar a garantir a sobrevivência da força de trabalho do país. Agora tanto a lavoura empresarial como a lavoura colonial estão sustentando uma parte da reprodução da força de trabalho nacional, o que provavelmente levou muitos autores a falarem em "Rio Grande, celeiro do Brasil". Na medida em que a demanda de produtos primários, originada no setor de bens de consumo não-duráveis, se expande crescentemente em vista do aumento do emprego, o Rio Grande do Sul é celeiro por responder a esta demanda. Organiza-se, então, no Estado mais uma lavoura de cunho capitalista, a do trigo, atra-

vês da expansão da área cultivada e da adoção e difusão da tecnologia mecânica e biológica. O seu valor real bruto da produção sobe intensamente devido aos acréscimos de área cultivada (passa de 479.275ha, em 1949 para 1.109.010 ha, em 1956) e da produtividade que, em 1949, é de 0,60t/ha e, em 1956, 0,96t/ha. O valor bruto da produção cresce 250% entre 1949 e 1956. É precisamente este desempenho do trigo que faz a lavoura empresarial crescer a altas taxas. Deve ser salientado, no entanto, que as estatísticas do trigo, neste período, já estão, muito provavelmente, superestimadas, na medida em que a produção nacional, na época, está envolvida em uma série de manobras fraudulentas que serão mencionadas mais adiante. Este fenômeno, entretanto, não afeta a tendência do período, que é de pronunciada ascensão da lavoura tritícola.

De outro lado, o arroz entra num período em que a produção física continua a crescer correlacionada com os incrementos da área cultivada. O crescimento do valor da produção é de apenas 49% no período de 1949-56. Isto evidencia que o período é marcado pela ascensão da lavoura empresarial, definida, todavia, pela introdução do capitalismo na triticultura. O arroz, tendo já atingido um patamar significativo de produção, apresenta um crescimento moderado, pois somente inovações tecnológicas poderiam determinar outros saltos expansivos. Quanto à soja, embora cresça espetacularmente no período, é ainda uma lavoura colonial.

A crise da lavoura capitalista do Estado começa no momento em que o padrão nacional de desenvolvimento se altera. Ocorre, a nível brasileiro, a organização de um novo padrão de acumulação "centrado" agora em bens de consumo duráveis e apoiado por empresas estatais. Para efetuar a instalação do padrão, uma série de medidas são tomadas a nível político e econômico. A inflação e a política cambial afetam mais significativamente a lavoura do trigo. Enquanto a inflação prejudica particularmente a triticultura, por elevar o preço do grão nacional em relação ao do estrangeiro, a política cambial repercute de maneira desfavorável sobre toda a lavoura empresarial, por impossibilitar ou dificultar as reposições e as ampliações do capital produtivo. Este úl-

timo ponto foi decisivo para o trigo, uma vez que a esta altura o seu cultivo tinha alcançado um nível tecnológico superior ao do arroz. Assim, pode-se vislumbrar um dos fatores que abalou a lavoura tritícola.

Decisivos, contudo, para a desativação da lavoura capitalista do trigo do Rio Grande do Sul, são os efeitos dos Acordos do Trigo Americano,<sup>3</sup> firmados a partir de 1955. Através desses acordos, os Estados Unidos realizam concessões especiais de preço e prazos de financiamento às importações brasileiras de trigo americano,<sup>4</sup> procurando garantir a colocação de seus amplos excedentes de produção. Esse Acordo gera, então, graves problemas à manutenção da produção tritícola nacional, derivados da forte concorrência estabelecida pelo produto americano importado. Embora já existissem fraudes desde 1952, é a assinatura do I Acordo que estabelece as condições para as fraudes maciças, conhecidas como "trigo-papel", que se verificam até o ano de 1962, quando o Banco do Brasil monopsoniza a produção nacional. Em 1951, através do Decreto-Lei nº 29.299, de 26/11/51, tornou-se obrigatória a compra do trigo doméstico pelos moinhos, ficando estabelecido que 25% do total da sua produção deveria insumir o grão nacional. Concomitantemente vigoravam dois preços diferentes, um para o produtor nacional e outro para o moageiro. Por outro lado, a Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), de outubro de 1953, instituiu o pagamento de um subsídio ao produtor nacional alimentado com recursos provenientes da taxaação do trigo importado. Isso permitiu a ocorrência das fraudes do "trigo-papel".<sup>5</sup> Considerando que, mais do que nunca, os salários se convertem num mero custo para o padrão de acumulação emergente, nada mais natural que se recorresse ao trigo importado, mais barato e pouco oneroso sobre o balanço de pagamentos, para alimentar a força de trabalho. Assim, por reduzir o custo da acumulação, lança-se mão do trigo americano, em detrimento da produção interna do cereal.

Visualizando todo o período de (1939) 1949-56, observa-se que a acumulação a nível nacional regula a expansão do capitalismo no campo do Rio Grande do Sul. Quando a predominância

na organização do padrão dos bens de consumo não-duráveis, a demanda para os produtos agrícolas cresce. Modificada esta organização, a acumulação nacional limita a demanda e vai reter a expansão da oferta do Rio Grande do Sul agrícola. Assim, na verdade, é o padrão nacional que condiciona a oferta e a demanda dos produtos da lavoura capitalista do Estado.

Instalada uma nova oferta a nível nacional, entre 1956 e 1961, "centrada" nos bens de consumo duráveis, foi necessário criar a demanda para esses produtos. De 1962 a 1968, através da intervenção do Estado na economia, alcança-se um novo perfil da demanda, mediante a concentração da renda. Durante todo este tempo a economia agrária gaúcha praticamente estaciona, já que nesses treze anos o valor da produção da lavoura empresarial cresceu, em média, 0,5% ao ano, entre 1956 e 1968.

A análise do período - 1956-68 - revela a instabilidade de toda a lavoura empresarial, pois, ora ela alcança bons resultados, ora fracassa. Pode-se observar que já no final desta etapa anuncia-se uma recuperação. Os

<sup>3</sup> Acordos autorizados pela Lei Pública nº 480 do Congresso dos Estados Unidos da América do Norte.

<sup>4</sup> Por exemplo, em vários anos do período compreendido entre 1955 e 1962, as vantagens na aquisição do trigo americano consistiam-se na possibilidade de realizar o pagamento em moeda brasileira. Caso o pagamento fosse em dólares, a dívida não sofreria correção cambial, e os prazos de financiamento poderiam estender-se por quarenta anos.

<sup>5</sup> KNIGHT, Peter T. Substituição de importações na agricultura brasileira; a produção de trigo no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 26 (2): 3-31, abr.-/jun., 1972. Onde se pode ler: "Em 1957, uma técnica geral para a produção de trigo-papel consistia no seguinte: o "moageiro papeleiro" simplesmente emitia uma nota de compra em nome de pseudoprodutor. O moageiro pagava ao Banco do Brasil o novo e mais baixo preço para o trigo nacional, preço para o moageiro, e o Banco do Brasil pagava, por sua vez, o preço total ao produtor do trigo nacional ao pseudoprodutor. Depois de impostos e outros pequenos pagamentos, o lucro do "papeleiro" era da ordem de 85 a 90% de suas despesas, pressupondo-se que o pseudoprodutor existisse somente no papel. Mesmo com pagamentos suplementares para assegurar a colaboração de um verdadeiro produtor de trigo (que todavia produzia somente trigo-papel para esta transação), o lucro era menor, mas ainda substancial."

anos de 1967 e 1968 trazem boas safras para todos os produtos. Assim, se as observações alcançassem apenas até 1966, teríamos um quadro ainda mais desolador: a lavoura empresarial teria decrescido 2,9% ao ano em valor e a área diminuído em 1,5% ao ano.

Dos produtos, o trigo, seja por questões climáticas, seja por questões econômicas já apontadas (inflação, falta de apoio federal, política cambial etc.) entra numa crise profunda, caindo a uma taxa de 8,2% ao ano entre 1956 e 1966. A produção cai para 274.611 toneladas em 1963, quando, em 1956, tinha alcançado cerca de um milhão. A crise do trigo mostra a fragilidade do capitalismo agrário, evidenciada, nesta circunstância, pelo desinteresse a que fica relegado durante um longo período do novo padrão de acumulação instaurado no país. São no final do período, quando a economia brasileira necessitar de divisas para importação de bens de capital, matérias-primas e petróleo, o trigo será reativado, cumprindo a função poupadora de divisas.

A cultura do arroz a esta altura está num patamar tecnológico definido. Trata-se de uma produção que obteve um estágio de maturidade capaz de absorver os impactos da mudança do padrão nacional de acumulação. A estrutura da sua produção já estava apoiada por preços mínimos e estoques reguladores, garantindo o pleno abastecimento do mercado interno, e exportando o eventual excedente. Ademais, os grandes produtores mundiais do arroz, como a China e a Índia, não têm influência no mercado nacional. Assim, entre 1956 e 1968, a área plantada aumenta, a quantidade produzida cresce.

Deve-se chamar a atenção para o fato de que o arroz, cumprindo a função de garantir a reprodução da força de trabalho urbana, cresce a taxas moderadas. A mudança no padrão nacional de acumulação causa incrementos pequenos na demanda do arroz, pois a expansão industrial, em vista da adoção de uma tecnologia mais sofisticada, gera uma taxa relativamente menor no crescimento do emprego. No final do período, o arroz se encontra "bloqueado", ao sul, pelas terras da Campanha, em vista do alto custo do arrendamento, e, ao norte, pelas condições físicas do solo. Inicia, então, um

processo de introdução de inovações, como a utilização mais intensiva de corretivos e fertilizantes e a incorporação de terras virgens da Campanha, que se torna nítida a partir de 1966-67.

No período em foco, a soja começa a assumir uma posição de destaque. Em termos de área, passa de 72.974ha, em 1956, para 552.857 ha, em 1968, enquanto que a quantidade produzida cresce a 12,9% ao ano, ascendendo sua participação no valor da produção da lavoura empresarial, em 1966, a 22,98%.

Em suma, observa-se entre 1956 e 1968 uma crise profunda no trigo, um crescimento lento no arroz e uma presença já significativa da soja. Isto mostra que o novo padrão nacional de acumulação impõe limites à lavoura capitalista do trigo e freia a expansão empresarial do arroz. A soja, cultivada ainda em pequenas e médias-propriedades, escapa à crise agrícola instaurada pelo padrão. O mercado interno já a absorve como matéria-prima da indústria de alimentos, quando as gorduras animais são substituídas pelas vegetais. Por outro lado, a saída para o mercado externo inaugura a trajetória exportadora. Porém, a função da soja está mais ligada, nesse período, à manutenção e reprodução da força de trabalho.

Já no período 1968-75, para que os setores de bens de consumo duráveis e bens de capital pudessem acelerar a sua produção, as exportações agrícolas passaram a cumprir um papel decisivo. Na verdade, as necessidades de gerar e poupar divisas aparecem no cenário e vão permitir que o Rio Grande do Sul alie à sua posição de exportador interno a de externo. A lavoura empresarial tem um comportamento notável em todo o período, crescendo à taxa de 22% ao ano. Somente em 1972 há um leve decréscimo, uma vez que nesse ano a safra do trigo se frustra. Nos demais, o crescimento é sólido, atingindo uma taxa máxima entre 1972 e 1973, quando o valor da produção experimenta um crescimento de 116,84%. É nesta etapa que a soja passa à liderança do processo de acumulação na agricultura gaúcha. Quase sextuplica a área plantada, mais que decuplica a quantidade produzida, enquanto o valor da produção cresce a 47,2% ao ano entre 1968 e 1975. A soja

passou a proporcionar uma taxa de lucro elevada, em vista de uma demanda crescente do mercado externo. A função geradora de divisas torna-se predominante para este produto. Em razão de os preços externos serem mais elevados que os internos, as exportações são estimuladas a tal ponto que a sustentação da indústria nacional de óleos obriga ao contingenciamento. O crescimento das exportações, obviamente, dificulta o cumprimento da função produtora de matérias-primas por parte da soja.

Alternado com a soja, o trigo se torna, nesse período, novamente um produto importante, pois agora além de auxiliar a garantir a reprodução da força de trabalho, poupa divisas. Dobram, no período, a área e a produção, passando a primeira de 757.608 para 1.898.923 hectares, e a segunda de 673.063 para 1.234.300 toneladas. Em termos de valor, expande-se a 11% ao ano. Isto significa dizer que o trigo retoma a sua trajetória, recuperando e ampliando a sua produtividade física, pois é nesse período que atinge a 1,12t/ha (em 1973), o nível mais alto de todo o período estudado. De outro lado, a retomada do trigo insere-se em uma conjuntura de política agrícola que novamente favorece os produtos das empresas capitalizadas, por incentivar a mecanização - através da isenção de impostos, do crédito e taxas de juros subsidiadas, do aumento de prazos de financiamento - como, também, por apoiar o emprego de adubos e fertilizantes. Todavia, continua sendo, no Estado, uma cultura propensa à instabilidade, em vista de fatores climáticos. Um exemplo disso é que em 1972 relativamente ao ano anterior, apesar da manutenção da área plantada, registra-se um retrocesso da quantidade colhida de 1.537.081 para 557.306 toneladas.

Analisando a acumulação recente no campo gaúcho, aparece a combinação de duas culturas altamente comercializáveis: uma de inverno, o trigo, e outra de verão, a soja, formando um binômio. A repercussão desse fato é muito grande, pois pode-se usar intensivamente a terra em duas culturas temporárias, diminuir a ociosidade das máquinas e equipamentos, e usufruir mais racionalmente de adubos e fertilizantes. Assim, uma mesma empresa capitalista no campo pode elevar a sua taxa de

lucro ao diversificar a sua produção. O sucesso dessas duas culturas provoca, ainda, um deslocamento de outras, com reduções de áreas e abandono do cultivo, já que a atração da soja e do trigo se torna muito forte para os pequenos-agricultores.

Com as inovações introduzidas e com a utilização de áreas propícias ao cultivo na Campanha, o arroz expande a sua quantidade produzida a 6,3% ao ano, enquanto o valor cresce a 12,2%. A consequência da conjuntura de preços favoráveis é a crescente produtividade econômica do produto, culminando com os pontos mais altos em 1974 e 1975. Como é um produto que integra a reprodução da força de trabalho e a função produtora de matérias-primas, e como a participação nas exportações é residual, o arroz gaúcho teve a sua demanda aumentada em razão da instabilidade da lavoura de sequeiro de outros estados. Deste modo, a estável produção irrigada do Rio Grande do Sul, apesar de se defrontar com custos de produção que tendem a pressionar os preços mínimos - em função dos custos do arrendamento e dos insumos -, tem contribuído para o controle da oferta, disciplinando o comportamento dos preços a nível nacional.

A lavoura empresarial cresceu exponencialmente no último período em exame, em vista de uma série de condições, algumas já presentes no final da etapa anterior: 1) mecanização intensiva a preços reais decrescentes e crédito a juros subsidiados; 2) insumos modernos a baixos preços; 3) absorção de terras da pecuária propícias à mecanização.

O período 1968-75, porém, revela também problemas: 1) elevação espetacular dos preços dos insumos modernos a partir de 1973; 2) elevação dos custos com arrendamento; 3) elevação do preço do petróleo, também a partir de 1973, causando aumento nos preços dos combustíveis e também nos custos de transportes. No caso dos insumos químicos e do petróleo, de um modo geral, a oferta é controlada exogenamente, a nível tanto do produto final quanto da matéria-prima. O controle desses itens do custode produção escapa às decisões do Governo Federal ou dos produtores.

O arrendamento é hoje uma questão

importante para as três culturas capitalizadas. Ele impõe um limite à expansão, porém de forma diferenciada. No caso da soja, a capacidade de enfrentá-lo está diretamente ligada, no momento, ao preço do produto no mercado internacional. Somente em conjunturas de preços desfavoráveis apareceria a questão da produtividade física. Como o Governo Federal é monopsonista no mercado do trigo, a ampliação desta cultura em terras arrendadas fica em função do preço fixado pelas autoridades competentes, da produtividade física da unidade de produção e das vantagens da rotação com a soja. No arroz, a política de sustentação de preços - preços mínimos e estoques reguladores - é que definiria, junto com a produtividade física, as possibilidades do pagamento da renda da terra.

Durante quase todo este período a economia brasileira cresceu a taxas superiores a 10%, exigindo e possibilitando, a todos os setores privilegiados pelo padrão, incrementos relevantes. Pode-se salientar que no Rio Grande do Sul a soja e o trigo vão-se aliar para a constituição de uma empresa rural capitalista, capaz de produzir duas safras anuais com resultados econômicos ponderáveis. Esses dois produtos agrícolas, diante das necessidades de gerar e poupar divisas, expandem-se no período a um ritmo mais acelerado que o arroz. Esses dois bens, por estarem ligados à função geradora (produzindo e poupando divisas), têm no período uma taxa de crescimento mais alta do que o arroz.

## 2.2 - A pecuária tradicional

A pecuária tradicional, ao usar a terra, limitada e apropriada, como um fator decisivo do seu comportamento reveste-se de características não-capitalistas. Nesse sentido, a sua resposta diante das modificações dos padrões de acumulação não é determinada mas apenas condicionada por elas. A significação desta análise cresce quando se observa que a pecuária joga dentro de dois interesses econômicos. O primeiro, quando a terra é empregada como uma propriedade, ou seja, quando pode proporcionar renda da terra, e o segundo quando a terra é usada, produtivamente, pelo proprietário na pecuária. É a possibilidade des-

te duplo comportamento econômico que conduz a pecuária a um certo descompromisso com os padrões de acumulação.

Pelo lado da produção, a pecuária sempre se vale do monopólio da terra - e consequentemente do rebanho - para controlar, enquanto pode, a oferta do mercado nacional. Graças a esse poder, a rentabilidade do setor cresceu e cresce com a capacidade de elevar preços. Para isso contribuem, muitas vezes, os preços do mercado externo que, quando mais altos que os internos, trazem os preços nacionais para um nível mais elevado. O comércio exterior pode surgir, direta ou indiretamente, portanto, como um fator de acréscimo do lucro mercantil do segmento. Desse modo, a pecuária procura atingir um nível de remuneração que maximize às receitas provenientes do mercado interno, do mercado externo e do arrendamento da terra. Com isso, ao longo dos anos, a renda da terra e o lucro mercantil permitem compreender o movimento desse segmento em relação às transformações dos padrões de acumulação.

Há um ponto decisivo para a compreensão do comportamento da pecuária tradicional: o movimento do setor dá-se pela ótica do lucro, mas não de um lucro capitalista. Por isso, torna-se importante distinguir a diferença entre o lucro mercantil e o lucro capitalista de um setor produtivo. Ambos se realizam no mercado, porém o lucro capitalista é acompanhado da compra de novos meios de produção - de um modo geral superiores tecnologicamente aos antigos - e força de trabalho, fenômeno que se caracteriza como o da acumulação de capital. O lucro mercantil, no entanto, não tem o mesmo destino e pode ser dispensado em consumo de não-duráveis, e duráveis, em aplicações imobiliárias e financeiras e até mesmo em investimentos em outros setores da produção. Nesse segundo caso, porém, há uma condição necessária e excludente: as inversões para a expansão da capacidade física e humana do próprio processo produtivo estão interdidas. Historicamente, percebe-se que o setor visa a manter a sua lucratividade, sem produzir modificações tecnológicas, pois a sua modernização seria feita por uma senda de riscos crescentes e visíveis para o pecuarista.

No final dos anos sessenta, a pecuária

ria tradicional começou a perder substância, e o fenômeno se tornou transparente quando os terrenos economicamente férteis desse segmento começaram a aparecer no mercado de terras para alugar. Dessa forma, para o segmento como um todo, o importante é a manutenção de um certo nível de renda, que pode ser alcançado ou através do lucro mercantil da pecuária, sem alteração de sua estrutura técnica de produção, ou através da renda da terra, quando ceder seu espaço econômico para o segmento capitalista.

A reprodução ampliada da pecuária, conforme já foi assinalado, efetua-se através da aquisição de terras e gado em áreas geográficas fora do Estado. O pecuarista também utiliza o seu excedente na aquisição de bens imobiliários urbanos, mobiliários etc. Portanto, não se transforma a técnica de produção, mantendo-se por consequência a estrutura de custo. Assim, diante da perda de um mercado, a solução é buscar outro sem que haja mutação tecnológica.

Dentro do período coberto pela presente análise, a história da pecuária passa pela perda definitiva do mercado do charque, ocorrida nos anos 1949 a 1956, etapa em que a lã, ao contrário, detém a dinamicidade, seu valor da produção crescendo a uma taxa de 9,0% ao ano. É preciso, no entanto, relativizar um pouco esta presença da ovinocultura, pelo desempenho da bovinocultura de corte, expresso pela variação do efetivo mais abate, que atinge a taxa de crescimento de 1,9% ao ano. Ao final do período, as exportações de carne caem, surgindo a perda de mais um mercado, agora o externo.

Os anos 1956-68, se vistos num panorama geral, escondem realmente um subperíodo, 1959-66, quando a bovinocultura de corte atinge resultados excelentes: crescimentos de 13,5% ao ano na variação do efetivo mais abate, e de 13,1% ao ano no valor da produção. Nesta subetapa, os preços são estimulantes, sobretudo em 1960, ano em que se registra o maior preço real do novilho em pé, excluindo os anos setenta. Isto revela que a oferta da pecuária tradicional foi capaz de responder às oportunidades de comércio interno e externo. Portanto, apesar da forte instabilidade política que marcou essa subetapa, o segmento produtivo atendeu aos estímulos da demanda. É

lícito pensar que, tendo uma produção já estruturada de longa data e sem mutações tecnológicas visíveis, a pecuária pode, mesmo diante das transformações políticas que afetaram todos os setores da vida econômica brasileira, sobressair-se no desempenho geral. No entanto, se visualizado como um todo, o período 1956-68 apresenta crescimentos de apenas 0,1% ao ano na variação do efetivo mais abate e de 2,7% ao ano no valor. Os dados confirmam, então, que o período 1956-68 é uma época de colapso de toda a agricultura gaúcha.

No período 1968-75, depois das modificações que ocorrem na demanda nacional, a pecuária gaúcha percebeu que as transformações na distribuição da renda poderiam permitir a constituição de uma procura por carne de parte de camadas de rendas elevadas. A princípio o setor saiu-se muito bem, pois cresceu a 7,9% ao ano em termos de valor, o maior crescimento dos períodos examinados. No entanto, é preciso evidenciar a expressiva instabilidade que caracteriza o comportamento dos preços dos produtos deste segmento produtivo. Pode-se observar as dificuldades do setor quando se nota que, após a quintuplicação da quantidade embarcada para o exterior, entre 1967 e 1973, e que esteve aliada a uma elevação de preços, o fechamento do mercado europeu à carne gaúcha impôs sérias restrições às exportações da pecuária tradicional. O mercado externo trouxe ainda sérios efeitos para a pecuária tradicional: não discriminando os mercados, os produtores de carne bovina tentaram elevar o preço interno do produto ao nível dos preços externos. A consequência foi negativa para o Rio Grande do Sul, que passou a sofrer a concorrência mais acirrada dos produtores do Centro-Oeste. Dessa forma, a perda temporária do mercado externo e a disputa pelo mercado doméstico levaram o setor a utilizar o seu patrimônio territorial para arrendamento.

Analisando o comportamento da pecuária tradicional durante o mais recente padrão nacional de acumulação (1956-75) constata-se, em primeiro lugar, que ela cumpriu, até o fechamento do mercado europeu em 1973, a função de gerar divisas que favoreceram a industrialização do padrão "centrado" nos bens de consumo duráveis. Por outro lado, a modificação

que o padrão imprimiu ao perfil da demanda possibilitou a formação de um mercado restrito de altas rendas para a carne gaúcha. Porém, a perda de significativas parcelas do mercado interno de carne bovina, principalmente a de segunda, em favor dos produtores do Centro-Oeste, fez com que a pecuária do Rio Grande do Sul participasse cada vez menos da função redutora do custo de reprodução da força de trabalho a nível nacional. Em terceiro lugar, o padrão recente, provocando a expansão da lavoura empresarial sobre áreas desse segmento produtivo, possibilitou que os proprietários da terra passassem a auferir renda pela cessão do solo.

### 2.3 - A agropecuária colonial

A agropecuária colonial representa, na história da economia agrária do Rio Grande do Sul, a forma de resistência da agricultura gaúcha quando ela não se articula aos padrões de acumulação do país. Pode-se mesmo dizer que ela é viveiro e depositário das experiências de cultivo do Rio Grande do Sul, pois se possibilita a emergência de uma cultura para aproveitamento empresarial, também conserva a produção quando a rentabilidade praticamente desaparece. O caso do trigo é ilustrativo: de um lado, cultura originária de pequena-propriedade, apareceu no cenário brasileiro com investimentos significativos no período de 1939-56; de outro, o desestímulo derivado das alterações havidas no padrão nacional de acumulação não eliminou sua produção pela persistência do segmento colonial em cultivá-lo. Observe-se que foi também da lavoura colonial que surgiu a soja. Assim, não se pode deixar de introduzir a idéia de que a agropecuária colonial é uma fronteira de reserva, uma vez que dela surgem as novas possibilidades de produção que poderão ser desenvolvidas, quando oportuno, pela agricultura capitalista.

A agropecuária colonial gaúcha, que é de natureza não-capitalista, é um segmento produtivo onde as relações familiares dão a tônica das relações de produção. Este segmento produtivo rio-grandense, no entanto, não se caracteriza por praticar somente culturas de

subsistência, pois nele encontra-se acoplado um predicado forte - a sua inclinação para o mercado.

A agropecuária colonial está marcada pela presença do proprietário-trabalhador que, detendo os meios de produção, trabalha com a sua família, para obter, no mínimo, a sua sobrevivência. Geralmente, emprega terras impróprias para mecanização, possui uma área de dimensões reduzidas e utiliza eventualmente mão-de-obra assalariada como complemento da força de trabalho familiar. Portanto, veja-se claro, se o envolvimento com o sistema produtivo capitalista ocorre no mercado, o que é canalizado para ele é o excedente físico de produção transformado em mercadoria.

A realização deste excedente no mercado não conduz o segmento produtivo à acumulação, embora o valor nele gerado possa ser expressivo. A sua estrutura organizacional dificulta o controle da circulação de seus produtos. O mercado tem o capital comercial e o industrial como dominantes que, controlando oligopsonicamente a comercialização, absorvem uma parte do valor gerado na agropecuária colonial, via compressão de preços. A questão torna-se bem visível no caso da uva, do fumo e dos hortifrutigranjeiros.

No Rio Grande do Sul, a formação do valor da produção é dominada, durante todo o período em análise, pela agropecuária colonial, que somente em 1973 cede a hegemonia para a lavoura empresarial. Na verdade, uma idéia permanece: a agropecuária colonial apresenta a produção que se mantém mais estável no decorrer do período em análise, exatamente porque o lucro não é o único fundamento da sua existência; o substrato da produção colonial é, de um modo geral, a subsistência. As retrações de demanda por seus bens não provocam nela a perturbação inquietante que tenciona uma produção agrícola voltada exclusivamente para o mercado e com uma estrutura de custos monetarizada.

Se há flexibilidade na pequena-propriedade, caracterizada ora pela capacidade de participar da oferta de um determinado bem, ora por resistir quando inexistente demanda, há também nela um traço profundamente conservador do sistema econômico. Isto porque, se o pequeno-produtor é um proprietário-trabalhador, o

seu interesse é o de um trabalhador-proprietário, isto é, ele raciocina e age como um proprietário, o que o leva a uma certa inelasticidade para responder a estímulos econômicos que não atentem para este aspecto.

Neste segmento produtivo, o proprietário e sua família exercem a atividade econômica com os objetivos, primeiro, de sobrevivência e, segundo, de obtenção de um lucro mercantil. Internamente, as relações de produção são não-capitalistas, mas a realização de seus produtos se efetua no mercado, aparecendo, por esta mediação, a articulação com o sistema produtivo dominante.

Resta tratar da racionalidade econômica do pequeno-produtor e, conseqüentemente, da economia política da agropecuária colonial. A base da sua racionalidade está na propriedade da terra, na produção para a sobrevivência e na produção excedentária para o mercado. As duas primeiras características definem substancialmente o segmento e conduzem a pensar que são categorias que não preenchem os predicados de uma produção capitalista. Ou seja, se a propriedade pode ser um destes predicados, a produção para a sobrevivência não é. No entanto, sobressai um ponto: apesar de ser proprietário-trabalhador, é antes de tudo proprietário, o que lhe garante uma regular estabilidade, pois embora a agropecuária colonial seja um segmento que transfere valor para outros setores, esta relativa pobreza (do proprietário) não lhe impede a produção de subsistência. Fica assegurada assim a reprodução permanente do pequeno-produtor agrícola, o que pode favorecer a lavoura capitalista quando ele se empregar como trabalhador temporário nas empresas rurais.

Naturalmente, o nível de vida, considerando o acesso a determinados bens industriais, às condições de higiene, de educação, de saúde etc., mostra-se limitado, mas, apesar de tudo, o produtor deste segmento tem como dominante o sentimento de ser proprietário. Desta realidade objetiva e subjetiva, a detenção da propriedade, parte a lógica da racionalidade econômica do pequeno-produtor, pois dela vem a garantia permanente da sobrevivência do proprietário e de sua família, condição que lhe permite introduzir um cálculo econômico

diferente daquele do capitalista, cujo móvel básico é a produção do lucro.

Desta forma, a comercialização dos bens prende-se a uma ótica de cálculo diversa da capitalista, onde o lucro é a diferença entre o preço de venda e os custos explícitos e implícitos. No caso presente, a noção de lucro não comporta esta definição, porque a entrada do pequeno-produtor no mercado tem a finalidade de obter recursos monetários para o acesso a bens industrializados. O que a receita cobre são os custos explícitos, fornecendo-lhe um "lucro" capaz de propiciar a aquisição destes produtos não-agrícolas. O preço que o produtor obtém no mercado transfere valor, mas não envolve o que alguns autores chamam de "renda negativa",<sup>6</sup> uma vez que os custos implícitos estão cobertos pela propriedade da terra, que lhe proporciona o uso da mesma para a sua sobrevivência. Pode-se entender, então, que a racionalidade do pequeno-proprietário não pode ser pensada em termos capitalistas, mas entendida como uma economia não-capitalista que, embora sofrendo influência determinante da primeira, não se rege absolutamente por suas leis. O que constitui a essência dessa racionalidade é a triplíce característica do segmento produtivo: manter a propriedade para a sobrevivência, alcançar a monetarização de sua produção excedentária para o consumo de bens não-duráveis e até mesmo, em certos casos, de bens duráveis e, finalmente, não ter condições de acumulação capitalista.

Ao se analisar o comportamento da agropecuária colonial ao longo das diferentes etapas da evolução econômica do país, chama a atenção que não ocorrem repercussões significativas na produção desse segmento produtivo, seja quando se altera o padrão de acumulação (1955), seja durante o rearranjo (1962-68). Essa produção atravessa todo o período 1956-68 expandindo-se no ritmo que lhe fora próprio no padrão anterior, sem apresentar sinais de estremecimento diante das recomposições da acu-

<sup>6</sup> INCRA. *Levantamento e avaliação de recursos naturais, sócio-econômicos e institucionais do Rio Grande do Sul*. Brasília, 1973, v.5, p.223.

mulação nacional. Foi assim que, entre 1956-68, a área cultivada seguiu a mesma tendência expansiva para todos os produtos da lavoura, exceto batata-inglesa. Também se expandiu muito a produção de ovos e de leite tanto em quantidade quanto em valor,<sup>7</sup> enquanto o valor da produção de suínos crescia vigorosamente. Como já foi assinalado, durante a vigência do primeiro padrão nacional de acumulação, as médias e grandes-propriedades efetuam um deslocamento em direção à produção do trigo com características empresariais. A interrupção, após 1958, dos fatores que propiciam o desenvolvimento dessa lavoura desorganiza acentuadamente a produção tritícola, que cai violentamente em um curto espaço de tempo, sendo mantida apenas pelas pequenas-propriedades.

Torna-se importante averiguar a razão pela qual a produção colonial como um todo, não é tão afetada quanto a empresarial, seja pela alteração do padrão, seja pelo período de estagnação relativa da economia nacional. É que a sua produção policultora, possuía um mercado certo durante o padrão de acumulação "baseado" na expansão dos não-duráveis, na medida em que um dos efeitos dessa modalidade era, exatamente, a expansão do emprego urbano-industrial. O seu excedente físico de produção encontrou um mercado pouco flutuante, porque os produtos eram essenciais às populações urbanas. Por outro lado, o determinante dessa produção é a sobrevivência continuada da unidade familiar, trabalhando. Isso lhe confere seu poder de resistência, garantindo sua perpetuação como entidade independentemente das oportunidades criadas pelas flutuações do mercado capitalista.

Este quadro, no entanto, sofre alterações quando se observa o período 1968-75. O que se verifica então é um crescimento inexpressivo ou decréscimos significativos na área ocupada pelos principais produtos da agricultura colonial, sendo reflexo disso uma produção física que pouco se expande. O feijão e o fumo já demonstram diminuição da área cultivada a partir de 1968 e o milho e a mandioca a partir de 1971. O comportamento do valor bruto da produção dos principais cultivos mantém sua tendência oscilatória manifestada em todo o período de estudo. Entretanto, a partir de

1972, ocorre um crescimento mais acentuado do valor em relação à produção física em praticamente todos os produtos da lavoura colonial, caracterizando uma conjuntura altista de preços.

Esta situação é justificada pela influência exercida pelo padrão nacional de acumulação que, privilegiando a necessidade de gerar divisas, tende a restringir o cumprimento da função redutora do custo de reprodução da força de trabalho por esse segmento da agricultura do Sul.

Este provável deslocamento do segmento produtivo em direção a uma especialização não implica, contudo, na impossibilidade de um retorno à produção policultora que torna independente o pequeno-proprietário das vicissitudes do mercado capitalista. Assim, a acumulação de capital na economia brasileira não estaria entrando em contradição com a sobrevivência desta forma particular de organização da produção.

### 3. Considerações finais

O ponto mais significativo do processo de acumulação regional é o seu caráter derivado: o exame da agricultura gaúcha, acoplada aos padrões de acumulação do país, revela que a expansão produtiva rio-grandense, a sua estagnação, e até mesmo o seu retrocesso, dependem da(s) função(ões) que o movimento orgânico da economia nacional possibilita ao Rio Grande do Sul.

O que importa é recortar esta figura de acumulação derivada, pois o período de 1956 a 1968 demonstra que a metamorfose da acumulação nacional trava e interrompe a expansão da agricultura capitalista no Sul. O padrão de acumulação instala um mecanismo interruptor que desacelera a assimilação de um fluxo produtivo vindo do Rio Grande do Sul. Se

<sup>7</sup> A significativa expansão da produção leiteira encontrou um móvel extremamente importante na organização da coleta, do beneficiamento e da distribuição do produto pelo Departamento Estadual de Abastecimento de Leite (DEAL).

a acumulação normalmente acarreta a concentração e a centralização do capital, numa economia derivada - e, no caso, agrícola - estes movimentos podem desintegrar-se parcial ou totalmente, permitindo ver na reprodução do capital agrário uma descontinuidade, de tal forma que o seu nomadismo se faça presente pelo deslocamento para outro setor.

Observando a expansão derivada da lavoura empresarial, constata-se que a sua inserção no esquema nacional se deu da seguinte maneira: para que a acumulação em escala nacional avançasse sem que se instalasse um setor de produção básico completo no país, foi necessário que uma parte da agricultura se voltasse para a exportação. Assim, uma parte significativa da agricultura gaúcha passou a funcionar, como se um departamento gerador de meios de produção, fosse.

Mas para que isso se tornasse possível foi mister recorrer às terras da pecuária. Constituiu-se, assim, uma associação entre os empresários rurais e os proprietários de terra, quando estes começaram a utilizá-la co-

mo um bem mercantil, de tal forma que os lucros passaram a ter um sócio - a renda fundiária - aliança que em tempos de recessão pode reverter de sociedade amistosa para conflituada.

Assinale-se, por fim, que a agricultura gaúcha, nas suas formas de produção capitalista e não-capitalista, gera, como uma máquina de produzir excedente econômico, um "surplus" que, quando não for reinvestido, se estiola, seja na compra de bens duráveis de consumo, seja na aquisição de bens de raiz, ou ainda na aplicação mobiliária que se esvai do Estado. É verdade que algumas destas evasões dinamizam a economia nacional, mas também o é que deixam de alimentar o consumo e o investimento no próprio Estado. Na sua reprodução, portanto, a sociedade agrária não aproveita produtivamente todo o excedente gerado, já que uma considerável parte dele sofre uma hemorragia econômica, na medida em que se congela em aplicações não-capitalistas ou se evai de rumo a outros pontos da economia nacional.

## Quadro 1

Participação percentual dos segmentos produtivos no valor bruto da produção da agricultura, no Rio Grande do Sul — 1947-75

ANOS	SEGMENTOS PRODUTIVOS	AGROPECUÁRIA COLONIAL	LAVOURA EMPRESARIAL	PECUÁRIA TRADICIONAL
1947		55,56	30,60	13,84
1948		60,20	27,06	12,74
1949		57,50	26,75	15,75
1950		51,79	26,83	21,38
1951		49,36	23,62	27,02
1952		55,83	24,24	19,93
1953		51,07	31,49	17,44
1954		49,06	33,66	17,28
1955		46,17	37,45	16,38
1956		48,96	38,09	12,95
1957		55,04	30,37	14,59
1958		55,93	24,90	19,17
1959		55,96	29,11	14,93
1960		53,76	26,42	19,82
1961		47,91	31,02	21,07
1962		48,68	27,44	23,88
1963		48,46	23,22	28,32
1964		52,62	27,34	20,04
1965		51,58	29,42	19,00
1966		60,95	22,38	16,67
1967		62,31	26,14	11,55
1968		56,56	31,38	12,06
1969		54,11	34,20	11,69
1970		46,81	38,98	14,21
1971		49,16	41,88	8,96
1972		46,46	36,04	17,50
1973		35,77	43,34	20,89
1974		36,27	55,28	8,45
1975		40,99	50,56	8,45

FONTE: FEE.

Participação percentual dos produtos no valor bruto da produção  
da lavoura empresarial, no Rio Grande do Sul — 1947-75

ANOS	PRODUTOS	ARROZ	SOJA	TRIGO
1947		53,82	0,73	45,45
1948		48,46	2,14	49,40
1949		54,10	2,92	42,98
1950		50,21	2,20	47,59
1951		56,00	3,91	40,09
1952		40,25	4,94	54,81
1953		50,43	3,89	45,68
1954		42,99	4,14	52,87
1955		33,68	2,54	63,78
1956		33,73	3,23	63,04
1957		48,53	4,10	47,37
1958		48,39	5,17	46,44
1959		46,35	5,84	47,81
1960		43,05	10,23	46,72
1961		65,37	9,13	25,50
1962		49,00	8,14	42,86
1963		62,98	12,59	24,43
1964		53,52	10,21	36,27
1965		50,65	17,70	31,65
1966		41,23	22,98	35,79
1967		47,50	18,94	33,56
1968		49,95	13,74	36,31
1969		32,39	18,68	48,93
1970		30,75	19,28	49,97
1971		27,88	27,78	44,34
1972		37,87	46,66	15,47
1973		16,92	61,44	21,64
1974		20,71	49,65	29,64
1975		28,39	52,40	19,21

FONTE: FEE.

## Quadro 3

Participação percentual dos produtos no valor bruto da produção da pecuária tradicional, no Rio Grande do Sul — 1947-75

ANOS \ PRODUTOS	BOVINOS	OVINOS	COURO SECO	LÃ BRUTA
1947	64,70	-	3,74	31,56
1948	58,44	-	3,02	38,54
1949	63,00	2,44	2,31	32,25
1950	46,60	5,60	1,46	46,34
1951	38,74	15,55	1,65	44,06
1952	50,48	4,55	1,05	43,92
1953	38,12	7,64	0,90	53,34
1954	45,86	7,83	0,77	45,54
1955	50,32	9,99	0,96	38,73
1956	52,35	3,52	1,26	42,87
1957	46,40	3,39	1,99	48,22
1958	49,73	6,96	0,81	42,50
1959	52,25	-	0,93	46,82
1960	68,66	9,72	0,85	20,77
1961	61,02	12,18	0,71	26,09
1962	40,24	6,54	0,73	52,49
1963	50,18	10,29	0,65	38,88
1964	50,21	12,13	0,54	37,12
1965	66,49	4,96	0,59	27,96
1966	71,71	5,70	0,54	22,05
1967	66,21	6,31	0,61	26,87
1968	60,04	13,52	0,50	25,94
1969	66,51	4,65	0,46	28,38
1970	74,21	4,33	0,32	21,14
1971	68,26	3,42	0,50	27,82
1972	76,95	3,73	0,29	19,03
1973	84,42	0,03	...	15,55
1974	73,13	1,86	...	25,01
1975	81,65	-	...	18,35

FONTE: FEE.

Preço médio anual recebido pelo produtor de novilho em pê,  
no Rio Grande do Sul — 1945-75

				(Cr\$/kg)
ANOS	PREÇO MÉDIO CORRENTE	PREÇO MÉDIO REAL	ÍNDICE	TAXA DE CRESCIMENTO
1945	0,00180	0,00269	99,63	
1946	0,00190	0,00244	90,37	-9,29
1947	0,00240	0,00276	102,22	13,11
1948	0,00266	0,00286	105,93	3,62
1949	0,00270	0,00270	100,00	-5,59
1950	0,00270	0,00243	90,00	-10,00
1951	0,00350	0,00271	100,37	11,52
1952	0,00370	0,00255	94,44	-5,90
1953	0,00470	0,00283	104,81	10,98
1954	0,00650	0,00308	114,07	8,83
1955	0,00800	0,00325	120,37	5,52
1956	0,00875	0,00297	110,00	-8,62
1957	0,01038	0,00309	114,44	4,04
1958	0,01094	0,00288	106,67	-6,80
1959	0,01510	0,00288	106,67	0,00
1960	0,034	0,00502	185,93	74,31
1961	0,044	0,00474	175,56	-5,58
1962	0,053	0,00377	139,63	-20,46
1963	0,100	0,00405	150,00	7,43
1964	0,176	0,00375	138,89	-7,41
1965	0,297	0,00403	149,26	7,47
1966	0,400	0,00393	145,56	-2,48
1967	0,413	0,00317	117,41	-19,34
1968	0,453	0,00280	103,70	-11,67
1969	0,660	0,00337	124,81	20,36
1970	1,00	0,00427	158,15	26,71
1971	1,40	0,00496	183,70	16,16
1972	1,79	0,00542	200,74	9,27
1973	2,71	0,00713	264,07	31,55
1974	3,44	0,00703	260,37	-1,40
1975	3,76	0,00602	222,96	-14,37

FONTE: Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes.

Quadro 5

Participação percentual dos produtos no valor bruto da produção da agropecuária colonial, no Rio Grande do Sul — 1947-75

PRODUTOS ANOS	ALFAFA	ALHO	AVEIA	BATATA- -DOCE	BATATA- -INGLESA	CANA-DE- -AÇÚCAR	CEBOLA	CEVADA
1947	2,93	0,27	0,37	2,28	10,05	1,43	2,62	0,61
1948	3,32	0,27	0,38	3,15	11,70	1,34	2,32	0,62
1949	3,35	0,25	0,32	2,80	10,30	1,28	2,30	0,62
1950	3,26	0,27	0,39	2,59	11,16	1,33	3,16	0,62
1951	2,81	0,29	0,33	2,46	9,50	1,68	2,09	0,49
1952	2,34	0,30	0,33	1,78	7,00	1,43	1,65	0,65
1953	2,10	0,31	0,36	2,15	8,17	1,40	4,61	0,79
1954	2,12	0,38	0,39	2,20	7,65	1,43	4,38	1,01
1955	1,91	0,31	0,48	2,44	7,86	1,08	2,59	1,18
1956	1,82	0,26	0,46	2,62	7,72	1,29	1,55	0,84
1957	1,84	0,31	0,38	2,83	7,25	1,23	3,59	0,73
1958	1,87	0,69	0,37	2,44	6,53	1,29	4,66	0,71
1959	2,30	0,82	0,44	2,55	8,75	1,29	5,46	0,99
1960	1,56	0,47	0,41	2,52	7,75	0,90	3,16	0,75
1961	1,48	0,44	0,48	2,19	5,19	0,88	6,87	0,58
1962	1,48	0,61	0,52	1,93	5,54	0,92	2,82	0,80
1963	1,40	0,58	0,38	1,74	4,76	0,57	4,15	0,51
1964	0,95	0,37	0,39	1,76	4,25	1,24	2,74	0,77
1965	1,07	0,28	0,47	1,86	3,91	1,42	4,20	0,75
1966	0,93	0,37	0,40	2,14	5,63	1,02	2,68	0,73
1967	1,41	0,45	0,59	2,87	4,01	0,87	2,28	0,73
1968	1,59	0,73	0,55	2,33	3,48	0,96	2,37	0,57
1969	1,40	0,54	0,47	2,11	3,60	1,05	2,31	0,65
1970	1,42	0,44	0,50	2,31	3,64	1,10	2,07	0,55
1971	1,17	0,37	0,43	2,21	3,81	0,94	3,39	0,29
1972	1,06	0,37	0,33	2,45	2,98	0,90	3,09	0,17
1973	1,24	0,31	0,27	1,72	4,18	0,52	2,60	0,12
1974	1,00	0,34	0,32	3,36	5,02	0,72	1,42	0,13
1975	0,67	0,14	0,30	3,00	2,99	0,81	1,55	0,16

  

PRODUTOS ANOS	FEIJÃO	FUMO	LINHO	MANDIOCA	MILHO	ABACAXI	BANANA	LARANJA
1947	6,73	9,01	0,94	8,16	28,83	0,00	0,58	1,72
1948	9,22	7,10	1,48	9,21	27,91	0,00	0,61	1,69
1949	7,29	5,65	1,68	10,68	29,48	0,00	0,58	1,76
1950	5,44	5,80	1,37	10,45	26,25	0,00	0,63	1,74
1951	6,19	5,94	1,06	11,25	24,39	0,00	0,60	1,92
1952	4,81	3,59	1,00	8,99	27,93	0,01	0,58	2,06
1953	5,62	4,28	1,36	9,95	27,73	0,03	0,58	1,27
1954	3,50	4,05	1,91	10,91	24,94	0,01	0,54	1,28
1955	5,05	3,90	1,76	8,51	27,11	0,01	0,49	1,50
1956	7,47	3,57	1,20	10,59	26,66	0,01	0,50	1,49
1957	6,71	3,78	1,14	10,50	26,07	0,06	0,80	1,49
1958	4,50	3,71	1,10	10,42	26,25	0,04	0,58	1,69
1959	6,17	4,03	1,79	13,86	26,49	0,07	0,46	1,65
1960	8,98	4,03	1,46	10,35	24,11	0,07	0,45	1,31
1961	4,51	3,64	1,19	11,28	25,89	0,09	0,43	1,18
1962	5,24	3,45	1,90	10,20	29,84	0,17	0,84	1,15
1963	6,20	4,51	0,61	9,86	21,62	0,15	0,96	0,91
1964	4,02	3,56	1,91	8,65	23,61	0,24	0,94	0,94
1965	4,82	5,02	1,24	7,64	23,64	0,26	1,03	0,92
1966	12,38	4,10	0,70	9,17	20,22	0,26	0,69	1,14
1967	7,10	7,53	0,76	14,31	23,48	0,39	1,64	1,20
1968	5,39	7,52	0,78	14,13	21,33	0,39	0,28	1,39
1969	4,78	7,32	0,77	12,98	21,47	0,60	2,17	1,58
1970	8,89	6,64	0,52	12,32	22,41	0,49	4,20	1,73
1971	6,32	5,89	0,36	11,84	19,18	0,80	1,55	1,55
1972	4,56	6,20	0,22	10,29	23,68	0,69	1,03	1,52
1973	6,33	5,46	0,24	13,42	17,90	0,28	1,00	1,17
1974	6,42	7,84	0,17	10,65	27,03	0,37	0,57	1,86
1975	3,25	6,04	0,08	16,57	18,46	0,23	1,14	2,05

(continua)

Participação percentual dos produtos no valor bruto da produção da agropecuária colonial, no Rio Grande do Sul — 1947-75

PRODUTOS ANOS	PÊSSEGO	TOMATE	UVA	AVES	SUÍNOS	CERA	LEITE	MEL	OVOS
1947	0,37	0,03	3,82	0,16	13,64	0,03	3,37	0,17	1,88
1948	0,37	0,04	5,16	0,24	7,17	0,13	4,25	0,32	2,00
1949	0,48	0,07	3,57	0,33	8,71	0,03	5,38	0,17	2,92
1950	0,40	0,07	3,75	0,33	9,36	0,05	8,14	0,22	3,22
1951	0,59	0,08	4,46	0,38	11,63	0,10	8,44	0,25	3,07
1952	0,42	0,07	3,74	0,30	17,44	0,06	10,19	0,22	3,11
1953	0,42	0,07	3,43	0,27	11,68	0,05	10,01	0,17	3,19
1954	0,44	0,10	4,12	0,23	13,79	0,05	11,11	0,19	3,27
1955	0,46	0,13	4,88	0,60	11,96	0,05	12,14	0,18	3,42
1956	0,44	0,11	5,13	0,36	9,26	0,05	12,91	0,17	3,52
1957	0,45	0,09	4,30	0,04	11,08	0,05	11,71	0,17	3,40
1958	0,42	0,14	3,24	0,24	12,41	0,05	12,86	0,17	3,62
1959	0,39	0,15	3,38	0,06	6,04	0,04	9,66	0,11	3,05
1960	0,36	0,16	3,37	0,38	13,05	0,05	10,57	0,14	3,64
1961	0,33	0,12	4,17	0,53	13,52	0,05	11,10	0,17	3,69
1962	0,29	0,17	4,36	0,40	11,80	0,06	11,35	0,20	3,96
1963	0,53	0,22	6,06	0,42	18,63	0,07	11,42	0,21	3,53
1964	0,28	0,17	2,90	-	24,61	0,05	11,73	0,22	3,70
1965	0,39	0,19	4,84	0,53	18,56	0,06	13,04	0,22	3,64
1966	0,32	0,20	3,22	0,38	15,34	0,06	13,34	1,22	3,36
1967	0,62	0,12	4,59	0,43	8,10	0,06	13,08	0,24	3,14
1968	0,55	0,39	3,98	0,52	12,49	0,08	14,16	0,30	3,74
1969	0,70	0,33	3,32	0,62	12,18	0,07	12,70	0,33	5,95
1970	1,07	0,32	4,89	0,61	4,84	0,09	14,10	0,36	4,49
1971	0,81	0,30	3,43	1,59	13,69	0,09	14,68	0,37	4,94
1972	1,05	0,34	3,82	1,10	13,62	0,06	15,45	0,33	4,69
1973	1,36	0,48	3,03	2,56	11,26	0,03	18,74	0,31	5,47
1974	1,47	1,50	3,83	3,12	-	0,03	18,21	0,21	4,41
1975	1,59	0,89	2,67	3,61	14,14	0,04	16,02	0,24	3,36

FONTE: FEE.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. ACCURSO, Claudio F. et alii. Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Porto Alegre, (16):22, 1965.
2. ACCURSO, Claudio F. Industrialização gaúcha e financiamento. In: ISCRE. Industrialização do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1968.
3. AGRICULTURA no Brasil - considerações sobre a produtividade. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, FGV,28(6):69-73, jun. 1974.
4. AGROPECUÁRIA - balanço de 1974. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, FGV,29(2): fev. 1975.
5. ALRUTZ, Franz W. A estimativa do custo de produção média dos produtos agrícolas. Porto Alegre, Secretaria de Coordenação e Planejamento, 1972. 3v.
6. AMANTINO, Ana Maria dos Santos. Algumas considerações sobre as consequências das migrações internas em geral. Porto Alegre, SUDESUL, 1974. /mimeo/
7. ANDREOLI, Dejalme. As funções da lavoura arrozeira do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, IEPE, 1978. p.52-9. /Dissertação em elaboração/
8. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1947-1950. Porto Alegre, Departamento Estadual de Estatística, 1951.
9. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ARROZ; safras 1955/1975. Porto Alegre, IRGA, 1957/1976.
10. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1957. Rio de Janeiro, IBGE, v.18, 1957.
11. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1960. Rio de Janeiro, IBGE, v.21, 1960.
12. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1961. Rio de Janeiro, IBGE, v.22, 1961.
13. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1964. Rio de Janeiro, IBGE, v.25, 1964.
14. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1973. Rio de Janeiro, IBGE, v.34, 1973.
15. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1974. Rio de Janeiro, IBGE, v.35, 1975.
16. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1975. Rio de Janeiro, IBGE, v.36, 1976.
17. BAARSCH, Marius. Estrutura e desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Sulina, 1959.
18. BAER, Werner et alii. As modificações no papel do Estado na economia brasileira. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, IPEA,3(4):883-912, dez. 1973.
19. BANCO NACIONAL DO COMÉRCIO. Estudo econômico da bovinocultura gaúcha. Novo Hamburgo, Otomit, 1969. 2v.
20. BANDEIRA, Pedro Silveira. Exportações do Rio Grande do Sul para o mercado internacional: algumas considerações. Indicadores Econômicos RS. Porto Alegre, FEE,3(1):113-23, jan./mar. 1975.
21. BARBOSA, Pedro Montenegro. Estrutura agrária do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, ISCRE, 1969.
22. BASBAUN, Leôncio. História sincera da República. São Paulo, Alfa Ômega, 1968. 3v.
23. BERNARDES, Bonifácio C. A irrigação do arroz. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA,10(117):17-26, set. 1956.
24. BISHOP, C.E & TOUSSAINT, W.D. Introducción al análisis de economia agrícola. México, Limusa, 1974.
25. BOHRER, Dirceu. A rotação soja-arroz. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA,18(209):22, ago. 1964.
26. BRASIL. Ministério da Agricultura. Suplan. Arroz: produção, abastecimento, perspectivas e proposições 1975/76. Brasília, 1975.
27. —. Feijão: produção, abastecimento, perspectivas e proposições 1975/76. Brasília, 1975.
28. —. Leite: produção, abastecimento, perspectivas e proposições 1975/76. Brasília, 1975.
29. —. Milho: produção, abastecimento, perspectivas e proposições 1975/76. Brasília, 1975.
30. —. Relatório final do Grupo de Trabalho para Promoção de Agricultores de Baixa Renda. Brasília, 1975. /mimeo/
31. —. Soja: produção, abastecimento, perspectivas e proposições 1975/76. Brasília, 1975.

32. — Trigo: produção, abastecimento, perspectivas e proposições 1975/76. Brasília, 1975.
33. BRDE. A indústria de máquinas e implementos agrícolas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1975. /Estudos Econômicos,6/
34. —. A indústria de óleos vegetais e comestíveis do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1973. /Estudos Econômicos,4/
35. CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
36. CARRION, Otília B.H. Modificações nos padrões de utilização de mão-de-obra rural RS. Porto Alegre, IEPE, 1977. /Tese de Mestrado em Economia/
37. CARVALHO, José Otomar de. Migrações campo-cidade; algumas considerações sobre a fixação do homem ao campo. Brasília, 1976. /Palestra proferida no Símpósio o Homem e o Campo promovido pelo Ministério do Interior/
38. CASTRO, Antonio Barros de. Sete ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro, Forense, 1972. 2v.
39. CEBOLA; a insegura produção de São José do Norte. Agricultura e Cooperativismo, Porto Alegre, FECOTRIGO, (3):36-8, jul. 1976.
40. CEDIC. Perfil da carne bovina. Porto Alegre, Emma, 1974.
41. —. Perfil da carne bovina; primeira atualização - janeiro 1975. Porto Alegre, Emma, /s.d./
42. —. Perfil da carne suína. Porto Alegre, Emma, 1975.
43. —. Perfil da lã; primeira atualização - janeiro 1975. Porto Alegre, Emma, /s.d./
44. —. Perfil da soja. Porto Alegre, Emma, 1974.
45. —. Perfil da soja; primeira atualização - janeiro 1975. Porto Alegre, Emma, /s.d./
46. —. Perfil da uva; primeira atualização - janeiro 1975. Porto Alegre, Emma, /s.d./
47. —. Perfil do arroz. Porto Alegre, 1974.
48. —. Perfil do arroz; primeira atualização - janeiro 1975. Porto Alegre, Emma, /s.d./
49. —. Perfil do aspargo. Porto Alegre, Emma, 1975.
50. —. Perfil do leite. Porto Alegre, Emma, 1974.
51. —. Perfil do milho; primeira atualização - janeiro 1975. Porto Alegre, Emma, /s.d./
52. —. Perfil do morango; primeira atualização - julho de 1975. Porto Alegre, Emma, /s.d./
53. —. Perfil do pêsego. Porto Alegre, Emma, 1975.
54. —. Perfil do trigo. Porto Alegre, Emma, 1974.
55. CENSO agrícola DE 1950. Censos Econômicos de 1950; Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, IBGE, 2(t.12,pt.1) 1956.
56. CENSO AGRÍCOLA DE 1960; Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, IBGE, v.2, t.12, pt.1, 1967. 2v.
57. CENSO AGROPECUÁRIO; Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1974.
58. CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1940. Rio de Janeiro, IBGE, 1950.
59. CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, IBGE,
60. CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.
61. CENSOS ECONÔMICOS DE 1950; Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, IBGE, v.2, t.12, pt.1. 1956.
62. CENSO INDUSTRIAL DE 1960; Paranã, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, IBGE, v.3, t.7, 1966.
63. CENSO INDUSTRIAL DE 1970; Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, IBGE, v.4, t.21, 1974.
64. CIBANTOS, Jubert Sanches & LARSON, Donald W. A demanda para fertilizantes em um país em desenvolvimento: o caso de São Paulo, Brasil, 1948-71. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, FGV, 14(5):46-53, set./out. 1974.
65. CITRICULTURA - queixas, do colono e das indústrias. Agricultura e Cooperativismo, Porto Alegre, FECOTRIGO, (8):34-5, dez. 1976.

66. COMPAGNONI, Luiz. A tragédia do trigo brasileiro. Rio de Janeiro, Classica Brasileira, /s.d./
67. CONGRESSO/TRABALHADORES — uma conversa franca: o problema da terra. Agricultura e Cooperativismo, FECOTRIGO, Porto Alegre (4):12-6, ago. 1976.
68. CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, v.27, n.10, out. 1973.
69. —. Rio de Janeiro, FGV, v.28, n.6, jun. 1974.
70. —. Rio de Janeiro, FGV, v.31, n.6, jun. 1977.
71. AS CONSEQUÊNCIAS de uma queda nos preços do arroz para a economia do Rio Grande do Sul. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 8(96):29-32, dez. 1954.
72. CONTADOR, Claudio R. Dualismo tecnológico na agricultura: novos comentários. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, IPEA, 4(1):119-38, fev. 1974.
73. COOPERATIVISMO: como enfrentar as grandes empresas. Agricultura e Cooperativismo, Porto Alegre, FECOTRIGO, (8):30-3, dez. 1976.
74. CUSTO da produção do arroz: safra 1975/76, Rio Grande do Sul. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 29(289):57-60, jan./fev. 1976.
75. DELFIN NETO, Antonio & FREITAS, Luis Mendonça de. O trigo no Brasil. São Paulo, Associação Comercial de São Paulo, 1960.
76. DELFIN NETO, Antônio. Problemas econômicos da agricultura brasileira. Boletim da Faculdade de Ciências Econômicas, São Paulo (40) 1969.
77. DESPESAS de operação nos estabelecimentos rurais. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, FGV, 27(10):113-8, out. 1973.
78. DIEESE. Caracterização, situação e férias do trabalhador nas indústrias químicas e farmacêuticas de São Paulo. São Paulo, 1971.
79. —. Dez anos de política salarial. Estudos Sócio-Econômicos, São Paulo (3) ago. 1975.
80. —. Divulgação do salário mínimo. São Paulo, 1970.
81. —. Estabilidade e fundo de garantia. São Paulo, 1971.
82. —. Família assalariada: padrão e custo de vida. Estudos Sócio-Econômicos, São Paulo, (2), jan. 1974.
83. —. Informe estatístico. São Paulo, 1975.
84. —. Nível alimentar da população trabalhadora da cidade de São Paulo. Estudos Sócio-Econômicos, São Paulo (1) jul. 1973.
85. DOELLINGER, Carlos Von. Exportações brasileiras: diagnóstico e perspectivas. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, IPEA, 1(1):83-140, jun./nov. 1971.
86. DOELLINGER, Carlos Von & FARIA, Hugo de Barros Castro. Exportação de produtos primários não tradicionais. Rio de Janeiro, IPEA 1971.
87. DOMINGUES, Hercílio J. Notas sobre a evolução econômica do Rio Grande do Sul e estudo do comércio de exportação Rio-grandense. Porto Alegre, Globo, 1929. v.1
88. ECHENIQUE, Sylvio da Cunha. Voltando à vaca fria da história do arroz no Rio Grande do Sul. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 17(209):7, ago. 1964.
89. A ECONOMIA mundial do arroz. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 26(274):54-6, jul./ago. 1973.
90. EMMANUEL, Arghîr. A troca desigual. Lisboa, Estampa, 1973. 2v.
91. ENGLER, Joaquim J. de Camargo & MEYER, Richard L. Trigo: Produção, preços e produtividade. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, IPEA, 3(2):341-68, jun. 1973.
92. ESTATÍSTICAS CADASTRAIS. Brasília, INCRA, v.1, 1974.  
—. Brasília, INCRA, v.2, 1976.
93. ESTUDOS especiais: agricultura. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, FGV, 28(6) jun. 1974.
94. FECOLAN. Produção da 1ª classificada das cooperativas federadas; safra 1974/75. Porto Alegre, 1975. /Suplemento 9/.

95. FECOTRIGO. Trigo/Soja: custos da produção 1967, 1973 e 1974. Porto Alegre /s.d./
96. FEIJÃO: sumido da lavoura e longe da mesa. Agricultura e Cooperativismo, Porto Alegre, FECOTRIGO, (6):6-11, out. 1976.
97. FERRAZ, Francisco et alii. Perfil sócio-econômico das populações urbanas de baixas rendas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, PUC/UFRGS, 1975. 2v.
98. FIGUEIREDO, Paulo Vinicius Weber. Exportação de arroz. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 22(247):23-8, jan./fev. 1969.
99. FRANCO, Sérgio da Costa. A campanha - Rio Grande do Sul: terra e povo. 2.ed. Porto Alegre. Globo, 1969.
100. FROTA, Eduardo Hugo & ALENCASTRO, Junot de Moura. Política de abastecimento: política de preços mínimos. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 19(215):4-8, fev. 1965.
101. ——. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 19(216):11-4, mar. 1965.
102. FUMO: agricultor foi transformado num dependente das empresas. Agricultura e Cooperativismo, Porto Alegre FECOTRIGO, (8):20-4, dez. 1976.
103. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Estudo de deflatores para a economia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1974.
104. —. 25 anos de economia gaúcha; análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, FEE, 1976. v.4.
105. —. 25 anos de economia gaúcha; aspectos demográficos e suas relações com o desenvolvimento econômico do Estado. Porto Alegre, 1977. v.2.
106. —. 25 anos de economia gaúcha; uma visão global da economia do Estado. Porto Alegre, 1975. v.1.
107. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Composição das despesas de operação de estabelecimentos agrícolas. Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 1973. /mimeo/
108. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Instituto Brasileiro de Economia. Agropecuária - preços médios e índices de arrendamentos, vendas de terras, salários e serviços. Rio de Janeiro, 1975.
109. —. Pesquisa de orçamentos familiares rurais; Estado do RS. Rio de Janeiro, 1971.
110. FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Nacional, 1961.
111. —. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Nacional, 1968.
112. GOODMAN, David E. Estrutura rural, excedente agrícola e modos de produção no Nordeste brasileiro. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, IPEA, 6(2) 1976.
113. GRAHAM, Douglas H. & HOLLANDA Filho, Sérgio Buarque de. Inter-regional and urban migration and economic growth in Brazil. In: CEDEPLAR. Migrações internas e desenvolvimento regional. Belo Horizonte, 1973. v.2.
114. GRIJÓ, José C. & CALHAU, Herbert. Trigo: análise estatística das séries de produção agrícola no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, UFRGS, 1960.
115. GUIMARÃES, Homero Pêgas. Perspectivas para a lavoura do arroz. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 20(231):28-33, jun. 1966.
116. GUTELMAN, Michel. Structures et reformes agraires. Paris, Maspero, 1974.
117. HERZOG, Ary. Custo de produção do arroz no Rio Grande do Sul não é superior ao de São Paulo. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 15(167):9-10, nov. 1960.
118. —. Quando o IRGA pode entrar no mercado vendedor. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 18(209):38-40, ago. 1964.
119. IEPE. Pesquisa de orçamentos familiares da classe de operários da indústria de transformação de Porto Alegre. Porto Alegre, UFRGS, 1970.
120. IESPE. A economia do Rio Grande do Sul na década de 60. Porto Alegre, PUC, 1973.
121. INCRA. Levantamento e avaliação de recursos naturais, sócio-econômicos e institucionais do Rio Grande do Sul. Brasília, 1973. 6v.

122. INDICADORES ECONÔMICOS RS. Porto Alegre, FEE, v.1, n.1, jan. 1973.
123. —. Porto Alegre, FEE, v.1, n.2, mar. 1973.
124. —. Porto Alegre, FEE, v.1, n.4, jul. 1973.
125. —. Porto Alegre, FEE, v.1, n.5, set. 1973.
126. —. Porto Alegre, FEE, v.1, n.6, nov. 1973.
127. —. Porto Alegre, FEE, v.2, n.1, jan./mar. 1974.
128. —. Porto Alegre, FEE, v.2, n.2, abr./jun. 1974.
129. —. Porto Alegre, FEE, v.2, n.3, jul./set. 1974.
130. —. Porto Alegre, FEE, v.2, n.4, out./dez. 1974.
131. —. Porto Alegre, FEE, v.3, n.1, jan./mar. 1975.
132. —. Porto Alegre, FEE, v.3, n.2, abr./jun. 1975.
133. —. Porto Alegre, FEE, v.3, n.3, jul./set. 1975.
134. —. Porto Alegre, FEE, v.3, n.4, out./dez. 1975.
135. INDICADORES SOCIAIS RS. Porto Alegre, FEE, v.3, n.2/3, mar. 1975.
136. —. Porto Alegre, FEE, v.4, n.1/2, 1976. (Estudos especiais).
137. ÍNDICES de preços: retrospecto de 25 anos. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, FGV, 26(11):152-56, nov. 1972.
138. ÍNDICES econômicos nacionais e regionais. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, FGV, 27(9):245-80, set. 1973.
139. —. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, FGV, 27(10):156-91, out. 1973.
140. INTEGRAÇÃO: lavoura e gado juntos para fugir do fracasso. Agricultura e Cooperativismo, Porto Alegre, FECOTRIGO, (2):24-6, jun. 1976.
141. IPEA. A política brasileira de comércio exterior e seus efeitos: 1967/73. Rio de Janeiro, 1974.
142. —. Exportação de produtos primários não-tradicionais. Rio de Janeiro, 1971.
143. —. Exportações dinâmicas brasileiras. Rio de Janeiro, 1971.
144. —. Transformação da estrutura das exportações brasileiras: 1964/70. Rio de Janeiro, 1973.
145. IPEAS. Arroz irrigado: RS/SC. Pelotas, 1973. /Circular 63/.
146. ISCRE. Industrialização do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1968. /Trabalho apresentado e revisado na III Semana Social do Rio Grande do Sul/.
147. —. Reforma agrária do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1969. /Trabalho apresentado e revisado na IV Semana Social do Rio Grande do Sul/.
148. —. JELIN, Elisabeth. Formas de organização da atividade econômica e estrutura ocupacional. Estudos Cebrap, São Paulo, Brasileira de Ciências, (9). jul./ago./set. 1974.
149. JOHNSON, Roger G. & OLIVEIRA, Jorge G. de. Uma avaliação econômica de pastagens cultivadas para terras agrícolas. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 20(234):43-8, nov./dez. 1966.
150. JOST, Leodegar. A instituição de um fundo de reversão do ICM sobre importação. Indicadores Econômicos RS, Porto Alegre, FEE, 3(1):127-31, jan./mar. 1975.
151. KAUTSKY, Karl. A questão agrária. Rio de Janeiro, Laemmert, 1968.
152. KNIGHT, Peter T. Substituição de importações na agricultura brasileira: a produção do trigo no Rio Grande do Sul. Estudos Econômicos, USP.IPE, São Paulo, 1(3) 1971.
153. KULA, Witold. Problemas y métodos de la historia economica. 2.ed. Barcelona, Ed.Península, 1974.
154. LAMOUNIER JR., Gastão. A serviço da agricultura. Rio de Janeiro, 1973. 2v.
155. LAUSCHNER, Roque. Agro-indústria y desarrollo economico. Santiago, Universidad del Chile, 1975.
156. LEVINE, Robert. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade da República Velha. In: —. História geral da civilização brasileira, São Paulo, Difel, v.7, cap.3, 1970.

157. LIEDKE, Elida Rubini. Capitalismo e camponeses; relação entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul. Brasília, Universidade de Brasília, 1977. /Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas/.
158. LOPES, Juarez Rubens Brandão. Desenvolvimento e migrações; uma abordagem histórico-estrutural. Estudos Cebrap, São Paulo Brasileira de Ciências, (6) 1973.
159. LOPES, Mauro de Rezende. O desemprego disfarçado na agricultura. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, FGV, 23(4):23-43, out./dez. 1969.
160. LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930. São Paulo, Perspectiva, 1975.
161. MACHADO, Soly Souza. Aspectos sócio-econômicos da cultura do arroz no Rio Grande do Sul. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 22(251):55-60, set./out. 1969.
162. —. Mecanização das lavouras de arroz no Rio Grande do Sul: safra 74/75. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 29(292):61-4, maio./jun. 1976.
163. —. Tendência do arroz no mercado pós-guerra. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 17(209):16-8, ago, 1964.
164. —. Terra própria e arrendada das lavouras de arroz no Rio Grande do Sul. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre.
165. MANDELL, Paul I. A expansão da moderna rizicultura brasileira, crescimento da oferta numa economia dinâmica. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, FGV, 26(3):169-236, jul./set. 1972.
166. MARMORA, Lélío. El estudio historico estructural de los movimientos poblacionales en America Latina: su aplicacion al caso argentino. In: CASTELLS, M. Imperialismo y Urbanizacion en America Latina. Barcelona, Gustavo Gilli, 1972.
167. MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975.
168. —. A imigração e a crise do Brasil agrário: São Paulo, Pioneira, 1973.
169. MATO, Manoel Andrés. Situações de classe do homem rural brasileiro. Salvador, CEAS, jan./fev. 1974. /Caderno 29/.
170. MELLO, Maria Conceição d'Incao e. O bôia fria, acumulação e miséria. Petrópolis, Vozes, 1975.
171. MENDES, Florêncio dos Santos. Potencialidade das várzeas irrigáveis no Brasil. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 26(271):4-7, jan./fev. 1973.
172. —. Rotação de culturas em terras de arroz. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 19(221):16-8, ago. 1965.
173. MIGRAÇÕES internas. Indicadores Sociais RS. Porto Alegre, FEE, 4(4), 1976. Número Especial.
174. MILHO - um programa para dar mais força ao milho. Agricultura e Cooperativismo, Porto Alegre, FECO-TRIGO, (3):8-15, jul. 1976.
175. MONTEIRO, Maria José Cyhlar & MINOGA, Peter Eugene. A mecanização na agricultura brasileira. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 23(4):71-180, out./dez. 1969.
176. MOTA, Fernando Silveira da. Estudo Estatístico dos rendimentos das culturas de arroz no Estado do Rio Grande do Sul. Lavoura Arrozeira, IRGA, Porto Alegre, 6(65):16-23, maio 1952.
177. NICHOLLS, William H. A agricultura e desenvolvimento econômico do Brasil. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, FGV, 26(4):169-206, out./dez. 1972.
178. —. Paiva e o dualismo tecnológico na agricultura brasileira; um comentário. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, IPEA, 3(1):3-11, mar. 1973.
179. OHLWEILER, Otto Alcides. Sobre o processo de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Revista Brasiliense, São Paulo (18), 1958.
180. OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira; crítica à razão dualista. Estudos Cebrap, São Paulo, Brasileira de Ciências, (2) out. 1972.
181. —. A produção dos homens; notas sobre a reprodução da população sob o capital. Estudos Cebrap, São Paulo, Brasileira de Ciências, (16) abr./maio./jun. 1976.

182. OLIVEIRA, Franklin de. Rio Grande do Sul; um novo nordeste. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960.
183. OLIVEIRA, João do Carmo. O papel dos preços mínimos na agricultura. São Paulo, IPE/USP, ago.1974.
184. OLIVEIRA, Jorge de. Aspectos produtivos e econômicos das dez principais culturas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, IEPE, 1972.
185. OLIVEIRA, Pêricles & NADAL, Raul de. Diagnóstico da agricultura de baixa renda no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, CEPA, 1977. /Versão Preliminar/.
186. OSÓRIO, Ivan Dall'Igma, coord. O fenômeno migratório na Região Sul. Porto Alegre, SUDESUL/UFRGS, 1975.
187. PADIS, Pedro Calil. Fronteira agrícola e população ativa. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, FGV, 13(4):85-93, out./dez.1973.
188. PAIVA, Ruy Miller. Bases de uma política para a melhoria técnica da agricultura brasileira. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, FGV, fev.1967.
189. —. Elementos básicos em favor de uma política para a agricultura brasileira. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, IPEA, 4(2) jun.1974.
190. —. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, IPEA, 1(2):95-116, dez.1971.
191. PAIVA, Ruy Miller et alú. Setor agrícola do Brasil; comportamento econômico, problemas e possibilidades. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1973.
192. PALLOIX, Cristian. A economia mundial de iniciativa privada; I fase de concorrência. Lisboa, Estampa, 1972.
193. PASTORE, Afonso Celso. A resposta da produtividade agrícola aos preços no Brasil. São Paulo, APEC, 1975.
194. PATRICK, George. Desenvolvimento agrícola do nordeste. In: IPEA. Coleção relatórios de pesquisa. Rio de Janeiro, 1972.
195. A PECUÁRIA no Rio Grande do Sul, análise da política atual e perspectivas: aspectos da industrialização e comercialização de seus produtos. Porto Alegre, ADESG, 1974. /Trabalho apresentado no XIII Ciclo de Estudos/. /mimeo/
196. PENNY, José Moreno. Crise da agricultura gaúcha analisada em sua essência política, econômica e social. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 20(232):23-8, jul./ago.1966.
197. —. A mão-de-obra e o custo do arroz. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, (220):23-4, jul.1965.
198. PESQUISA agropecuária: fundamentos da estratégia. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, FGV, 28(6): 64-8, jun.1974.
199. PIMENTEL, Fortunato. Charqueadas e frigoríficos; aspectos gerais da indústria pastoril do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Tip. do Centro, 1946.
200. PIMENTEL, Furtado. Aspectos da cultura do arroz no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, IRGA, 1949.
201. PINHEIRO, Ney da Silva. Pontos de estrangulamento da economia orizícola do Estado. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 19(214):11-6, jan.1965.
202. PLANISUL. Rio Grande do Sul: aspectos sócio-econômicos. Porto Alegre /s.d./
203. POLÍTICA de preços mínimos para a produção agrícola. Boletim do Banco do Brasil, 9(2):27-33, 1974.
204. A POLÍTICA econômico-financeira do arroz no Rio Grande do Sul. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 20(233):32-4, ago./set.1966.
205. —. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 20(234):36-7, nov./dez.1966.
206. POLÍTICA ECONÔMICA: Registros de um quarto de século. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, FGV, 26(11): nov.1972.
207. PONS, José Luiz Marona. Sorgo: uma alternativa econômica. Porto Alegre, FEE, 1974, v.1.
208. PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1965.
209. O PREÇO do trigo no Brasil. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, FGV, 26(12) dez.1972.

210. PREÇOS - quando o lucro vai para as máquinas. Agricultura e Cooperativismo, Porto Alegre, FECOTRIGO, (1):34-5, maio 1976.
211. PROGRAMA AGROINDÚSTRIA RIO GRANDE DO SUL. Indústria de carne bovina e ovina; programa de investimentos. In: —. Estudo de Mercado de Carne. Porto Alegre, Pallotti, 1976. /Anexo 2/
212. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS INTEGRADOS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO. Caracterização de unidades de produção. Porto Alegre, Pallotti, 1975. /Estudos Básicos, 4/
213. —. Comercialização: estudo global. Porto Alegre, Pallotti, 1975.
214. —. Estudo de mercado: Porto Alegre, Pallotti, 1975.
215. —. Perfis de agropecuária: Porto Alegre, Pallotti, 1975. /Estudos Básicos, 5/
216. —. Regionalização agrícola: Porto Alegre, Pallotti, 1975. /Estudos Básicos, 1/
217. —. Zoneamento agrícola. Porto Alegre, Pallotti, 1975. /Estudos Básicos, 2/
218. AS RELAÇÕES de troca na agricultura. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, FGV, 27(9):165-171, set./1973.
219. RELATÓRIO CACEX 1971. Rio de Janeiro, Banco do Brasil, 1972.
220. RELATÓRIO CACEX 1973. Rio de Janeiro, Banco do Brasil, 1974.
221. RELATÓRIO TRIÊNIO 1969/72. Porto Alegre, FECOTRIGO, 1972.
222. RESENDE, Maria Helena. Origens do arroz em Pelotas. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 29(289):13-6, jan./fev. 1976.
223. RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Agricultura e Pecuária. Procura de terra na economia arrozeira. Lavoura Arrozeira, IRGA, 15(188):11-9, set.1962.
224. RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Estudo sobre os problemas da triticultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1973.
225. RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Soja. Porto Alegre, 1974.
226. RIO GRANDE DO SUL. Conselho de Desenvolvimento. Análise da renda do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, ADESG, 1962.
227. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento & FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Informe geral sobre a agroindústria gaúcha. Porto Alegre, 1976. (Elaborado para o I Seminário Internacional de Investimentos).
228. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Soja; produção, comercialização, ICM. In: —. Estudos Econômicos fiscais da inspetoria geral do ICM. Porto Alegre, 1971.
229. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. Informações sobre o Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1973.
230. ROCHA, Leo. Mercado Internacional. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 22(247):48-52, jan./fev. 1969.
231. ROCHELEAU, Roberto Arthur & SANTOS, Maria José Souza dos. A força do trabalho no Brasil: resumo dos dados censitários. Rio de Janeiro, FGV, 1974.
232. ROSA, Joal de Azambuja & VELLOSO, Zoê Ayres. Demanda e oferta de tratores no Rio Grande do Sul. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 26(276):4-17, nov./dez.1973.
233. SALAMA, Pierre. O processo de subdesenvolvimento: ensaio sobre os limites da acumulação nacional de capital nas economias semi-industrializadas. Petrópolis, Vozes, 1976.
234. SÃ JR., Francisco. O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. Estudos Cebrap, São Paulo, Brasileira de Ciências, (3):87-147, jan.1973.
235. SANTOS, J. Vicente Tavares dos. A vivência camponesa da insuficiência econômico-social. Debate e Crítica, São Paulo, Hucitec, (6):171-6, jul.1975.
236. SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura. Prognóstico 74/75. São Paulo, 1974.
237. SAUER, Adeun et Alii. Comportamento dos agricultores no processo de produção e comercialização do fumo. Venâncio Aires, 1975. /Mimeo/.

238. SCHILLING, Paulo R. Crise econômica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Difusão de cultura Técnica, v.1, 1961.
239. —. Trigo. Rio De Janeiro, MEC, 1959.
240. SCHUH, G. Edward. Algumas observações sobre o desenvolvimento da agricultura no Brasil. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, FGV, 26(4) out./dez.1972.
241. —. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura: alguns comentários. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, IPEA, 3(2):51-94, jun.1973.
242. SHULTZ, Theodore W. A transformação da agricultura tradicional. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
243. SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO SOBRE POLÍTICAS ECONÔMICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NA AMÉRICA LATINA. A experiência brasileira em planejamento agrícola. Caracas, FAO, 1975. /cópia xerográfica/.
244. SILVA, José Francisco da. A estrutura agrária brasileira. Porto Alegre, UFRGS, 1976. /Trabalho apresentado na I Semana de Agronomia/ /mimeo/
245. SILVA, José Francisco Graziano. Os índices de concentração da posse da terra e as modificações de estrutura agrária brasileira em 1960/70. Porto Alegre, 1974. /Trabalho apresentado na XII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais/ /mimeo/
246. SILVA, Paulo Durval da. Aspectos da produção, armazenamento e elaboração do arroz, relacionados com a engenharia rural. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 25(267):12-8, maio/jun.1972.
247. SILVA, Sérgio. Desenvolvimento econômico e agricultura no Brasil: as formas de acumulação e o desenvolvimento do capitalismo no campo. São Paulo, UNICAMP, 1975. /mimeo/
248. SILVEIRA, Rubens Dantas. Preços mínimos. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 25(265):25-7, fev. 1972.
249. SIMON, Camilo. Pelotas sedia o maior centro de beneficiamento de arroz do país. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 29(289):18-21, fev.1976.
250. SIMPÓSIO ESTADUAL DA CARNE E LÃ. Porto Alegre, Assembléia Legislativa, 1975.
251. SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Nacional, 1974.
252. —. Economia política da urbanização. São Paulo, Brasiliense, 1973.
253. —. Força de trabalho e emprego no Brasil: 1920/1969. São Paulo, Brasileira de Ciências, 1971. (Cadernos Cebrap, 3)
254. —. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: —. Migrações internas e desenvolvimento regional. Belo Horizonte, UFMG, 1973. v.1.
255. SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1960. Rio de Janeiro, IBGE, 1960.
256. SOARES, Ângelo Luiz. Colheita mecanizada... e depois? Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 28(286):10, jul./ago.1975.
257. SOARES, Maria Arrosa & ROGGI, Luís O. Recursos humanos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, UFRGS/SUDESUL/OEA, 1973.
258. SOUZA, Álvaro Ornellas de. A crise na rizicultura gaúcha. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 19(219):5-7, jun.1965.
259. —. As dificuldades atuais do comércio de arroz; sua relação com o valor do cruzeiro. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IPEA, 4(42):3-8, jun.1976.
260. —. Problemas do arroz gaúcho: um estudo sobre exportação. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, 19(214):17-22, jan.1965.
261. —. Procura de terra na economia arrozeira. Lavoura Arrozeira, IRGA, 15(188):11-9, set.1962.
262. SOUZA, Paulo Renato Costa. Um modelo primário exportador regional; el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Santiago, Universidad de Chile, 1973. /Trabalho de seminário para optar ao grau de mestre em Ciências Econômicas/.

263. SUINOS - uma crise prolongada e um rebanho diminuído. Agricultura e Cooperativismo, Porto Alegre, FECOTRIGO, (2):19-23, jun.1976.
264. SUPPLY, Eduardo Matarazzo. Política econômica brasileira e internacional. Petrópolis, Vozes, 1977.
265. TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ, 1975. /Tese de livre docência/ /mimeo/
266. —. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
267. TOLIPAN, Ricardo de M.L. Tecnologia e produção capitalista. Estudos Cebrap, São Paulo, Brasileiro de Ciências, (11), 1975.
268. UNEAGRI. Conjuntura agrícola. Boletim, Porto Alegre, Secretaria da Agricultura, (3) jul.1974.  
— Boletim, Porto Alegre, Secretaria da Agricultura, (6) jun.1975.
269. VASCONCELOS, Luiz de. O arroz no Rio Grande do Sul. Lavoura Arrozeira, Porto Alegre, IRGA, 13(153): 11-2, set.1959.
270. VILLELA, Guilherme Socias. Rio Grande do Sul: o modelo Estado exportador, os fundamentos de uma nova sociedade. Indicadores Econômicos RS, Porto Alegre, FEE, 2(1):107-10, jan./mar.1974.
271. VINHO - cooperativas estudam a fusão para salvar todos da crise. Agricultura e Cooperativismo, Porto Alegre, FECOTRIGO, (7):6-13, nov.1976.
272. XAVIER, Paulo. A estância. In: —. Rio Grande do Sul: terra e povo. Porto Alegre, Globo, 1969.

**PRESIDÊNCIA**

LEODEGAR JOST - Presidente

Ida Lewkowicz Bochernitson, Neusa Maria Cunha de Souza Antunes - Secretárias

ASSESSORIA - Ana Maria Córdova Wels, Marbel Maria Ferreira de Andrade, Maria Beatriz Nunes Oliveira, Paulo Roberto Fernandes, Rejane Wilke Montoya Gómez, Sônia Rejane Unikowsky Teruchkin, Vanilda Boese da Rocha.

**DIRETORIA TÉCNICA**

ÍTALO DANILO FRAQUELLI - Diretor

Maria Hermínia Brunet Fraquelli - Secretária

**GERÊNCIA DE ANÁLISES**

MÁRIO BAIOCCHI - Gerente

Ana Lúcia da Silva - Secretária

ANÁLISE SOCIAL - TANYA MARIA DE MACEDO DE BARCELLOS, Áurea Corrêa de Miranda Breitbach, Elisabeth de Medeiros Simões, Maria Luiza Tirelli, Naia Geila de Oliveira Corrêa, Sérgio Nunes Fagundes, Vera Lúcia Amaral Garcia, Walter Arno Pichler.

ECONOMIA PÚBLICA - RAYMUNDO FERREIRA GUIMARÃES, Adolar Koch, Audely José Bitencourt, Carlos A. Drummond de Macedo, Carlos Nelson dos Reis, Isabel Noemia Junges Rückert, Gentil Corazza, Gibrail Rodrigues, Maria Auxiliadora de A. Rosa, Maria Lucrecia Calandro, Marli Nunes Machado, Waldyr Gorga Dornelles.

SETOR PRIMÁRIO - LUIZ ROBERTO PECOITS TARGA, Álvaro Antônio Louzada Garcia, Elvin Maria Fauth, Salvatore Santagada, Susana Koch.

SETOR SECUNDÁRIO - CLÁUDIO EINLOFT, Maria Cristina Passos Severo, Maria Heloísa Lenz, Marli Marlene Mertz, Rubens Soares de Lima, Vera Maria Kunrath.

SETOR TERCIÁRIO - SÉRGIO FISCHER, Beatriz R. Zago de Azevedo, Joaquim A. Pereira Soares, José A. Fialho Alonso, Pedro Silveira Bandeira.

**GERÊNCIA DOS INDICADORES**

ÁRIO ZIMMERMANN - Gerente

Carmen Maria Franzoni - Secretária

AGREGADOS ECONÔMICOS - YARA SALDANHA PRANGE, Alejandro Kuajara Arandía, Carmen R. G. Landell de Moura, Celso Anversa, Dejalme Andreolli, Dulce Helena Vergara, José Maria Dias Pereira, Maria Conceição Sá e Souza Shettert, Maria H. Antunes Sampaio, Odete Lüdtke Wollmann, Renato Antônio Dalmaço, Suelena Parades.

INDICADORES CONJUNTURAIS - SILVIA HORTS CAMPOS, Alberto L. Campos de Medeiros, Clarisse Chiappini Castilhos, Consuelo Duclós Schönnemann, Maria Olinda C. Trescastro, Mauro José Candido Mariano, Pedro F. Cunha de Almeida, Roberto S. da Cunha Marcantônio, Roberto da Silva Wiltgen Teresinha Bello Fialho.

**GERÊNCIA DE INFORMÁTICA**

NILSON CÁCERES SANABRIA - Gerente

Ana Mariza Piegas Vilhalba - Secretária

ANÁLISES ESTATÍSTICAS - MARIA DE LOURDES TEIXEIRA, Elisabeth Schneider Pothin, Elza M. Skilham de Almeida, Joaquim O. Pires da Silva, Maria Luiza Garcia Knauth, Nilson Henrique Elias, Osmar Inácio da Silva, Vera Lúcia Pires Dalberto, Zhélide Quevedo Reymunde.

ARMAZENAGEM E INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA - EDISON MARQUES MOREIRA, Aurora Célia Rodrigues Villagran, Clotilde Rejane Meneghetti, Ivete Lopes Figueiró, Janira Iolanda Lopes da Rosa, João Vilceu Vieira Soares, Loribel da Silva Dias, Luiz Fernando G. da S. Medaglia, Maria da Glória Souza Silveira Mary Sônia Bastian, Silvia Rech De-Gan, Vera Maria Cunha Morales, Yara Maria Centeno Teixeira.

**EDIÇÕES ESTATÍSTICAS** - MARILENE BRUNEL LUDWIG, Arthur Ivan de Andrade Wels, Elaine Maria de Souza Marques, Francisco de A. Costa, Harri Goulart Gervásio, Maria Amélia Pinto Leão, Nilza Fonseca Moreira César, Roselane Vial Giacobone.

**DESENVOLVIMENTO SISTÊMICO** - MIGUEL DAMADO CARVALHO, Ana M. Oliveira de Azambuja, Buarque Gutterres de Figueiredo, Darcina Canibal Soares, Julio Cesar Berleze, Marcus Vinicius da Rocha, Regina Maria Caliendo, Renato Cardoso Vasques, Renato Mendes Guerra, Roberto Bins Ely, Shirley Mesquita Padão, Talita Farias Schullmann.

**PESQUISA DE DADOS** - ABELARDO AUGUSTO SÓRIO RIBEIRO, Antônio Cesar Gargioni Nery, Antônio Odilon Ribeiro de Menezes, Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro Machado, Roberto A. G. La-Rocca, Roberto Ronchetti Caravantes.

**PROCESSAMENTO DE DADOS** - RUT TEREZINHA DIEDERICHS NORONHA, Accácia Gama Bernd, Adão da Silveira, Caclida Ferreira Camargo, Ceres Aparecida Haushahn, Cloves Jesus Lopes Evangelista, Enilda Leal Riella, Jayme Görg, João Luiz Paiva Rosa, José Antônio da Rosa, Juarez Meneghetti, Jussara Rabassa Monteiro, Laís Helena Carvalho da Silva, Lecy Tereza B. do Amaral Padilha, Lúny Maria de Azevedo Sperb, Luz da Alva Oliveira da Silveira, Mara Luzia Feltes de Moura, Maria José da Silveira Saibro, Maria de Lourdes Cavalheiro, Maria Edi Pereira de Souza, Maria Severo Nunes da Rosa, Maria Thereza França Costa, Marília Marques Difini, Marina Medeiros Costa, Marina Silvia Ponso Difini, Marlene Marques Gentili, Marisa Gundlach Kraemer, Mercedes de Oliveira Licht, Ney Gondran Machado, Osíris da Luz Soares, Remy Vasques Farias, Rubens Corrêa da Silva, Ruth Rovere Wolff, Sérgio Antônio Rolim de Moura, Silvia Maria Rosa Portinho, Solange Maria Gaspar de Oliveira, Sônia Maria da C. Francioni, Sônia Maria Dornelles de Oliveira, Vera Conceição Frões Clausmann, Yeda Garcia Petteuzzo, Zilá Alves, Zilda Maria Freitas Leite.

#### **GERÊNCIA DOS PROGRAMAS ESPECIAIS**

ALDROVANDO ROSITO GUERRA - Gerente  
Albertina Camargo da Silva - Secretária

**ESTUDOS ESPECIAIS** - ALOÍSIO ELY, Alfredo Meneghetti Neto, Antônio Carlos Dante, Carlos Furtado Peixoto, Denise Gros Müller, Eliana Santos Figueredo, Gabriel Falcão Machado, José Carlos Cheuiche Ferreira, Lisete Maria Giroto, Luiz Roberto P. Dias, Maria Isabel Herz da Jornada, Roberto Lima Ruas.

**LITORAL NORTE** - ALVARISTO DO AMARAL PADILHA, Cícero de Moraes Junior, Hêlio dos Passos Alcântara, Jaime Suárez Mendes, Martín Wartchow.

#### **DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

ROQUE MALDANER - Diretor  
Marilene Gauer - Secretária

**APOIO ADMINISTRATIVO** - DÉCIO ANSON LIMA, Arlindo Jahno, Alba Silva da Costa, Albanir Renato do A. Collares, Álvaro da Silva Dias, Ana Beatriz Fernandes, Carlos Bertolli de Gouveia, Cesar Roberto Machado, Eduardo Oliveira Corrêa, Elza Lopes Evangelista, Erotilde Duarte de Melo, Fátima Vandira Lagranha Jardim, Francisco de Assis M. Soares, Hêlvia de Abreu Prestes, Izolina Machado Andrades, Jane Nunes Ortiz, José Antonio da Silva, Lia Beatriz Santos da Silva, Luiz Ferreira da Silva, Lurdes Cansan, Marina Rios da Silva, Maura R. Silveira da Silva, Nair Santos da Silva, Oswaldo do Nascimento, Paulo Roberto da Silva Souza, Sérgio Matheus Pereira, Silvio José Ferreira, Shirley M. C. Sequeira, Tania Maria Prates, Wanda G. C. de Almeida.

**CONTROLE DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS** - JOÃO JÚLIO CARRERA DA CUNHA, Acácia V. de Andrade Stockler, Daniel Pires Bueno.

**EDITORIA** - LEONARDA POMPEA MASTROGIACOMO, Carlos Eduardo da Silva Valente, Celso Ramos Crystobal, Edelvira Aida de Melo e Silva, Eleusa Brito Montardo, Elisabeth Alende Lopes, Estêla Mendes Pereira, Flora Idalina Rodrigues Castellã, Jairo dos Santos Raymundo, Luiz Fernando Weiler, Rejane de Barcellos Schemite, Rejane Maria Bondanza Lopes, Ricardo Vieira Fernandes, Tânia Maria Dantes Maffei, Têa Northfleet. MARIA INÁCIA FLÔR REINALDO, Cirei Pereira da Silveira, Edson Luiz Ferreira Teixeira, Elisabeth Kurtz Marques, Emerson Guilherme Ritter, Ieda Terezinha Koch Leal, Jadir Vieira Espinosa.

**FINANÇAS** - SIFREDO SCHILLER, Angela Célia Paim Garrido, Darcy Kolling, Jandira Cansan, Jorge Luiz Hennemann, José Reinaldo Hansen, Neiva Maria Abreu Fernandes.

**PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL** - IRENE CARMEN DE ALMEIDA CARVALHO, Alfredo Crestani, Maria Inês Lopes Fialho, Nevy Xavier, Nôra Angela Kraemer Soares, Vera Lúcia Menezes.

**REPROGRAFIA** - DANILO SEQUEIRA, Aricclair de F. B. Fernandes, Celso Luiz Formiga, Celso Túlio A. Von Flebe, Cláudio Scapini, Clori Xavier Conde, José Antonio dos Santos, Lauro Alberto Schuch, Luiz Carlos da Silva, Marco Antônio Oliveira Pinto, Maria Leda Lígia Jambastiani, Mauro Marcelino da Silva, Pedro da Rosa, Vera Sonia Silva.